

Benoît de L'Estoile
Lygia Sigaud

Orgs.

Ocupações de terra e transformações sociais

A década de 1990 foi um período de turbulências na Zona da Mata de Pernambuco: patrões da agroindústria canavieira faliram, trabalhadores ocuparam os engenhos produtores de cana, o Estado brasileiro desapropriou terras como nunca antes o fizera naquela área. Foi neste contexto que uma equipe composta por 16 pesquisadores brasileiros, argentinos e franceses realizou uma experiência original de etnografia coletiva no litoral sul da Mata pernambucana, com o objetivo de descrever, explicar e compreender o que se configurava como um processo acelerado de transformações sociais. Neste livro apresentam o produto dessa experiência antropológica, no duplo sentido de um momento de transformação social que produz uma situação quase experimental e de uma tentativa de praticar uma pesquisa coletiva interdisciplinar e internacional.

O grupo explorou várias frentes de pesquisa: as ocupações de terra e os acampamentos nelas montados, tema até então negligenciado pelos estudiosos do mundo rural, e os assentamentos da reforma agrária; a diversidade das reações diante das

**Ocupações
de terra
e transformações
sociais**

**Benoît de L'Estoile
Lygia Sigaud**

Orgs.

Ocupações de terra e transformações sociais

uma experiência de etnografia coletiva

ISBN 85-225-0560-8

Copyright © Benoît de L'Estoile e Lygia Sigaud

Direitos desta edição reservados à

EDITORA FGV

Praia de Botafogo, 190 — 14º andar

22250-900 — Rio de Janeiro, RJ — Brasil

Tels.: 0800-21-7777 — 21-2559-5543

Fax: 21-2559-5532

e-mail: editora@fgv.br — pedidoseditora@fgv.br

web site: www.editora.fgv.br

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 9.610/98).

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

1ª edição — 2006

Revisão de originais: Marisa Motta

Editoração eletrônica: FA Editoração Eletrônica

Revisão: Fatima Caroni e Mauro Pinto de Faria

Capa: aspecto:design

Ilustração de capa: André Bethlem, com base em foto de Benoît de L'Estoile (1997)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
Mario Henrique Simonsen/FGV

Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva / Organizadores Benoît de L'Estoile e Lygia Sigaud.
— Rio de Janeiro : Editora FGV, 2006.
176p.

Inclui bibliografia.

1. Mata, Zona da (PE) — Condições sociais. 2. Assentamentos humanos — Mata, Zona da (PE). 3. Posse da terra — Mata, Zona da (PE). I. L'Estoile, Benoît de. II. Sigaud, Lygia. III. Fundação Getúlio Vargas.

CDD — 309.18134

Sumário

Introdução

Uma etnografia coletiva em terras pernambucanas 7

Benoît de L'Estoile e Lygia Sigaud

Caderno de fotos: fotografia e pesquisa de campo 19

Capítulo 1

Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa 29

Lygia Sigaud, David Fajolles, Jérôme Gautié, Hernán Gómez e

Sergio Chamorro Smircic

Capítulo 2

Projetos, apostas e hesitações: notas sobre três engenhos em situação
de incerteza 64

Benoît de L'Estoile e Claudio Pinheiro

Capítulo 3

As transformações do poder municipal 106

Isabelle Coutant, Frédéric Viguier, Afrânio Garcia Jr. e Jorge F. Pantaleón

Capítulo 4

“Ajudar o povo em dificuldade”: a Prefeitura e as inundações da Rua da Lama 121

João Paulo Macedo e Castro e José Gabriel Silveira Corrêa

Capítulo 5

No caminho das escolas: um olhar distanciado sobre o sistema educacional 137
de Rio Formoso

Delphine Serre e Claire Zalc, com Christian Baudelot

Capítulo 6

De uma feliz infração às regras do método 149

Jean-Claude Combessie

Referências bibliográficas 166

Os autores 172

Introdução

Uma etnografia coletiva em terras pernambucanas

Benoît de L'Estoile e Lygia Sigaud

O ano de 1997 foi um período de turbulências na Zona da Mata de Pernambuco: inúmeros padrões da agroindústria canavieira faliram, centenas de trabalhadores ocuparam os engenhos produtores de cana, o Estado brasileiro desapropriou terras como nunca antes o fizera naquela área e colocou em marcha um programa de reconversão dos investimentos econômicos para o turismo. Foi neste contexto que uma equipe composta por 16 pesquisadores, professores e pós-graduandos brasileiros, argentinos e franceses,¹ com formação em antropologia, sociologia, história e economia, realizou uma experiência singular de etnografia coletiva no litoral sul da Mata pernambucana. Durante nove dias procuramos reunir elementos para descrever, explicar e compreender o que se configurava como um processo acelerado de transformações sociais. Neste livro apresentamos, ao longo de seis capítulos que analisam diversas dimensões de um momento percebido pelo conjunto dos atores como o de uma mutação brutal, o produto desta experiência antropológica, no duplo sentido de um momento de transformação social que produz uma situação quase expe-

¹ Os participantes foram: Christian Baudelot, João Paulo Castro, Jean-Claude Combessie, Hernán Gomez, José Gabriel Corrêa, Isabelle Coutant, David Fajolles, Afrânio Garcia, Jérôme Gautié, Benoît de L'Estoile, Jorge Pantaleón, Claudio Costa Pinheiro, Delphine Serre, Lygia Sigaud, Frédéric Viguié e Claire Zalc. Estavam representadas as seguintes instituições: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS)/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Laboratoire de Sciences Sociales de l'École Normale Supérieure, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Centre de Sociologie de l'Éducation et de la Culture e Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC).

rimental, e de uma tentativa de praticar uma pesquisa coletiva envolvendo pesquisadores de formações e origens nacionais distintas.²

Na raiz dessa experiência de pesquisa havia a idéia de fazer no Brasil um “estágio de campo”, em parte inspirado no modelo da experiência pedagógica do Diplôme d'Études Approfondis (DEA) em Ciências Sociais, oferecido pela École Normale Supérieure/École des Hautes Études en Sciences Sociales (ENS/EHESS):³ o “estágio de formação em pesquisa de campo” organizado todos os anos com os estudantes do DEA (ver Weber, 1987).⁴ Tratava-se de aproveitar a presença no Brasil de professores e de alunos das duas instituições francesas por ocasião do seminário “Ciências Sociais, Estado e Sociedade”,⁵ para avançar a cooperação científica em uma direção precisa: exercer conjuntamente o trabalho pedagógico junto aos estudantes de nossas instituições e realizar uma experiência de pesquisa de campo transnacional.

Rio Formoso, município situado no litoral sul do estado de Pernambuco, a 80 km do Recife, foi, por várias razões, o campo escolhido. O município encontra-se na região das grandes plantações canavieiras que foi, desde os anos 70, uma zona de

² Em 2001, publicamos este conjunto de artigos no número 43/44 do *Cahiers du Brésil Contemporain*, a cujos editores agradecemos a generosa cessão dos direitos. Para esta versão brasileira fizemos pequenos ajustes em cada capítulo. A introdução foi em parte reescrita e para tanto nos beneficiamos dos comentários de José Sergio Leite Lopes e Federico Neiburg, aos quais somos gratos. Marcela Coelho de Souza cuidou da gestão das traduções, do copidesque dos textos e da finalização do livro. A ela também nossos agradecimentos.

³ No sistema escolar francês, os doutorandos devem realizar um ano de cursos para obter o DEA e então estarem habilitados a se inscrever em tese. No DEA da ENS/EHESS, o estágio de formação em pesquisa de campo faz parte do currículo, o que não ocorre em outras instituições.

⁴ Benoît de L'Estoile integrava então, há quatro anos, a coordenação desse estágio, do qual Lygia Sigaud havia participado durante sua estada como professora convidada da ENS em dezembro de 1995. Quatro alunos da ENS já haviam também tido a experiência do estágio. O trabalho de campo coletivo no Brasil foi realizado com o apoio da Fundação Universitária José Bonifácio (FUIB) e da Fondation École Normale Supérieure.

⁵ Este seminário ocorreu entre 8 e 10 de setembro de 1997 no Museu Nacional e contou com o suporte do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do PPGAS/MN/UFRJ, da Capes/Cofecub, do Ministério do Exterior francês e da École Normale Supérieure (ENS). Entre as diversas publicações resultantes do seminário, nos limitaremos a assinalar aqui o número 3/4 de 2000 da *Revue de Synthèse*, “Anthropologies, états et populations”, base do livro organizado por L'Estoile, Neiburg e Sigaud, *Antropologia, impérios e estados nacionais*, 2002, Rio de Janeiro: Relume Dumará e de *Anthropology, Empires and Natives*, Duke University Press, 2005.

estudo privilegiada por pesquisadores do Museu Nacional.⁶ Havia uma importante bibliografia sobre a região, em língua francesa, o que facilitava a preparação do estágio do lado francês. Por outro lado, era em Rio Formoso que Lygia Sigaud realizava, desde 1994, uma pesquisa sobre a regulação jurídica de conflitos.

De início, havíamos pensado em centrar a investigação no estudo do uso da força física e/ou das armas na regulação dos conflitos interpessoais, que é recorrente entre os trabalhadores rurais na região e contrasta fortemente com o recurso ao direito para a regulação de seus litígios com seus patrões. Entretanto, pouco antes da partida para o campo, soubemos que a “reforma agrária” estava em marcha em Rio Formoso! A distância era impossível avaliar o alcance do anúncio. Era todavia clara a necessidade de ir para o campo com o espírito aberto.

Em 13 de setembro de 1997, partimos para Pernambuco. Ao chegarmos a Rio Formoso, fomos diretamente para o engenho Amaragi, situado a cerca de 10 km da cidade. Esse engenho, já estudado no quadro de uma pesquisa precedente (Sigaud, 1996), dispunha de uma infra-estrutura que permitia nossa hospedagem, pois fora recentemente transformado em uma pousada.

Roberto Bezerra, o patrão, recebeu-nos antes como convidados do que como hóspedes, oferecendo-nos um aperitivo na varanda de sua casa, onde estava instalada uma parte do grupo — a outra parte alojara-se na casa de seu sócio alemão. Ele se pôs a nos explicar o que via como as grandes transformações em curso em Rio Formoso. O próprio engenho Amaragi seria desapropriado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e suas terras seriam distribuídas aos trabalhadores que nelas residiam (*moradores*). Roberto se dizia favorável a esse processo. Ele queria a desa-

⁶ A pesquisa na Zona da Mata de Pernambuco foi iniciada em 1969, no âmbito do projeto Desenvolvimento Regional Comparado, com financiamento da Fundação Ford. Esse projeto, que associava o Museu Nacional e a Universidade de Harvard e era coordenado pelos professores Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, havia sido desencadeado com a criação da pós-graduação em antropologia social no Museu Nacional e visava promover a integração da pesquisa ao ensino. A pesquisa na Mata pernambucana tinha como foco o estudo das transformações sociais provocadas pela desestruturação das relações tradicionais de moradia nas grandes plantações, pelo advento da legislação trabalhista no campo, pelas lutas sociais e pela emergência de um novo campesinato. Em 1974, a pesquisa ganhou novo impulso no Museu Nacional, com o projeto Emprego e Mudança Econômica financiado pela Finep e o IBGE e coordenado pelo professor Moacir Palmeira. Findo esse projeto, alguns dos pesquisadores seguiram trabalhando na área com seus projetos individuais. Entre alguns dos resultados desses anos de pesquisa, cf. Garcia Jr., 1983 e 1990; Garcia, 1977 e 1993; Heredia, 1979 e 1989; Lopes, 1976; Novaes, 1985; Palmeira, 1971, 1976 e 1977; Sigaud, 1978, 1979a, 1979b, 1994 e 1996.

propriação das terras do engenho, as quais apenas explorava na condição de arrendatário, dado que não pertenciam a ele e sim à usina Central Barreiros. Desde os primeiros indícios de crise da agroindústria açucareira no final dos anos 80, Roberto transformara a casa-grande em uma pousada para turistas estrangeiros e começara a investir no turismo em detrimento da cana. Os dois engenhos de seu tio, em Rio Formoso, ocupados por dois acampamentos organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município seriam também desapropriados. Ele referiu-se ainda a outros acampamentos situados no município vizinho de Tamandaré e organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual não tinha em grande estima. Mencionou ainda seus conflitos com o novo prefeito, José Paulo de Assis, ex-presidente do STR, em torno do destino da casa-grande de Amaragi: enquanto Roberto aspirava mantê-la para continuar a explorá-la turisticamente, o prefeito e o sindicato desejavam que ela fosse também desapropriada, e que esse empreendimento passasse às mãos de uma cooperativa (*Jornal do Commercio*, 11-9-1997).

No dia seguinte fomos ver o prefeito, que dois membros da equipe (Afrânio Garcia e Lygia Sigaud) já conheciam há vários anos. Era um domingo: ele nos recebeu em sua casa e conversamos durante mais de duas horas. Como Roberto, ele enfatizou as mudanças em curso, notadamente no que toca à intensidade do processo, falando de rápidas transformações (*mudança galopante*). Na origem de tudo achava-se, segundo José Paulo, a crise da agroindústria açucareira, com a falência das empresas e o desemprego de milhares de trabalhadores rurais. Os pedidos de desapropriação dos engenhos e as ocupações das terras feitas pelo sindicato e pelo MST eram apenas seus efeitos. José Paulo falava da reforma agrária como resultante da crise e apoiava os acampamentos. O outro sinal importante das mudanças em curso era, de seu ponto de vista, o programa iniciado pelo governo federal, em associação com o governo de Pernambuco e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird), visando à criação da infra-estrutura necessária para a exploração do turismo ecológico na região — o projeto Costa Dourada.⁷ A chegada em massa de trabalhadores rurais à cidade, em seguida à sua demissão nos engenhos, era para o prefeito o ponto mais crítico do conjunto das mudanças. Não havia equipamentos na cidade para acolhê-los, nenhum trabalho para os adultos, nem escolas para as crianças. Era em relação a esses trabalhadores que José Paulo parecia sentir-se impotente, desprovido de meios para ajudá-los.

⁷ Para uma análise deste projeto e de suas implicações, cf. Menezes, 2004.

Após esses dois encontros, tornou-se evidente a necessidade de tentar compreender as mudanças em curso, sobretudo a crise econômica, a reforma agrária e o turismo. Vividas como importantes pelos agentes, elas deviam conseqüentemente ser levadas a sério pelos pesquisadores. Mas, além disso, havia em tudo aquilo que nos relatavam nossos interlocutores outras evidências de ruptura no mundo das grandes plantações, identificáveis para os pesquisadores do Museu Nacional que há muito tempo estudavam a região.

O poder nos municípios da zona açucareira sempre fora exercido por indivíduos ligados aos grandes proprietários e aos usineiros que exploravam os engenhos produtores de cana-de-açúcar. Em Rio Formoso, os prefeitos eram profissionais liberais, comerciantes e às vezes patrões da agroindústria canavieira, entre os quais, por duas vezes, o pai de Roberto, José Bezerra. A chegada ao poder de José Paulo, apoiado por uma coalizão de partidos de esquerda, era um fato notável que testemunhava uma mudança na correlação de forças local. José Paulo não era apenas um dirigente sindical do município, mas um líder prestigioso: havia ocupado um posto de direção na poderosa Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) e fora um dos principais artífices das grandes greves da década de 80.⁸

Um segundo sinal de descontinuidade era a presença ativa do MST na região, movimento criado no Sul do país e implantado havia pouco tempo em Pernambuco.⁹ Essa presença indicava que o sindicato não constituía mais a única força política a enquadrar os trabalhadores rurais, como ocorria desde meados dos anos 60. Por outro lado, o engajamento de dirigentes sindicais nas ocupações de terra testemunhava uma mudança na diretriz, até então exclusiva, de lutar pelo respeito aos direitos trabalhistas e pela ampliação desses direitos por meio de contratos coletivos de trabalho.

A crise da agroindústria açucareira dos anos 90 havia sido desencadeada por mudanças na política do governo Collor em relação ao setor: suspensão dos subsídios, privatização das exportações, extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool e elevação da taxa de juros. Desprovidos da proteção que tradicionalmente lhes assegurara o Estado e obrigados a contar apenas com seus próprios recursos, muitos patrões abriram falência, lançando milhares de trabalhadores no desemprego. Outros conseguiram reestruturar-se promovendo demissões em massa e o endurecimento das condições de trabalho para os que permaneciam nas empresas. Os efeitos da crise eram já

⁸ Sobre as greves do período, cf. Sigaud, 1980 e 1987.

⁹ Sobre o processo de implantação do MST na Mata pernambucana, cf. Rosa, 2004.

visíveis em 1994 e 1995, e o sindicato de Rio Formoso lutava então para assegurar os direitos dos trabalhadores e, sobretudo, evitar as demissões (Sigaud, 1996). Em 1997, a crise havia se agravado (queda de 40% na produção de cana na Mata pernambucana, em relação ao final dos anos 80; no entorno de Rio Formoso a usina Santo André fechara as portas após a safra de 1996/97). Também do lado dos trabalhadores rurais a crise implicava uma perda de proteção, aquela do contrato de trabalho que assegurava o pagamento regular de seus salários e os direitos trabalhistas.

Essa dupla perda de proteção era certamente uma característica do momento. Mas ela coexistia com a abertura de novas possibilidades, como as ocupações de terras — que conduziam a desapropriações e a passagem à condição de pequenos produtores sem patrão nos assentamentos criados pelo Incra — e o projeto Costa Dourada, do qual alguns esperavam a geração de novos empregos.

Para nós, era evidente a impossibilidade de dar conta em tão pouco tempo do conjunto das transformações sociais em curso, cuja complexidade era já manifestada por aqueles poucos sinais que arrolamos. Tínhamos todavia dois trunfos importantes. Por um lado, o capital de conhecimentos acumulados sobre a história recente e a dinâmica das relações sociais nas grandes plantações, acerca das categorias de percepção do mundo social e das hierarquias de valores dos atores-chave, como os trabalhadores, os patrões e os sindicalistas. Este capital, objetivado em diversos livros e artigos, permitiu-nos acelerar a elaboração de hipóteses e a interpretação dos materiais. Nosso segundo trunfo era o capital de confiança acumulado pelos pesquisadores do Museu Nacional junto aos dirigentes sindicais, por meio dos laços estabelecidos e mantidos ao longo de anos de pesquisa na região e reforçados nos momentos críticos das lutas sociais dos anos 80. Esse capital abria as portas do sindicato, da Prefeitura de Rio Formoso, e facilitava consideravelmente as relações com os trabalhadores. Permitia-nos entrar rapidamente em relação com nossos interlocutores e assim encurtar a etapa, por vezes longa, da construção de laços.

A definição dos “objetos” de pesquisa se fez progressivamente. Nossa estratégia inicial foi “atacar” nas duas frentes seguintes: a Prefeitura, para examinar as implicações da gestão dos sindicalistas (ver capítulo 3); as escolas da região que interessavam aos pesquisadores franceses, alguns dos quais tinham um investimento anterior em sociologia da educação, sobretudo Christian Baudelot,¹⁰ e que nunca haviam sido estudadas pelos pesquisadores brasileiros (ver capítulo 5). Por sua vez, Lygia Sigaud devia retomar seus contatos com os sindicalistas, os de Rio Formoso e aqueles que se

¹⁰ Cf. Baudelot e Establet, 1989 e 1992; e Baudelot, 2004.

encontravam no município vizinho de Tamandaré, o qual fora criado em 1996 a partir de uma cisão do primeiro. Por meio dos sindicalistas, abriu-se uma terceira frente: a dos acampamentos e dos assentamentos. Tratava-se de tentar compreender como estes se tornaram possíveis e quem eram os que para eles afluíam (ver capítulo 1). A dinâmica da pesquisa conduziu-nos a investigar dois outros campos. Os engenhos Amaragi, Serra d'Água e Minguito explorados pela família Bezerra tornaram-se um objeto inteiramente à parte, pois eram os únicos em Rio Formoso em via de desapropriação pelo Incra e permitiam analisar aspectos importantes das transformações em curso, tais como o apoio do prefeito à reforma agrária, as esperanças concernentes a esta, ou o medo da perda da proteção assegurada pelos direitos sociais. Em Amaragi, além disso, mostrou-se possível examinar as implicações da conversão econômica para o turismo; o que já sabíamos sobre o passado desse engenho permitia apreender melhor o presente (ver capítulo 2). A outra frente foi um dos bairros mais pobres de Rio Formoso, a Rua da Lama, onde, na sequência de uma grande enchente em abril de 1997, que acarretou a inundação de dezenas de casas e deslocamento de vários moradores, produziu-se uma espécie de mal-estar entre os habitantes e os responsáveis da Prefeitura. A Rua da Lama fornecia um contraponto interessante ao que se via nos acampamentos, tanto mais porque o prefeito e o sindicato sublinhavam que a maior parte dos ocupantes dos acampamentos vinha deste bairro (ver capítulo 4).

O desenrolar da pesquisa inspirou-se na prática do estágio de campo do DEA de Ciências Sociais. Durante o dia conduziam-se as entrevistas, as observações e a redação dos diários de campo. À noite, todos os participantes reuniam-se para discutir o trabalho daquela jornada.¹¹ Essas reuniões eram momentos fortes para a formulação das hipóteses, a discussão das interpretações e pistas abertas, e a confrontação das diversas pesquisas. Trabalhamos em equipes, tentando sempre preservar em cada uma um equilíbrio entre professores e alunos, e (principalmente por razões lingüísticas) entre brasileiros, argentinos e franceses. A composição das equipes era relativamente flexível. A dinâmica de pesquisa coletiva, que permitia atuar de modo simultâneo em diversos lugares, teve um efeito cumulativo notável. Com uma rapidez desconhecida para o pesquisador solitário, podíamos a cada dia relacionar uma quantidade significativa de materiais coletados por meio de entrevistas¹² e da ob-

¹¹ A língua de trabalho destas reuniões era o francês, mesmo se os que desejassem pudessem se exprimir em português ou em espanhol.

¹² Durante os nove dias de pesquisa, gravamos 27 fitas cassete de entrevistas que foram transcritas por Tânia Lucia Ferreira, secretária executiva do PPGAS/MN, a quem, nessa oportunidade, agradecemos pela seriedade com que realizou o trabalho.

servação, e avançar em ritmo acelerado nosso entendimento do que estava em jogo nas mudanças brutais.

Os textos reunidos neste livro foram escritos essencialmente entre o fim de 1997, quando tiveram lugar duas apresentações dos trabalhos, no Museu Nacional e na ENS, e em meados de 1999, antes de uma nova fase de pesquisa. São seis capítulos que correspondem às frentes atacadas — os acampamentos, os três engenhos da família Bezerra, o prefeito, a Prefeitura, o bairro em crise com a Prefeitura e as escolas —, escritos a várias mãos pelos membros da equipe, para dar conta do caráter coletivo da pesquisa. Malgrado os investimentos empíricos posteriores à redação dos textos, optamos por não modificá-los, salvo para corrigir alguns erros. Fizemos uma etnografia coletiva de uma configuração social em um momento preciso de sua história e tentamos produzir hipóteses que dessem conta de nossas observações. Esses textos variam em seu formato e seus objetivos. Alguns, redigidos pouco depois do retorno, pretendiam ser relatórios de observações (capítulos 3, 4 e 5); outros, beneficiados pelas discussões por ocasião dos seminários em Paris e no Rio de Janeiro em 1997 e 1999, esboçam hipóteses para o desdobramento da pesquisa. O capítulo que abre a coletânea lança um olhar retrospectivo sobre o material recolhido em 1997, propondo um quadro de interpretação do processo de reforma agrária na região das grandes plantações açucareiras a partir dos casos observados em Rio Formoso e Tamandaré. O capítulo seguinte toma também como objeto a diversidade das reações diante da crise da economia açucareira e as diferentes significações assumidas pela “reforma agrária”, mas em uma escala diferente de análise — a de três engenhos — que permite ressaltar a variedade das reações em função das trajetórias e dos grupos.

O que dá sentido à publicação deste livro hoje é, primeiro, a singularidade do momento da pesquisa e da própria experiência, mas também o lugar que elas ocupam em um processo cumulativo de produção de conhecimentos. Possibilitada pelos trabalhos anteriores dos pesquisadores do Museu Nacional, a experiência de 1997 foi desencadeadora de uma nova fase de pesquisa fundada na cooperação entre duas instituições.¹³ Com efeito, ela possibilitou a elaboração de um programa de pesquisa para estudar de modo sistemático as transformações sociais em curso na zona das grandes plantações açucareiras. Este projeto iniciado em 1999 graças, prin-

¹³ Esta pesquisa inscreveu-se no projeto de cooperação Capes-Cofecub (que associava várias instituições que participaram da experiência de 1997) sobre o tema Processo de Internacionalização e Transformações dos Estados Nacionais: Economia, Cultura e Política. Esta cooperação beneficiou-se também do apoio da embaixada da França no Brasil.

cialmente, a um financiamento importante da Fundação Ford, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), envolveu professores e alunos do Museu Nacional e da ENS, entre os quais vários participantes da experiência de 1997 reunidos a novos pesquisadores. Em agosto-setembro de 1999, realizou-se um novo trabalho de campo na mesma região, permitindo explorar ainda mais as hipóteses formuladas no quadro do estágio de 1997. Desde então, demos seqüência à análise dos novos materiais, abrimos novas frentes de pesquisa e apresentamos em diversas ocasiões os resultados da pesquisa.¹⁴ Foram também montadas duas exposições temporárias: *Lonas e bandeiras em terras pernambucanas*, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro (de agosto a novembro de 2002), e *Nous sommes devenus des personnes: nouveaux visages du nordeste brésilien*, na ENS, em Paris (de maio a julho de 2003).¹⁵

A prática da pesquisa coletiva de campo não era estranha aos membros seniores da equipe. Do lado francês havia a experiência dos estágios de campo, e do lado brasileiro a experiência de períodos de trabalho de campo na Mata pernambucana reunindo na mesma localidade um conjunto de pesquisadores que trabalhavam sobre temas relacionados e compartilhavam suas descobertas.¹⁶ No entanto, essa práti-

¹⁴ Entre essas ocasiões, cabe destacar um fórum de pesquisa realizado durante a 22ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (RBA – Brasília, jul. 2000), o ateliê “Ocupações de terras e transformações sociais no Nordeste do Brasil”, no colóquio “États Nationaux, Internationalisation et Redéfinitions des Identités” (Paris, out. 2000), e ainda um outro fórum de pesquisa que teve lugar na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Gramado, RS. Quatro trabalhos universitários foram também concluídos por alunos: as dissertações de Liliane Bernardo para o DEA de Ciências Sociais (ENS/EHESS), *Esquisse de l’offre éducative à Rio Formoso: invitation à une réflexion sur les significations et surinvestissements de l’école pour adultes en contexte d’incertitude*, em 1999, e a de Sergio Chamorro Smircic para o mestrado em antropologia social (PPGAS, MN/UFRJ) *Com a cara e a coragem: etnografia de uma ocupação de terras*, em 2000, e as teses de Thereza Menezes, *Da cana ao caos: uma abordagem comparativa dos usos sociais do meio ambiente no litoral sul pernambucano*, para o doutorado desta mesma instituição, e a de Marcelo Rosa, *O engenho dos movimentos. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*, para o doutorado em sociologia no Instituto Universitário de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj), ambas em 2004.

¹⁵ Cf. L’Estoile, 2002, <www.lonasebandeiras.com.br> e <www.diffusion.ens.fr/bresil>.

¹⁶ Um desses momentos de pesquisa compartilhada ocorreu em 1972, quando estiveram simultaneamente no campo os professores Moacir Palmeira, trabalhando sobre as feiras, e Lygia Sigaud, sobre o processo de expropriação dos moradores dos engenhos, e os então mestrandos Afrânio Garcia Jr. e Beatriz Heredia, estudando os camponeses da periferia das grandes plantações; Marie-France Garcia, as feiras das usinas; Luis Maria Gatti, os sindicalistas; Vera Echenique, os processos na Justiça; José Sergio Leite Lopes, os operários das usinas de açúcar; e Roberto Ringuelet, as migrações do Agreste para a Zona da Mata.

ca coletiva, que implica diferenças significativas em relação à pesquisa individual (sem que seja possível caracterizá-las facilmente como “melhores” ou “piores”), não tem sido objeto de uma reflexão sistemática.¹⁷ O olhar ao mesmo tempo cúmplice e distanciado de um sociólogo, Jean-Claude Combessie, autor de trabalhos sobre metodologia e acerca de uma greve camponesa na Espanha franquista¹⁸ (ver capítulo 6), constitui um primeiro passo nesse sentido. A confrontação de perspectivas associadas a universos nacionais e disciplinares diferentes (os brasileiros e argentinos definindo-se antes como antropólogos sociais e os franceses, em sua maioria, formados em sociologia) e as posições distintas na carreira acadêmica (seniores e juniores) foram uma dimensão central da experiência, para além das incompreensões que não eram unicamente de origem lingüística. Sem dúvida, as relações de amizade e o fato de que vários pesquisadores estavam familiarizados com os dois universos,¹⁹ podendo assim desempenhar o papel de mediadores, permitiram ao mesmo tempo o êxito dessa experiência.

A existência de um trabalho anterior tornou possível a compreensão do que vimos em campo. Ao mesmo tempo, a coincidência de um olhar novo, construído a partir de outras experiências de pesquisa, e de um momento vivido pelos próprios atores como de transformação social profunda, permitiu explorar novas questões. Nesse sentido, este livro é também um convite à reflexão a respeito das possibilidades que se abrem ao conhecimento pela prática da etnografia coletiva e pela inscrição de uma pesquisa singular em um longo processo de acumulação de saber sobre um mundo social preciso. Para oferecer ao leitor algo equivalente ao processo de “descoberta” vivido pelos protagonistas dessa experiência, o livro é aberto, com um “caderno de fotos” que apresenta algumas das imagens que nos marcaram. Há de surpreender que tenhamos mantido os nomes verdadeiros das pessoas e das localidades, em

¹⁷ É significativo que essa dimensão não seja tematizada no manual de Stéphane Beaud e Florence Weber (Beaud e Weber, 1997), que contudo se apóia parcialmente na experiência das pesquisas realizadas no quadro coletivo do estágio de campo do DEA de Ciências Sociais. Do mesmo modo, as reflexões estimulantes de vários antropólogos britânicos sobre as novas condições do *fieldwork* levam unicamente em consideração pesquisas individuais ou em dupla (Dresch e Parkin, 1999). Para uma abordagem histórica destas questões, ver L'Estoile, 2003.

¹⁸ Cf. Combessie, 1989 e 1996.

¹⁹ Benoît de L'Estoile havia feito pesquisa em uma favela carioca em 1992, quando trabalhava no serviço cultural do consulado da França no Rio de Janeiro, e em 1993 e 1994 no vale do Jequitinhonha (Minas Gerais); Lygia Sigaud participava do estágio de campo em Meaux e Afrânio Garcia estava estabelecido na França, como professor desde os anos 90.

vez de atribuir-lhes nomes fictícios. Há momentos em que o anonimato se impõe para proteger as pessoas.²⁰ Não é o caso aqui. Sabemos que as pessoas que nos acolheram em Rio Formoso e Tamandaré gostariam de se “ver” no livro, de ter sua história contada. Anonimizá-las equivaleria a decepcioná-las. Ora, uma das razões que nos animou nessa empreitada foi justamente retribuir a acolhida e a disponibilidade de todos os que encontramos em Rio Formoso e Tamandaré, por meio deste trabalho no qual procuramos dar inteligibilidade a um pedaço de suas histórias. A eles dedicamos este livro.

²⁰ Um destes momentos foi o da primeira greve, em 1979, quando havia um risco real de repressão militar aos movimentos dos trabalhadores. Assim, o livro então publicado (Sigaud, 1980) respeitou a norma dos nomes fictícios.

Caderno de Fotos

Fotografia e pesquisa de campo

No curso da pesquisa etnográfica — na qual, diferentemente do que ocorre em uma reportagem fotográfica, a produção de imagens não constitui um fim em si —, não podemos tirar fotografias a qualquer momento ou em qualquer circunstância. Para nós, a câmera fotográfica é ao mesmo tempo um instrumento de trabalho (mas menos que o gravador ou o caderno de campo), uma caixa de lembranças, e uma maneira de “devolver” aos pesquisados parte daquilo que nos dão.¹

Mas o que será ela para aqueles que fotografamos?

Os militantes dos movimentos sociais nos convidaram a fotografar sua “luta”. O MST domina perfeitamente a arte da auto-apresentação, tanto ao focalizar símbolos que lhe asseguram uma ampla cobertura da mídia (por exemplo, invadindo a propriedade do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso), quanto na utilização do que chama a “mística”, formas de ritualização da “luta pela terra”: cantos, bandeiras, marchas, profissões de fé, a exibição dos instrumentos de trabalho. O caráter deliberadamente espetacular que caracteriza as ações desse movimento contribuiu significativamente para sua penetração na mídia internacional. O fotógrafo Sebastião Salgado colocou seu talento e sua notoriedade a serviço da causa (e vice-versa): seu álbum *Terra* exalta, com uma estética heróica enraizada nas iconografias cristãs e revolucionárias, o combate dos sem-terra anônimos, a redenção resultante do sofrimento e da luta. Essas fotografias foram mundialmente difundidas.

¹ Para uma reflexão sobre o lugar da fotografia na pesquisa em ciências sociais, ver o número organizado por S. Maresca, “Questions d’optiques. Aperçus sur les relations entre la photographie et les sciences sociales”, *Journal des Anthropologues*, n. 80-81, 2000.

Os sindicatos de trabalhadores rurais de Pernambuco, cuja base é sobretudo local, apesar de não terem a mesma visibilidade nacional e internacional que o MST, também apreciam o eco conferido a suas reivindicações. Historicamente, encontraram aliados entre os antropólogos do Rio de Janeiro, sobretudo durante as greves realizadas sob o regime militar: anos depois, receberam como “amigos de amigos” os pesquisadores franceses que os acompanhavam, nos encorajando a testemunhar o que vimos.

Os retratos, individuais ou familiares, que realizamos (aqui pouco representados), envolvem outra situação. Foram tirados depois de uma conversa, muitas vezes ao fim de uma longa entrevista, gravada ou não, em que a pessoa narra a história de sua vida. Deixar-se fotografar não é um ato qualquer: é dar algo de si. Muitas vezes, aqueles que fotografamos nos disseram: “vou viajar, vou para a França”. A foto “representa”, assim, no sentido forte, o fotografado, permitindo-lhe fazer-se presente em um lugar que este não teria nenhuma chance de visitar pessoalmente.

Na região açucareira de Pernambuco, marcada por uma herança de escravidão e de dominação personalizada, a reivindicação de dignidade não é uma palavra vazia. Quando lhes propúnhamos “tirar um retrato”, a maior parte de nossos interlocutores se aprumava diante da objetiva e fazia pose, como se quisesse ser fotografada “de cabeça erguida”.

A fotografia não é pois nem um documento simples, nem um simples documento. Ela participa de uma relação de troca com os pesquisados, e pode ser o veículo de um intercâmbio de “presentes”: primeiro, um dom da imagem feito pelo pesquisado ao pesquisador, depois, lembrança oferecida por este último em agradecimento.²

É preciso, por fim, acrescentar que o olhar dos leitores brasileiros sobre as fotografias publicadas neste livro será necessariamente diferente daquele dos leitores franceses, privados de familiaridade com o universo aqui evocado.

Benoît de L'Estoile

² As fotos feitas em 1997, assim como aquelas tiradas em 1999, na continuidade da pesquisa, foram reunidas nas exposições montadas em 2002 no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e em 2003 na École Normale Supérieure, em Paris, às quais é feita uma referência na introdução do livro. Essas exposições inscreveram-se na lógica da retribuição aos pesquisados (cf. Sigaud, 2003; e L'Estoile, 2003).



Mapa — Hervé Théry (ENS)

**Zona da Mata do estado de Pernambuco
(mapa dos municípios de Pernambuco mencionados nos textos)**



Mapa — Hervé Théry (ENS)

Foto 1 A descoberta dos acampamentos



Serra d'Água, Rio Formoso. Ao fim de uma estrada quase intratável, através dos canaviais, descobrimos essas barracas. O acampamento estava, como indicava a sigla MSTR (Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais) inscrita na bandeira, sob controle do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, cujo presidente nos conduziu até lá.

Foto de Benoît de l'Estoile, 15 set. 1997.

Foto 2 O roçado de Serra d'Água



Chegando ao acampamento acompanhados do presidente do sindicato (de boné), somos bem recebidos. Em primeiro plano, vê-se um roçado. O cultivo da terra ocupada tem uma função alimentar, mas também simbólica: a reforma agrária deve, segundo o sindicato, permitir a passagem da monocultura da cana para a produção de uma agricultura familiar.

Foto de Benoît de l'Estoile, 15 set. 1997.

Foto 3

A localização dos acampamentos



Foto de Benoît de L'Estoile, 17 set. 1997.

Os diferentes critérios que norteiam a escolha do lugar para um acampamento aparecem claramente neste instalado no engenho Minguito (município de Rio Formoso): proximidade de uma fonte de água (no primeiro plano) e de uma mata (ao fundo) — ao mesmo tempo, fonte de materiais de construção ou combustível e refúgio potencial em caso de ataque por pistoleiros. O lugar de ocupação é simbólico: as árvores frutíferas (palmeiras diversas, jaqueiras, mangueiras) indicam que se trata de um antigo sítio, terreno tradicionalmente concedido pelos senhores de engenho aos moradores. A casa foi derrubada há muito tempo, quando da partida de seus habitantes. O engenho esvaziou-se de seus moradores, obrigados a instalar-se na periferia de Rio Formoso.

Os diferentes critérios que norteiam a escolha do lugar para um acampamento aparecem claramente neste instalado no engenho Minguito (município de Rio Formoso): proximidade de uma fonte de água (no primeiro plano) e de uma mata (ao fundo) — ao mesmo tempo, fonte de materiais de construção ou combustível e refúgio potencial em caso de ataque por pistoleiros. O lugar de ocupação é simbólico: as árvores frutíferas (palmeiras diversas,

Foto 4

Uma barraca no acampamento de Minguito



Foto de Benoît de L'Estoile, 17 set. 1997.

Na manhã em que visitamos o acampamento, apenas alguns de seus ocupantes lá estavam. Começara o período da safra e muitos haviam saído para procurar trabalho.

Foto 5
O acampamento do Brejo



Foto de Jérôme Gautié, 19 set. 1997.

O acampamento do Brejo (município de Tamandaré) à beira da estrada. Foi na barraca à esquerda da bandeira que realizamos as entrevistas com os participantes daquela ocupação.

Foto 6
A mise-en-scène da "luta"



Foto de Jérôme Gautié, 19 set. 1997.

Ao fim das entrevistas no Brejo, os líderes pediram que tirássemos uma foto. Os participantes do acampamento posicionaram-se então diante da bandeira e brandiram seus instrumentos de trabalho. Depois, gritaram palavras de ordem e entoaram canções do MST. Esse encadeamento ritualizado de gestos é recorrente nos acampamentos do MST, quando há visitantes de fora, e faz parte daquilo que os militantes chamam a "mística" do movimento.

Foto 7

Casa de moradores do engenho Amaragi



Foto de Benoît de L'Estoile, 18 set. 1997.

As casas de moradores no arruado, próximas à antiga casa-grande transformada em pousada e circundada de palmeiras, evocam, para os turistas europeus, uma imagem exótica.

Foto 8

"Vamos lutar unidos pela Reforma Agrária"



Foto de Benoît de L'Estoile, 21 set. 1997.

Frente da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, ao fim da assembléia geral que lançava a nova campanha salarial. Quem segura o cartaz é Teixeira, presidente do sindicato. À esquerda, Zé Francisco, delegado sindical do engenho Amaragi, que veste a camiseta do congresso dos delegados sindicais da Zona da Mata, acompanhado de seu filho, com camiseta idêntica, ilustrando, assim, a continuidade das lutas de geração para geração. À direita, Chiquinho, o jovem líder

de Amaragi. Em 1999, Teixeira, Zé Francisco e Chiquinho estavam entre os beneficiários de parcelas no assentamento do engenho Amaragi.

A faixa pendurada na janela ("Vamos lutar unidos pela Reforma Agrária") indica a mudança de prioridade: se as campanhas do sindicato eram, desde os anos 80, voltadas para a questão salarial, essa reivindicação aparece aqui em letras miúdas, o lugar de destaque sendo agora concedido à reforma agrária.

Foto 9
Entrevista com o prefeito Zé Paulo



Entrevista coletiva com o prefeito de Rio Formoso, José Paulo. A seu lado, um vereador do município; ao fundo, a família do prefeito. Ao seu redor, o grupo de pesquisadores.

Foto de Benoît de l'Estoile, 14 set. 1997.

Foto 10
Escola do engenho



Uma escola da zona rural visitada pelos pesquisadores: Imaculada Conceição, do engenho Pedra de Amolar.

Foto de Claire Zalc, 16 set. 1997.

Capítulo 1

Os acampamentos da reforma agrária: história de uma surpresa*

Lygia Sigaud

David Fajolles

Jérôme Gautié

Hernán Gómez

Sergio Chamorro Smircic

Antes de partirmos para Pernambuco, soubemos que as terras de alguns engenhos já tinham sido redistribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) — e que novas desapropriações eram aguardadas na área de Rio Formoso, onde faríamos o trabalho de campo. Era de se supor que algo de novo estava acontecendo, pois até então aquela região do Nordeste tinha permanecido à margem das intervenções do Estado brasileiro na estrutura fundiária. Certamente, havia uma relação com a crise da agroindústria canavieira desencadeada no início dos anos 90 pelas mudanças na política do governo, sobretudo pela suspensão dos subsídios e a privatização das exportações.

Em campo, pudemos constatar que as desapropriações estavam estreitamente associadas à presença de acampamentos de trabalhadores rurais no interior dos engenhos. Assim, nas terras já desapropriadas tinham havido acampamentos. Os acampamentos eram obra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja atuação na área canavieira ignorávamos, ou dos sindicatos de trabalhadores rurais, que, historicamente, jamais haviam tido tal iniciativa.

Para os estudiosos das relações sociais nas grandes plantações canavieiras da Mata pernambucana ou para os que conheciam a literatura pertinente, o que se via era surpreendente: estávamos confrontados a um conjunto de sinais que indicavam

* Tradução de Ana Claudia Marques.

uma descontinuidade importante na ordem social. Sentimo-nos então desafiados a compreender o que sucedia e dedicamos os oito dias de trabalho de campo à busca quase frenética de elementos de resposta.

Este texto visa apresentar os resultados desta experiência. Primeiro, vamos explicitar os fundamentos dessa surpresa, as questões que esta nos estimulou a formular e suas conseqüências sobre as orientações tomadas por nossa pesquisa. Em seguida, procuraremos tornar inteligíveis as desapropriações e a montagem dos acampamentos.¹

Os acampamentos: um acontecimento inesperado

Foi na estrada, indo do Recife (a capital de Pernambuco) para Rio Formoso, que percebemos o primeiro acampamento montado dentro de um engenho. De longe, víamos barracas de madeira, cobertas com um grosso plástico preto, que depois soubemos ser denominado *lona*. As barracas ficavam alinhadas, formando pequenas ruas. Uma bandeira vermelha com o logotipo do MST trepidava no alto de um mastro. Para quem não tivesse familiaridade com a área, uma instalação como aquela poderia passar despercebida. Mas não era o nosso caso: o acampamento chamava a atenção como um corpo estranho em uma paisagem conhecida. Uma série de perguntas foram-se encadeando em nossas cabeças.

Como teria se tornado possível a montagem dos acampamentos no interior dos engenhos? Os patrões — fossem eles os senhores de engenho ou, já no século XX, também os usineiros — sempre tiveram, desde o período colonial, o controle absoluto sobre as terras de sua propriedade ou por eles exploradas (nos casos de arrendamento). Nenhuma instalação naquele espaço se faria sem seu consentimento ou de seus prepostos (administradores). Estariam os patrões coniventes com os acampamentos ou teriam sido eles montados à sua revelia?

Como bandeiras do MST poderiam estar hasteadas na Mata pernambucana? Criada no Sul do Brasil no início da década de 1980, a partir de uma clientela cons-

¹ A estrutura do texto foi concebida no início de 1999, quando estava concluída a análise do material coletado. No mesmo ano voltamos ao campo, o que permitiu ampliar em muito a compreensão das questões que vamos aqui discutir. Embora tenhamos respeitado o plano original, o texto redigido no ano de 2000 traz a marca do conhecimento acumulado desde então. Dos cinco autores, apenas Sergio Chamorro Smircic não compartilhou a experiência de campo de 1997, tendo, no entanto, trabalhado na organização do material coletado, participado das discussões que resultaram na elaboração do plano e colaborado na redação do trabalho. Foram aqui retomadas algumas análises desenvolvidas em Sigaud, 2000.

tituída de filhos de pequenos produtores descendentes de imigrantes europeus (alemães, italianos e poloneses), esta organização havia se expandido pelo país e chegado a Pernambuco em 1989.² Sua presença, de início, foi tímida, quase inexpressiva. Na zona canavieira, os sindicatos de trabalhadores rurais, agregados em torno da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), encontravam-se particularmente bem implantados na região e possuíam uma hegemonia incontestada sobre os trabalhadores das grandes plantações, os quais vinham se beneficiando de sucessivas e vitoriosas campanhas salariais desde 1979. As bandeiras que avistamos em setembro de 1997 sinalizavam a presença ostensiva de uma nova organização. Seriam elas indício da quebra do monopólio sindical? Se assim o fosse, como explicar uma tal inflexão na história recente das organizações dos trabalhadores da área?

O quadro iria se complicar logo nas primeiras horas da estada em campo. Mal chegamos a Amaragi, engenho já desapropriado pelo Incra e onde nos instalamos, soubemos por Roberto, seu antigo arrendatário, que o sindicato de Rio Formoso organizara três acampamentos no município: um no próprio engenho em que estávamos e os dois outros em Minguito e Serra d'Água, ambas propriedades exploradas por seu tio Carlos (ver capítulo 2). O envolvimento sindical com os acampamentos era, portanto, maior do que pudemos supor pelas primeiras informações. No dia seguinte, José Paulo, ex-presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais e, na ocasião, prefeito de Rio Formoso (ver capítulo 3), falou-nos mais longamente dos acampamentos montados pelo sindicato no município, os quais contaram com seu apoio; ele mencionou a existência de outros, também de iniciativa sindical, organizados em Tamandaré, município vizinho criado em 1996, a partir da emancipação de parte do território de Rio Formoso.

Ocupar terras não fazia parte do programa de ação dos sindicatos de trabalhadores rurais da zona canavieira, nem da Fetape, que os coordena. Desde a sua criação, no início dos anos 60, eles haviam feito das lutas pelo respeito aos direitos dos trabalhadores rurais³ a linha mestra de seus enfrentamentos com os patrões: primeiro, por meio da mobilização dos trabalhadores para as greves massivas e as grandes manifestações dos anos 1963 e 1964,⁴ e, no período após o golpe militar de 1964,

² Sobre a história do MST, ver Fernandes, 2000.

³ Em 1963, o Congresso Nacional votou o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendia a legislação trabalhista ao campo. Um ano antes, o Ministério do Trabalho havia regulamentado o direito à sindicalização no meio rural. Os sindicatos de Pernambuco foram criados nesse contexto, assim como a Fetape, fundada em 1962.

⁴ A respeito das manifestações e greves de trabalhadores nesse período, ver as reportagens de Antonio Callado (1964) e as memórias de Gregório Bezerra (1979).

por meio da mobilização dos sindicalizados contra seus patrões na Justiça do Trabalho (Sigaud, 1999b). A partir de 1979, os dirigentes sindicais passaram a conchamar os trabalhadores à greve regularmente, para exigir aumentos salariais e contratos coletivos de trabalho. A reforma agrária sempre fora uma bandeira de luta dos sindicatos e da Fetape, assim como da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), à qual a Fetape é filiada.⁵ Mas, até então, não se tinha notícia de sindicatos da Mata pernambucana organizando os trabalhadores rurais para ocupar engenhos e reivindicar sua desapropriação. Os únicos acampamentos dos quais se ouvia falar até então haviam sido aqueles montados, ao longo dos anos 80 e início dos 90, diante das sedes das usinas ou de prédios da administração pública, para reclamar do descumprimento de acordos coletivos ou protestar contra o governo. Suas características eram, no entanto, distintas daquelas dos acampamentos de 1997: eram montados em espaços públicos e não em propriedades privadas; tinham por objetivo o cumprimento de acordos sindicais ou de medidas governamentais, não a desapropriação de terras; duravam no máximo três dias e não vários meses, como passou a acontecer. O que estaria em jogo na mudança de orientação dos sindicatos? Estaria ela relacionada à implantação do MST em Pernambuco? Em caso positivo, como ela teria se produzido? Quais seriam seus efeitos?

Antes mesmo de termos a oportunidade de visitar um acampamento, ficamos sabendo que estes eram constituídos, em sua grande maioria, por trabalhadores rurais residentes nas *pontas de rua*, como são denominados os bairros de periferias das pequenas cidades da Mata pernambucana.⁶ Eles eram o *povo desempregado*, explicou-nos o prefeito de Rio Formoso. O fato de os trabalhadores rurais desempregados tomarem o rumo dos acampamentos não tinha, no entanto, nada de evidente. Sempre houve desempregados na zona canavieira, pelo menos desde os anos 60, quando as portas dos engenhos fecharam-se àqueles que pediam casa de *morada* e trabalho⁷ e milhares de trabalhadores viram-se forçados a instalar-se nas pequenas cidades da região. Para estes, só havia emprego na moagem — o tempo do corte da cana. Fim do verão, vinha a entressafra e com ela a falta de trabalho — a *tranca do inverno* — que

⁵ A Contag, fundada em 1963, congrega todas as federações do país e coordena o movimento sindical a nível nacional.

⁶ A Rua da Lama, objeto do texto de Castro e Corrêa (capítulo 4), é um exemplo de *ponta de rua*.

⁷ Tradicionalmente, aqueles que trabalhavam na agricultura da cana residiam nos engenhos. O ingresso em um engenho se dava por meio do pedido de uma casa de *morada* feito ao patrão ou a um preposto. Se o pedido fosse aceito, o solicitante tornava-se *morador* daquele engenho.

enfrentavam fazendo *beliscadas* (biscates) e outros expedientes.⁸ Como explicar, então, que nos anos 90 o desemprego tenha resultado nas ocupações nos engenhos? Haveria alguma diferença entre a *tranca* dos anos 70 e o desemprego dos anos 90? Que motivos teriam os trabalhadores rurais para ocupar terras de patrões, lá erguerem barracas e nelas se instalarem?

Para completar o quadro dissonante, percebemos que o Incra tornara-se uma referência obrigatória entre os envolvidos. Logo nas primeiras conversas com o arrendatário, o prefeito e os sindicalistas, o órgão encarregado da política fundiária foi invocado reiteradas vezes como um dos personagens principais do drama que ali se desenrolava: era a ele a quem se dirigiam todos aqueles envolvidos nos acampamentos e desapropriações; era ele quem decidia os destinos dos engenhos ocupados. Esse fato chamava a atenção, pois a instituição sequer era referida nos estudos feitos sobre a região, nas décadas de 70 e 80, quando a referência institucional que se impunha era a Justiça — a Junta, como é nomeado o tribunal de 1ª instância ao qual recorriam os trabalhadores para fazer valer seus direitos trabalhistas. O exame das estatísticas do Incra permitia compreender a sua presença nos discursos locais: desde sua criação em 1965, sob o nome de Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), o Incra desapropriou 36 engenhos na Mata pernambucana. Trinta dessas desapropriações tiveram lugar entre 1995 e 1997 (ver Incra, 1999). Como entender esta intervenção recente na estrutura fundiária local e a notável aceleração das desapropriações?

Era evidente que não teríamos tempo de reunir os elementos necessários para responder a todas as perguntas que o efeito surpresa nos estimulava a formular. Com o intuito de avançar o quanto fosse possível, concentramos nossa atenção nos acampamentos, que nos pareciam constituir o sinal mais evidente e expressivo da emergência de uma descontinuidade na ordem social, fazendo deles o fio condutor de nossa investigação. Fomos então conversar com os dirigentes sindicais de Rio Formoso e Tamandaré, bem como com o responsável pelo MST na área, o *militante*, como são denominados os quadros desta organização. Como a maioria dos acampamentos estava montada em terras pertencentes às usinas Santo André e Central Barreiros, ambas de propriedade de um mesmo grupo familiar, fomos também procurar o gerente, a fim de entender o ponto de vista patronal. Visitamos também os acampamentos dos engenhos Serra d'Água, em Rio Formoso, e Mascatinho, São João e Brejo, em Tamandaré, nos quais realizamos entrevistas e colhemos dados de

⁸ Sobre a instalação dos assalariados na cidade e o desemprego no passado, ver Sigaud, 1979b e 1993.

observação. Fizemos também entrevistas nos engenhos Sauézinho (Tamandaré) e Amaragi (Rio Formoso), onde haviam sido montados e desmontados acampamentos, e em Cipó (Tamandaré) engenho desapropriado desde 1995. Para concluir o trabalho, fomos também à sede do Incra em Recife.

O material então coletado constitui a base da análise que se segue. Ela também se apóia em outros materiais, sobretudo, em documentos reunidos posteriormente e publicações recentes.

Os padrões em face das desapropriações

No momento em que chegamos a Rio Formoso, eram expressivos os sinais de crise da agroindústria açucareira.⁹ Das quatro usinas que ali exploram a cana apenas Trapiche, cuja sede está localizada em Sirinhaém (município limítrofe ao norte de Rio Formoso), estava em uma situação tida como sólida e equilibrada. Cucaú, sediada em Rio Formoso, saía de um pedido de concordata. Santo André, localizada em Tamandaré, não havia moído a cana na safra de 1996-97 e desde 1995 não honrava regularmente o pagamento dos trabalhadores. Central Barreiros, situada em Barreiros, ao sul de Tamandaré, entregara ao Banco do Brasil 13 de seus engenhos (nove dos quais localizados em Pernambuco e quatro no estado vizinho de Alagoas) para pagar dívidas e habilitar-se a novos empréstimos. Esta usina, que, na safra de 1988/89, moera quase 650 mil toneladas de cana, chegava à de 1996/97 com uma produção de 350 mil toneladas (ver Sindicato, 1999). Nos engenhos explorados por fornecedores, denominados *particulares*,¹⁰ a queda de produção também era acentuada. Amaragi, por exemplo, um dos maiores engenhos de Rio Formoso, com uma produção de 30 mil toneladas de cana nos anos 70, produzia apenas 6 mil em meados dos anos 90. Neste engenho, como em outros, houve suspensões do pagamento aos trabalhadores. Três mil trabalhadores rurais encontravam-se assim desempregados, segundo estimativa dos dirigentes sindicais de Rio Formoso e Tamandaré.

⁹ A crise da agroindústria fora desencadeada pelas mudanças na política econômica do governo Collor (1989-1992) e agravara-se em virtude de uma seca prolongada e da queda de preço do açúcar no mercado internacional. Ela expressava as dificuldades dos padrões diante da perda da proteção que o Estado brasileiro vinha-lhes assegurando nas últimas décadas por meio de facilidades creditícias, de garantias de preço nos mercados interno e externo, e de programas como o Proálcool, o qual contribuía, nos anos 70, para um aumento notável da produção.

¹⁰ São denominados *fornecedores* aqueles que fornecem cana para as usinas. Entre eles figuram os proprietários e os arrendatários. Os engenhos explorados por fornecedores são denominados *particulares* para distingui-los dos engenhos explorados pelas usinas.

Desde o início da crise, as usinas dispuseram-se a enfrentá-la demitindo trabalhadores. Os dirigentes sindicais opuseram-se a essa tendência, incitando os trabalhadores rurais a abrirem processos na Justiça do Trabalho. A estratégia consistia em estimular os trabalhadores a solicitar o reconhecimento do tempo de trabalho sem assinatura em carteira — o tempo *clandestino* —, de forma a tornar onerosa sua demissão para os patrões. Em 1993, 900 dos 6 mil trabalhadores do município entraram com ações na Junta de Conciliação e Julgamento da cidade vizinha de Barreiros (ver Sigaud, 1996). O efeito da estratégia sindical foi desigual. Mostrou-se eficaz na usina Santo André, que não conseguiu levar adiante a política de demissões devido ao número expressivo de processos. Já nas usinas Cucaú e Trapiche, contra as quais os processos não foram tão numerosos, muitos trabalhadores perderam seus empregos, casas e *roçados*. Deslocaram-se então para as periferias de Rio Formoso e Tamandaré, que experimentaram em consequência um crescimento notável. Os que lograram manter seus contratos nas usinas tiveram suas condições de trabalho deterioradas: aumento da intensidade de trabalho, alterações nas modalidades de pagamento (quinzenal, em lugar de semanal, e em cheque, em vez de dinheiro), e perda de algumas das garantias de que dispunham, como o acesso à terra para lavoura de subsistência, direito que lhes era garantido pelos acordos coletivos.

A entrada em cena do MST ocorreu nesse contexto de crise da cana. Em 1992, *milитantes* da organização propuseram aos dirigentes sindicais de Rio Formoso a ocupação de um engenho. Esta era a primeira vez, em sua recente atuação no estado de Pernambuco, que o MST se associava a um sindicato para fazer uma ocupação.¹¹ O engenho escolhido foi Camaçari, com 2.800 ha, tido como propriedade da Rede Ferroviária Nacional, que, entretanto, fora apropriado pela usina Cucaú. O engenho foi ocupado em abril de 1992, no início da entressafra, por cerca de 1.200 pessoas — homens, mulheres e crianças —, em sua maioria reunidas por *milитantes* do MST em Rio Formoso e municípios adjacentes (Vitória de Santo Antão, Escada e Barreiros). A participação do sindicato consistiu no envolvimento de alguns dirigentes e funcionários e no apoio à iniciativa do MST. Após a instalação do acampamento, passaram a reivindicar do governo do estado a repartição das terras, a distribuição de sementes

¹¹ Desde 1985, o Congresso Nacional do MST havia decidido implantar o movimento em todo o país. Em Pernambuco, a primeira ocupação organizada pelo MST ocorreu em 1989, no município do Cabo, Mata sul-pernambucana. A experiência foi considerada um fracasso pelos militantes, que então refluíram para o sertão do estado. Em 1992, regressaram à Zona da Mata (ver MST, 2000).

para dar início imediato ao plantio, de alimentos sob a forma de cestas básicas, e de *lona* para cobrir as barracas. O noticiário de imprensa da época apresentava os acampados como trabalhadores desempregados com o fim da moagem (*Jornal do Commercio*, 29-4-1992 e 30-4-1992). Após alguns dias, soldados da Polícia e do Exército desalojaram os trabalhadores. A usina havia conseguido provar que as terras lhe pertenciam, mediante uma documentação até hoje posta em questão pelo MST. Houve os que preferiram retornar às suas casas, mas 800 pessoas seguiram para Vermelho, um antigo assentamento promovido pelo Incra, e lá montaram um novo acampamento.

Entre abril de 1992 e setembro de 1997, 12 engenhos foram ocupados nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré. Da maioria destas ocupações participaram pessoas que haviam estado naquela de Camaçari. No mesmo período, dezenas de outros engenhos também foram ocupados em outros municípios da Mata pernambucana. Em todos os casos, tratava-se de reivindicar a desapropriação do engenho, sob alegação de que este era “improdutivo”.¹² Em 1995, o Incra realizava a primeira desapropriação naquela área do litoral sul de Pernambuco: o engenho Cipó, ocupado em 1994 por vários daqueles que haviam estado em Camaçari. Este foi também um dos primeiros engenhos da longa lista de desapropriações que vieram a ser feitas em seguida, na Mata canavieira.

Entre os padrões em declínio, houve os que passaram a ver na desapropriação uma solução para seus problemas. Este foi o caso do arrendatário de Amaragi, que afirma ter pedido aos dirigentes sindicais que desencadeassem o processo junto ao Incra. Com a desapropriação, as benfeitorias são indenizadas em dinheiro líquido. Quanto à terra, a indenização é feita em Títulos da Dívida Agrária (TDA) que têm valor de mercado.¹³ O arrendatário de Amaragi não receberia nada pela terra, pois ela pertencia à usina Central Barreiros, mas, com a indenização das benfeitorias, iria poder saldar as dívidas trabalhistas que acumulara com os trabalhadores desde o início da crise e ainda lhe sobriam recursos para investir na exploração do turismo, atividade que priorizava. Já o proprietário de São João, dizendo-se falido, ofereceu a fazenda para que o sindicato de Rio Formoso a adquirisse, segundo relato de sindica-

¹² Com a Constituição de 1988, ficou estabelecido que as propriedades que não cumprissem a sua “função social” tornavam-se passíveis de desapropriação. Em 1993, a Lei nº 8.629 regulamentou o conceito de “função social” e definiu a improdutividade, calculada a partir de indicadores técnicos, como um dos critérios para caracterizar seu não-cumprimento.

¹³ As TDAs são títulos utilizados em negociações no mercado financeiro. Foram, por exemplo, usadas nas privatizações de empresas estatais.

listas. Esta oferta deu origem ao pedido de vistoria feito ao Incra, para verificar se o engenho era improdutivo e, posteriormente, se podia ser desapropriado.¹⁴ Tanto Amaragi quanto São João enquadravam-se na categoria dos engenhos passíveis de desapropriação: eram improdutivos, segundo os critérios fixados pelo Incra.

Mas a desapropriação nem sempre era vista como solução pelos patrões em declínio. Assim, os donos da usina Santo André se opunham ao pedido de desapropriação encaminhado pelo sindicato de Tamandaré, referente a três dos seus 16 engenhos. A usina Central Barreiros, mesmo após ter entregue os 13 engenhos ao Banco do Brasil, enviou suas milícias a três engenhos ocupados — Ilhetas, Mascatinho e Brejo — para desalojar os trabalhadores acampados. O grupo ao qual pertencem essas duas usinas apostava ainda na possibilidade de se reestruturar e, nesse sentido, lutava para preservar seu patrimônio.¹⁵ Em um momento pleno de incertezas como aquele, uma ocupação em um engenho, com toda a pressão social que ela representava, era um complicador em possíveis negociações com o banco e com o Incra.

Para os patrões que estavam conseguindo contornar a crise, a questão das desapropriações não se colocava. A usina Trapiche, por exemplo, desde o início da década, vinha se reestruturando: havia reduzido o contingente de trabalhadores de 4.200 para 3 mil, racionalizado a administração dos recursos humanos, e seus engenhos eram tidos como altamente produtivos. Cucaú começava a sair da crise, depois de algumas centenas de demissões, e suas terras também eram produtivas. Nenhuma dessas duas usinas interessava-se pela desapropriação e ambas sabiam que suas terras não seriam ocupadas, pois só eram montados acampamentos em terras improdutivas. Todavia, nem sempre os patrões cujas terras eram produtivas permaneceram à margem das ocupações e dos pedidos de desapropriação. Assim, Carlos, arrendatário dos engenhos Minguito e Serra d'Água (Rio Formoso) e tio do arrendatário de Amaragi, viu, para sua tristeza, seus engenhos serem ocupados em abril de 1997 (ver

¹⁴ Os processos de desapropriação são desencadeados com o pedido de vistoria, isto é, uma inspeção do imóvel. O Incra envia então seus técnicos à propriedade para examiná-la. Eles deverão produzir um laudo a partir de critérios técnicos, visando determinar se o imóvel é ou não produtivo. Se for considerado improdutivo, procede-se à sua avaliação, que pode ser contestada pelo proprietário. O processo é enviado para o Incra em Brasília e é o presidente da República quem assina o decreto declarando a propriedade de interesse social, o que permite então sua desapropriação.

¹⁵ O engenho Brejo era um dos únicos engenhos do lote entregue ao Banco do Brasil explorado diretamente pela usina. Mascatinho havia sido apresentado à Justiça do Trabalho como garantia para o pagamento de parte do débito trabalhista da usina, que tinha a intenção de trocar aqueles engenhos por outros.

capítulo 2). Embora fossem tecnicamente produtivos, tornaram-se vulneráveis ao serem entregues ao Banco do Brasil pela usina Central Barreiros, a proprietária das terras.¹⁶ Como os demais engenhos do lote¹⁷ foram repassados ao Incra e entraram no rol dos desapropriáveis, portanto suscetíveis à ocupação.

Os sindicatos de trabalhadores rurais e o movimento dos sem-terra: da cooperação à concorrência

Reforma agrária com desapropriação dos engenhos é uma reivindicação antiga das organizações de trabalhadores rurais da Mata pernambucana. As Ligas Camponesas, criadas em meados dos anos 50, tinham nela sua principal bandeira: *reforma agrária na lei ou na marra* era a palavra de ordem das lutas sociais do início dos anos 60.¹⁸ Os sindicatos e a Fetape também sustentavam esta bandeira, conforme já foi assinalado. Na década de 80, por exemplo, a federação defendia um programa de racionalização da agroindústria canavieira, que previa, entre outras medidas, a reforma agrária.¹⁹ Foi, no entanto, somente na década de 90 que a reivindicação de desapropriação passou a associar-se ao ato de ocupar o engenho desejado e nele montar um acampamento.

Em Rio Formoso, essa associação surgiu de uma iniciativa do MST e consolidou-se graças à cooperação dos sindicalistas. No estágio atual de nossos conhecimentos, não podemos explicar por que os *militantes* do MST buscaram uma aliança com sindicalistas em Rio Formoso, um dos bastiões da Fetape.²⁰ Também não pode-

¹⁶ Carlos havia arrendado essas terras em 1952, assim como José Bezerra, seu irmão, que arrendou então as terras de Amaragi.

¹⁷ A maioria dos engenhos entregues pela Central Barreiros ao Banco do Brasil estava sob regime de arrendamento. Na negociação, a usina perdia parte de seu patrimônio, mas saldava parte da dívida com o banco. Na situação em que se encontrava, a usina dificilmente poderia recuperar os engenhos arrendados. Para fazê-lo, teria de indenizar os arrendatários pelas benfeitorias. Com a entrega dos engenhos ao banco e sua venda posterior ao Incra, este ônus recaiu sobre o Incra.

¹⁸ Há vasta bibliografia sobre este período. Ver, por exemplo, os depoimentos de atores como Francisco Julião (1962 e 1968), Gregório Bezerra (1979) e Paulo Cavalcanti (1978), e análises como as de Manoel Correa de Andrade (1964) e Aspásia Camargo (1974).

¹⁹ A Fetape endossava então as propostas do Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste (Geran), criado pelo governo federal em 1966, com sede no Recife, e extinto em 1970, por pressão dos patrões. Ver Fetape, 1983.

²⁰ Desde o final da década de 1970, o sindicato de Rio Formoso cooperava estreitamente nas manifestações propostas pela Fetape, notadamente nas greves. José Paulo, o ex-presidente do sindicato e prefeito da cidade, havia ocupado recentemente o cargo de vice-presidente da federação.

mos explicar por que os sindicalistas se dispuseram a colaborar. O fato é que houve cooperação em Camaçari e nas ocupações que se seguiram. Assim, dirigentes e funcionários do sindicato participaram com os *militantes* do MST das ocupações de São Manuel, em 1992, e Cipó, em 1994, engenhos *particulares* situados em Rio Formoso, dos quais apenas Cipó foi desapropriado. Nessas ocupações, tratava-se de apoiar, como havia ocorrido em Camaçari, a iniciativa dos *militantes* do MST, os quais detinham o *know-how* da ocupação e do recrutamento dos participantes. Os sindicalistas certamente não atribuíam importância a este apoio.²¹ As ocupações deviam ser uma atividade secundária em relação aos enfrentamentos com os patrões nos moldes costumeiros: processos na Justiça e greves.

Em abril de 1996, o sindicato de Tamandaré, em associação com sindicalistas de Rio Formoso e Ipojuca (município vizinho), promoveu a ocupação do engenho São João, mencionado anteriormente, cujo proprietário estava falido. O pedido de vistoria já fora feito ao Incra, e a ocupação só ocorreu após confirmação da improdutividade. Esta foi a primeira ocupação feita sem os *militantes* do MST. Ela inaugura uma série de ocupações exclusivamente sindicais. O líder da ocupação, Jaíso, era o presidente do sindicato de Tamandaré, recém-constituído. Havia sido tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso e participado das ocupações de Camaçari, São Manuel e Cipó. Sindicalistas e *militantes*, no entanto, continuaram tendo relações cordiais. Eis como Jaíso apresentou a situação:

A gente tem uma relação muito boa com eles [os do MST]. A gente acampava junto. A gente fazia a organização junto e acampávamos. Aí depois eles se separaram da gente. A gente continua fazendo os da gente e eles fazendo os deles. A gente sempre conversa. Vou no acampamento deles. Eles pedem apoio. Eu dou, apóio, o sindicato dá apoio a eles.

O fato é que o sindicato deixou de colaborar e passou a concorrer. Em janeiro de 1997, a Fetape pela primeira vez veio a público, por intermédio de um membro de sua diretoria, para afirmar que admitia recorrer a “pressões mais fortes”, inclusive “à ocupação de terras improdutivas” para forçar as desapropriações.²² Em um

²¹ Em janeiro-fevereiro de 1994 e julho de 1995, Lygia Sigaud fez trabalho de campo em Rio Formoso. Os sindicalistas não mencionaram então as ocupações. Cipó e São Manuel, entre outros, eram citados como exemplos da crise, mas não destacados como *locus* de uma outra forma de enfrentamento.

²² Ver, a este respeito, a entrevista com o sindicalista João Santos, secretário de Política Agrária da Fetape, publicada no *Diário de Pernambuco* (12-1-1997).

processo extremamente dinâmico, a Fetape começou a promover ocupações: estimulava os sindicatos a fazê-las, garantindo-lhes apoio em seguida nas negociações com o Incra.

Para compreender as iniciativas dos sindicalistas, é preciso reinscrevê-las no contexto. O Incra começava a desapropriar engenhos ocupados, como ocorreu com Cipó, e a crise da agroindústria se agravava. A usina Santo André, por exemplo, interrompeu o pagamento dos trabalhadores em agosto de 1995. Dois meses depois, Cipó era desapropriado. Nossa hipótese é que a decisão de promover a ocupação de engenhos resultou da percepção de que o mundo da cana estava mudando e que era necessário ajustar-se. Até então, os sindicalistas vinham enfrentando a crise procurando defender os direitos dos trabalhadores e reivindicando programas de emergência junto ao governo do estado na entressafra. Essa linha de ação não os permitiu mais, ao cabo de certo período, falar legitimamente em nome dos trabalhadores sobre os assuntos referentes à reforma agrária. As desapropriações feitas pelo Incra originavam-se em ocupações e estas eram organizadas pelo MST. A partir do momento em que começaram a promover as ocupações, os sindicalistas habilitaram-se como interlocutores tão pertinentes quanto o MST diante do Incra. Além de Tamandaré, também em Vitória de Santo Antão e São Lourenço da Mata realizavam-se, no mesmo período, ocupações sindicais. A inflexão da Fetape oficializou essas iniciativas e contribuiu para conferir mais legitimidade às ocupações de terra, uma forma de luta difundida pelo MST e associada a seu nome como meio adequado de reivindicar desapropriações.

As ocupações feitas em Rio Formoso e Tamandaré no ano de 1997 já se inscreviam neste mesmo quadro. Mascatinho, da usina Central Barreiros, foi ocupado pelo sindicato de Tamandaré em março. No engenho vizinho, Mascate, da mesma usina, havia um acampamento do MST. Os trabalhadores foram despejados e instalaram-se em Mascatinho, onde, segundo indicações, o acampamento sindical anterior já havia sido desfeito. No mês seguinte, o MST ocupou o Brejo. Simultaneamente, o sindicato de Tamandaré organizava os acampamentos nos engenhos Sauézinho, Coqueiro e Saué Grande, da usina Santo André. O MST priorizava os engenhos da Central Barreiros entregues ao Banco do Brasil: ocupou Jundiá de Cima, arrendado a um *fornecedor* com reputação de homem violento. O acampamento foi atacado no mesmo dia por 100 homens armados reunidos pelo arrendatário. Os trabalhadores fugiram e a ocupação se desfez. Em junho, o sindicato de Tamandaré montou no Brejo um acampamento concorrente com os trabalhadores *fichados* no engenho, isto é,

aqueles *moradores*²³ com contrato de trabalho e sindicalizados. O acampamento logo se dissolveu, porque os *fichados* não se dispunham a sustentá-lo, e também não aderiram ao acampamento feito pelo MST. Do lado de Rio Formoso, o sindicato organizou um acampamento no engenho Amaragi. O acampamento durou apenas três dias e foi feito com os *moradores* do engenho. Embora desfeito, o acampamento de Amaragi era contabilizado na listagem da Fetape: ele *vogava* como acampamento, no dizer do presidente do sindicato de Rio Formoso, talvez porque ainda não tivesse se transformado em assentamento, o que só ocorreu após a imissão de posse pelo Incra (ato mediante o qual o Incra se apossa da terra). No mês de maio, o mesmo sindicato montou o acampamento de Minguito e, em julho, o de Serra d'Água, ambos do lote do Banco do Brasil, e que pudemos visitar por ocasião de nosso trabalho de campo.

Os acampamentos montados pelos sindicalistas em 1997, Serra d'Água e Minguito em Rio Formoso e Sauézinho, Saué Grande e Coqueiro em Tamandaré, nos foram apresentados como acampamentos preventivos. No dizer dos dirigentes sindicais, tratava-se de fazê-los antes que o MST o fizesse: “[...] a gente ocupou Serra d'Água para que o povo dos sem-terra não viesse” (sindicalista de Rio Formoso); “nós acampamos aí com medo dos sem-terra. Porque aqui é nosso. Aí, os sem-terra vinham e ocupavam. Aí, nós fizemos ali por causa dos sem-terra” (delegado sindical de Sauézinho).

Na relação entre os movimentos, a montagem do acampamento cria uma situação de fato: ela indica que aquele território já está ocupado. A bandeira içada logo nas primeiras horas da ocupação diz, por meio do logotipo, qual o movimento responsável por aquela iniciativa: “Aí, botamos a bandeira. Quem vinha de longe já via [...] Aí pronto, os sem-terra não entraram” (sindicalista de Rio Formoso acerca do acampamento de Serra d'Água); “acampamos e botamos a bandeira porque se eles [os sem-terra] viessem, encontravam a bandeira levantada. Aí, ia alegar o quê? [...] E com a bandeira ali provando, ele [o hipotético sem-terra] olhava, ia-se embora” (trabalhador rural de Sauézinho). “Engenho improdutivo, se tiver sem bandeira, os sem-terra entram” (delegado sindical de Sauézinho).

Os sindicalistas de Rio Formoso reivindicavam a superioridade de sua forma de recrutamento para constituir o contingente das ocupações sobre a do MST. Assim, para acampar em Serra d'Água e Minguito, eles diziam só ter convidado pessoas conhecidas, trabalhadores ligados ao sindicato, residentes nas *pontas de rua*, entre

²³ *Morador* é o termo nativo que designa aquele que trabalha e reside no engenho. *Fichado* diz respeito àqueles que têm um contrato formal de trabalho.

eles alguns que haviam perdido suas casas em enchente recente.²⁴ O conhecimento e os laços de amizade facilitavam o controle e a manutenção da ordem, afirmavam os sindicalistas. O argumento havia sido utilizado junto ao arrendatário dos dois engenhos para que ele aquiescesse à montagem dos acampamentos: era preferível que estes fossem formados por pessoas de Rio Formoso que ele conhecia de longa data, do que por sem-terra “que ninguém sabe bem de onde vêm”. O MST, por sua vez, reivindica um recrutamento mais amplo: “nós não discriminamos ninguém. Nós abraçamos todos que estiverem na cidade e que queiram acompanhar a *luta*”, explicava José Augusto, apelidado Cabeludo, *militante* responsável pelo litoral sul da Zona da Mata; o movimento “aglutina pessoas”, no dizer do coordenador nacional.²⁵ Enquanto o campo de recrutamento para os acampamentos se restringe, no caso do sindicato, às fronteiras municipais, o MST não está sujeito aos mesmos constrangimentos, o que se explica pela organização distinta dos dois movimentos. Os sindicatos têm sua base territorial no município, seus associados são aqueles que ali trabalham. Assim, compreende-se que, na fase anterior, quando das ocupações em conjunto, os sindicalistas de Rio Formoso só tenham cooperado com o MST naquelas feitas no próprio município, não tendo, por exemplo, acompanhado os *militantes* que conduziram os remanescentes de Camaçari a ocupar engenhos em municípios vizinhos. Já o MST, organizado em microrregiões e livre dos limites impostos por uma base municipal, tem maior margem de manobra geográfica. Seus *militantes* reúnem pessoas de diferentes municípios sem que isso lhes cause problemas. Ali onde os dirigentes sindicais estão menos dispostos a ocupar engenhos, o MST encontra espaço próprio para atuação. Diferentemente dos sindicatos, não possui uma estrutura de associados. A afiliação não é condição de participação e, portanto, apenas os *militantes*, que constituem seus quadros, estão vinculados ao movimento por uma relação orgânica.²⁶

As duas formas de recrutamento são a rigor modelos ideais, úteis para marcar diferenças. Não correspondem à origem efetiva dos trabalhadores que fizeram as ocupações. Assim, São João foi ocupado por pessoas de Tamandaré, mas também

²⁴ Trata-se da enchente da Rua da Lama, episódio discutido no capítulo 4.

²⁵ Ver Stédile e Fernandes, 1999:114-115.

²⁶ Por ignorar esta característica organizacional, a imprensa brasileira e internacional tende a tratar aqueles que participam de atividades do MST, como ocupações e manifestações, como membros da organização, supondo um vínculo orgânico semelhante ao dos associados de um sindicato, ou aos quadros de um partido político. A pesquisa empírica mostra que este não é absolutamente o caso.

dos municípios vizinhos de Ipojuca, Sirinhaém e Rio Formoso trazidos por sindicalistas.²⁷ Brejo, engenho da Central Barreiros do lote entregue ao Banco do Brasil, foi ocupado em abril de 1997 por nove pessoas, todas elas recrutadas entre conhecidos, em uma mesma vizinhança, em Barreiros, por militantes do MST.²⁸ Em ambos os casos, o que prevaleceu não foi o modelo reivindicado, mas as necessidades práticas. Em São João, na primeira ocupação exclusivamente sindical, o modelo seguido foi o do MST: gente de toda parte, como havia acontecido em Camaçari. O que parecia importar era o número. No Brejo, a ordem para ocupar rapidamente o engenho veio da direção estadual. Não se sabe exatamente o que estava em jogo. Talvez a direção temesse que a usina decidisse renegociar aquele engenho com o Banco do Brasil ou com o Incra, o que se tornaria mais difícil, caso ele estivesse ocupado. É possível também que houvesse a intenção de se antecipar aos sindicalistas.

Entre março de 1997, quando começam as ocupações, e setembro, quando fizemos o trabalho de campo, o MST não havia montado nenhum acampamento em Rio Formoso; tampouco havia ainda entrado nos engenhos da usina Santo André. Os líderes sindicais destacavam o caráter preventivo dos acampamentos de Rio Formoso e da usina Santo André, como se do que se tratasse fosse de impedir a entrada do MST e garantir o controle sobre a composição social dos acampamentos. Podemos supor que outras questões estivessem também em jogo. Para os dirigentes sindicais, seria impensável um acampamento do MST quer em Rio Formoso, quer na usina Santo André. Os sindicalistas de Rio Formoso, desde o final dos anos 70, gozavam de elevado prestígio no campo sindical, tendo desenvolvido práticas historicamente valorizadas e reconhecidas como indicação de excelência nesse campo: em um primeiro momento, levar os associados à Justiça para reclamar contra o patrão e, em um segundo momento, fazer greves sempre massivas e expressivas. Os engenhos da usina Santo André — sobretudo Sauézinho, Saué Grande e Coqueiro — constituíam um dos pilares do sindicato de Rio Formoso. Os trabalhadores desses engenhos eram os que mais freqüentavam a Justiça e estavam à frente de todas as greves e manifestações convocadas pelo sindicato, mantendo laços fortes com os dirigentes sindicais aos quais eram leais (Sigaud, 1996). Ora, com a inflexão recente na política da Fetape, ocupar engenhos e neles montar acampamento começavam a emergir como novas formas de ação “virtuosa” no campo: aqueles que pretendessem manter

²⁷ Informações obtidas em 1999, graças à pesquisa desenvolvida por Hernán Gómez e Frédéric Viguier em São João.

²⁸ Isto está demonstrado em estudo sobre a ocupação do engenho Brejo (Chamorro, 2000).

seu prestígio deveriam encarná-las. Um acampamento exclusivo do MST em Rio Formoso seria uma desonra. A instalação de acampamentos com a bandeira desta organização nos engenhos da usina Santo André seria interpretada na mesma forma.

O fato de o MST não ter tomado iniciativa em relação aos engenhos de Rio Formoso ou da usina Santo André indica uma atitude de respeito pela hegemonia sindical sobre determinados territórios. O coordenador local do movimento, Cabeludo, admitiu ter cogitado ocupar os três engenhos de Rio Formoso, mas a organização desistiu quando os dirigentes sindicais garantiram que o fariam. Afinal, o que esta ganharia se entrasse em rota de colisão com sindicalistas que haviam com ela cooperado estreitamente? Para Cabeludo, um tal enfrentamento seria certamente impensável. Nascido no engenho Amaragi em 1970, ele é neto de um antigo delegado sindical, conhecido por sua participação nas lutas anteriores a 1964,²⁹ e afilhado de um sindicalista. Participou de Camaçari a convite de pessoas ligadas ao sindicato e seguiu com os remanescentes daquela ocupação para as que se fizeram em seguida. Em pouco tempo, tornou-se um *militante* com responsabilidades crescentes. Dizia dele o presidente do sindicato de Rio Formoso: “o menino daqui que eles [os do MST] pegaram”. Cabeludo respeitava os dirigentes sindicais, todos mais velhos do que ele.

Em junho de 1997, a imprensa pernambucana anunciava que a Fetape já superava o MST em número de ocupações: 22 contra 20 (*Diário de Pernambuco*, 11-6-1997). Desde então, os dois movimentos vêm-se rivalizando em ocupações e montagem de acampamentos, conformando um processo que poderia ser descrito como de “cismogênese simétrica”, para usar os termos de Bateson (1994 [1935]:171-197). A cada ocupação de um lado, o outro procura responder com outra ocupação, resultando em uma verdadeira escalada. Essa dinâmica está na origem da notável proliferação de acampamentos em Pernambuco, o estado brasileiro onde é mais expressivo o aumento das ocupações. Entre 1990 e 1994, Pernambuco era o sexto estado em número de ocupações (28 sobre um total nacional de 421) e o quarto em termos da quantidade de famílias envolvidas (quase 5 mil sobre um total de aproximadamente 75 mil). Entre 1995 e 1999, período no qual a Fetape passou a adotar essa prática, o estado tornou-se o primeiro tanto em número de ocupações (308 sobre 1855) quanto de famílias (35 mil sobre um total de cerca de 256 mil).³⁰

²⁹ Trata-se de Amaro Pedro, mencionado por L'Estoile e Pinheiro (capítulo 2). Para uma análise de suas relações com o arrendatário de Amaragi, ver Sigaud, 1999a.

³⁰ Ver dados apresentados nos quadros organizados por Fernandes (2000:270-272), que se apóiam em uma base de dados da Unesp de São Paulo.

O MST e sindicalistas parecem convergir no sentido de considerar a concorrência positiva: “é bom para a reforma agrária”, dizia o coordenador do MST em Pernambuco, referindo-se às ocupações sindicais; “tem o MST e tem o sindicato. No fim, termina em uma *luta* só. Porque está tudo lutando por uma causa justa que é a reforma agrária”, afirmava o presidente do sindicato de Tamandaré. As duas organizações tinham outro objetivo em comum: destinar as terras outrora utilizadas para a monocultura da cana à agricultura de alimentos a ser praticada em regime de economia familiar. Em 1997, essa posição, defendida pelas organizações de trabalhadores, colidia com a alternativa proposta pelo governador Miguel Arraes de destinar as áreas improdutivas ao cultivo da cana. Tal alternativa se fundava no argumento, sustentado pelos economistas, de que a cana ainda era a lavoura mais rentável para aquela zona. O conflito entre os dois modelos estava na ordem do dia e contribuía para reforçar as incertezas com relação às possíveis saídas da crise. Assim, conforme nos relatou o dirigente sindical de Rio Formoso, o governador gostaria de fazer com a usina Santo André o mesmo que fizera com a usina Catende. Esta última estava sendo administrada, desde 1995, por um consórcio do qual participavam representantes dos trabalhadores rurais, mas também dos credores e do governo do estado. Ela continuava produzindo cana e açúcar nos mesmos moldes que as demais. Os sindicalistas envolvidos na ocupação dos três engenhos da Santo André recusavam este tipo de solução. O cultivo da cana estava de tal forma associado às relações de subordinação que lhes parecia incompatível com a idéia da reforma agrária, concebida como a libertação dos laços com o patrão. “Reforma agrária plantando cana, a gente não reconhece como reforma agrária [...] O povo espera terra para plantar lavoura diversificada, que possa alimentá-lo”, dizia o presidente do sindicato de Rio Formoso.

Os trabalhadores rurais diante da crise: acampar para dela sair

Os dirigentes sindicais de Rio Formoso e Tamandaré e os *militantes* do MST que atuavam naquela área acreditavam que a reforma agrária era a solução para o desemprego provocado pela crise da agroindústria canaveira.

A situação hoje é diferente de há 10 anos [...] Era muita gente empregada, era os patrões procurando ainda mais gente para empregar [...] A realidade de hoje é uma coisa diferente. A gente está vendo que os trabalhadores estão perdendo o emprego. A saída que tem é a reforma agrária mesmo, porque quem está perdendo o emprego não está deixando de viver. Ele vai ter que arranjar alguma coisa para

trabalhar e viver (Jalzo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tamandaré).

A reforma agrária, conforme a entendiam, consistia na desapropriação do engenho seguida da distribuição das terras sob a forma de parcelas aos trabalhadores, para que as cultivassem com suas famílias. As ocupações e os acampamentos inscreviam-se, assim, para eles, na lógica da *luta*³¹ por esta reforma agrária.

Havia, no entanto, uma série de sinais que indicavam que a crença na reforma agrária como saída encontrava-se desigualmente distribuída entre os trabalhadores rurais, assim como a disposição para a *luta*. Portanto, havia os que recusavam o convite para participar de acampamentos com o argumento de que não queriam a terra. Contava Cabeludo, referindo-se às vicissitudes do recrutamento nas *pontas de rua*: “Uns recebem bem, outros recebem mal. Dizem que sem-terra é agitador, sem-terra não presta, que não vai morrer para conseguir um pedaço de terra, que quem quer terra é gôgo”.³²

Em Sauézinho, havia trabalhadores que encaravam com ceticismo a perspectiva de reforma agrária no engenho. Eles recorriam à mesma associação de idéias, conforme nos relatava o delegado sindical: “Tem trabalhador dizendo que não é gôgo para pegar terra”. No acampamento do Brejo, um trabalhador contava que, em sua tentativa de reunir, a pedido do *militante* do MST, mais pessoas para participarem do acampamento, encontrara alguns que lhe disseram que não queriam ocupar terra dos outros. Em Serra d’Água, o coordenador do acampamento, Dinho, dizia haver trabalhadores que tinham “medo do movimento [da reforma agrária] porque em outras áreas [as milícias] atiram, não é? Matam!” Em Sauézinho, existiam trabalhadores que relutavam em permanecer no acampamento, com medo de “perder a *ficha*”, isto é, o emprego.³³ Eles achavam que seriam demitidos se a usina soubesse que estavam acampados. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

³¹ A palavra *luta* possui diferentes significados entre trabalhadores rurais, como o mostra com muita pertinência John Comerford. No contexto da reforma agrária, ela é, retomando os termos deste autor, “uma palavra central nas narrativas [...] de conflitos entre camponeses e grandes proprietários” [...] “e aponta para enfrentamentos concretos e prolongados, com múltiplos episódios” (Comerford, 1999:20).

³² Gôgo é o nome popular para gongolo, um artrópode que se arrasta pela superfície da terra, sob as folhas.

³³ *Ficha* é o termo que designa o contrato de trabalho por tempo indeterminado. Assim, os *fichados* são os que têm suas carteiras de trabalho assinadas. Distinguem-se dos *clandestinos*, que são os não-declarados, e dos *safristas*, cujo contrato dura somente o período da safra da cana.

Tamandaré lembrava como os trabalhadores rurais haviam brigado a vida inteira pelos seus salários: “Para o trabalhador voltar a trabalhar para si próprio é difícil. Então, na hora que eles se organizam para brigar pela terra, a usina vai deixar de mandar o salário porque ele vai deixar de trabalhar para ela. Então, ele não tem como sobreviver naquele momento. Aí, nisso, eles ficam pensando e com medo. Entendeu?”

Em Amaragi, o medo associado à reforma agrária era o de não ter mais patrão. Neste engenho, desde o tempo do velho Bezerra, o pai de Roberto (atual arrendatário), os trabalhadores estavam habituados a ser amparados em situações de doença e morte. Muitos temiam perder esta proteção (ver capítulo 2).

Essa crença na reforma agrária como saída e essa disposição (variável) para participar da *luta* estavam relacionadas à crise que vinha implicando desemprego para os demitidos, endurecimento das condições de trabalho para os que continuavam em seus postos, e queda ou mesmo suspensão do rendimento semanal ali onde os patrões estavam inadimplentes. Entre esses efeitos da crise e a crença e a disposição interpunham-se uma série de mediações: a percepção que os trabalhadores tinham da situação que estavam vivendo, a qual parecia depender de suas trajetórias e experiências prévias; as redes de relações sociais nas quais estavam envolvidos; os acontecimentos aos quais se viam confrontados. É o que procuraremos mostrar a seguir mediante a comparação entre alguns acampamentos.

Tomemos primeiro os casos dos engenhos Amaragi e Sauézinho, onde, como em Saué Grande e Coqueiro, os acampamentos foram constituídos apenas por *moradores*. Em Amaragi, os trabalhadores tiveram seus salários suspensos, mas o patrão lhes assegurou o direito de cultivar a terra e lhes fez ver que se importava com sua sorte. Mandou matar bois e distribuir gratuitamente a carne, e garantiu algumas feiras no supermercado local, comportando-se assim como um patrão que respeitava a tradição³⁴ dos antigos senhores de engenho: ele protegeu seus *moradores* em um momento difícil. Tal comportamento só poderia reforçar o sentimento de dívida que os trabalhadores sentiam em relação a ele. Ainda que associados ao sindicato, eles nunca fizeram parte da vanguarda das lutas de Rio Formoso: não entraram com ações na Justiça do Trabalho, nem participaram das greves (Sigaud, 1996). Confron-

³⁴ Tradição está sendo aqui empregada no sentido técnico dado por Max Weber ao termo: como um conjunto de normas que legitima a dominação tradicional, o qual é, entre os tipos puros de dominação, o mais apropriado para analisar as relações de dominação nas grandes plantações, pelo menos até a extensão dos direitos sociais aos que trabalham a terra, no início dos anos 60.

tados com a crise, inédita para eles, aguardaram uma solução que viesse do patrão. Foi o sindicato que lhes propôs que fizessem um acampamento, o qual durou apenas três dias e se desfez sem coação. Já em Sauézinho, a inadimplência da usina foi considerada inaceitável pelos trabalhadores. Todos os relatos sobre o acampamento que montaram estão associados à suspensão do pagamento. Tendo fortes laços com o sindicato, habituados ao enfrentamento quase cotidiano com os empregados da usina, aos processos na Justiça e às greves, a crise contribuiu para acirrar os ânimos. De início, fizeram *paradeiros* (greves fora do âmbito das campanhas salariais) para exigir o pagamento dos salários atrasados; passaram a matar os bois da empresa e, por fim, montaram o acampamento, que durou uns 15 dias. Quando a usina voltou a pagá-los, o acampamento começou a se esvaziar. Depois vieram os funcionários do Incra, que lhes fizeram ver que não precisavam se sacrificar dormindo em barracas porque teriam prioridade legal na distribuição de terras.³⁵ Finalmente, o sindicato suspendeu o acampamento. No mês de junho de 1997, liderados pelos sindicalistas, os trabalhadores de Sauézinho acamparam por três dias diante da sede do Incra, no Recife, junto com os de Coqueiro e Saué Grande, para reivindicar a vistoria no engenho.³⁶

O caso de Sauézinho permite ainda notar que a percepção das implicações da crise foi se constituindo progressivamente, a partir de uma série de sinais. Primeiro, a suspensão do pagamento do salário-família, depois do 13º salário e férias e, finalmente, do próprio salário. Outros sinais foram a redução dos investimentos no campo, nas limpas de cana e no plantio e, por fim, a suspensão da moagem, indicando que a usina estava “caindo”. Os trabalhadores escolheram a via do enfrentamento, mas havia os que se perguntavam se não haveria uma reversão, se a usina não seria capaz de “se levantar” de novo. Essa dúvida é que os levava a crer que continuariam a ter a *ficha* e a temer perdê-la. Participavam, no entanto, das atividades organizadas pelo sindicato em favor da reforma agrária. Já o delegado sindical estava plenamente convencido da justeza da nova *luta*. Assim, a primeira coisa que nos disse quando o encontramos foi: “Agora nós já estamos em outra *luta* [...] É organizando os traba-

³⁵ Nos termos da legislação, têm prioridade no recebimento de parcelas de terra aqueles que possuem um contrato de trabalho e residem no imóvel.

³⁶ Desde a década de 1980, as organizações de trabalhadores rurais têm recorrido à ocupação de prédios públicos para exigir o atendimento de reivindicações (Comerford, 1999:127-147). Em Pernambuco, a ocupação do Incra para acelerar o processo de desapropriação tornou-se uma prática tão recorrente quanto as ocupações de terras. Em 1997, os acampamentos se sucediam quase ininterruptamente defronte a sede do Incra.

lhadores para fazer a reforma agrária”.³⁷ Ele e outros trabalhadores estavam já se dedicando ao cultivo de produtos de subsistência, que vendiam na feira de Barreiros, e à criação de animais, como bois e cabras. A impressão que tivemos foi a de que, em Sauézinho, a reforma agrária já havia começado para uma parte dos trabalhadores.

Em Amaragi e Sauézinho, os trabalhadores confrontaram-se com a inadimplência patronal e reagiram de forma distinta. O episódio dos bois é paradigmático: enquanto em um engenho os trabalhadores comiam a carne dos bois que o patrão mandara matar para eles, no outro a carne proveio dos bois da empresa, mortos à revelia dos patrões. Os acampamentos que fizeram também foram criados de formas distintas: em Sauézinho, inscreveu-se em uma sucessão de atos de enfrentamento com a usina; em Amaragi, foi um ato singular apoiado pelo patrão. Nos dois engenhos, entretanto, os acampamentos envolveram pessoas que já viviam juntas em um mesmo local, se conheciam, estavam relacionadas pelo parentesco, compadrio e amizade; possuíam uma história comum e haviam, ao longo de suas vidas, compartilhado experiências, como a da dívida moral com o patrão, em Amaragi, e das greves e da lealdade ao sindicato, em Sauézinho. As disposições para o engajamento ou o distanciamento da *luta* estruturaram-se a partir deste fundo comum, de forma progressiva e coletiva.

Diferente era a situação nos acampamentos constituídos por pessoas vindas de fora, como Brejo, Mascatinho, Serra d'Água, Minguito, São João e, em momento anterior, o de Cipó. Para eles tinham convergido indivíduos de procedências diversas e trajetórias distintas. Tomemos o caso do Brejo, o último acampamento que visitamos e onde, pela primeira vez, conversamos mais longamente com os que lá se encontravam (cf. fotos 5 e 6 do caderno de fotos).

O Brejo está situado às margens da rodovia que liga a estrada litorânea à cidade praiana de Tamandaré.³⁸ O acampamento, montado em abril, por nove pessoas, havia crescido desde então: ele contava com umas 40 famílias, cada uma com sua barraca. Entre abril e setembro, o acampamento já sofrera dois despejos judiciais e um ataque da milícia da usina. Após cada um dos despejos, os participantes haviam deixado o engenho, abandonando seus pertences e a *lona* das barracas, e instalando-

³⁷ A referência temporal justifica-se porque a última vez que encontrara um de nós, que o conhecia já há algum tempo, a *luta* que travava era pelo respeito aos direitos trabalhistas e o cumprimento do acordo coletivo de trabalho.

³⁸ A cidade de Tamandaré está situada em um sítio histórico de Pernambuco e foi palco de batalhas no período da ocupação holandesa no século XVII. Dos anos 60 para cá, tornou-se um balneário, para onde convergem pessoas das camadas médias e da elite pernambucana.

se provisoriamente na beira da estrada. Passados alguns dias, reocuparam o engenho. Os despejos fazem parte das ocupações: os proprietários sempre pedem à Justiça a reintegração da posse e os juízes a concedem sob forma de uma liminar. À exceção dos acampamentos feitos por *moradores*, todos os outros que visitamos passaram por isso. Minguito, por exemplo, foi despejado dois dias após a nossa chegada. Seus participantes instalaram-se então no acampamento vizinho de Serra d'Água. Os despejos do Brejo tinham sido feitos pela Polícia Militar. Após o segundo, as instalações das barracas, deixadas para trás pelos ocupantes, e os *roçados* que estes sempre abrem junto ao acampamento, foram destruídos pela milícia da usina. Assim, em seu segundo retorno, os ocupantes decidiram construir casas de taipa, para tornar mais difícil a destruição. A *lona* colocada sobre as folhas de bananeira que serviam de telhado garantia a identidade de acampamento do conjunto de barracas.

No momento em que retornavam pela segunda vez, após o novo despejo, os acampados sofreram o ataque daqueles que eles chamavam os *pistoleiros* da usina. Estes, após atacar o acampamento de Mascatinho, onde ficaram feridos três trabalhadores, seguiram para o Brejo, onde não houve feridos. Prevenidos pelos companheiros de Mascatinho, os participantes haviam se refugiado na mata. O episódio do ataque, ocorrido em 16 de abril de 1997, foi tema recorrente nas conversas que tivemos naquela semana de setembro, sobretudo com trabalhadores, sindicalistas e militantes do MST. Indagamos o gerente da usina a esse respeito e ele nos declarou ter enviado alguns de seus *homens* aos dois engenhos para proteger o patrimônio da empresa. Esses *homens* da usina eram 17 ao todo, segundo Cabeludo, do MST. Eles foram presos no engenho Brejo pela Polícia Militar, que lhes tomou as armas. À noite, foram libertados pelo juiz da comarca. Esse desfecho do ataque nos foi relatado com indignação por sindicalistas, militantes e trabalhadores de Sauézinho e do Brejo.

Visitamos o Brejo em companhia de Cabeludo. Havia poucas pessoas quando chegamos. Explicaram-nos que os outros tinham ido ao enterro de uma senhora que falecera na véspera. A convite dos que vieram nos acolher, abrigamo-nos em uma barraca que utilizavam para fazer suas reuniões e começamos a conversar com os trabalhadores.

Amaro Santino foi o primeiro que entrevistamos. Ele havia entrado no acampamento no dia 27 de maio, um mês e meio depois da ocupação. Tinha 48 anos e 18 filhos, dos quais 15 viviam com ele. Nascido em Sirinhaém, havia morado 29 anos em um engenho da usina Trapiche. Contou que teve um desentendimento com o cabo do engenho e preferiu ir embora: entregou a *ficha* (demitiu-se) e foi para a cidade de Tamandaré, onde residia um irmão. Ouviu falar do Brejo pelo rádio: "Eu

digo: o engenho Brejo está com problema com o Incra. Chamando bastante gente [a referência é a um programa de rádio mantido pelo MST]. Aí também houve este problema comigo lá [em Trapiche]. Aí eu digo: vou-me embora lá para o Incra [Brejo].” Segundo contou-nos, o rádio falava “do problema dos engenhos que iam ser partidos pela nação [o termo designa uma categoria social: os patrões constituem uma nação, os trabalhadores outra nação]”; assim, “quis pegar um terreno [pedaço de terra] para trabalhar com meus filhos, para deixar de ser obrigado a estes patrões”.

No decorrer da entrevista, ficamos sabendo que ele encontrou no acampamento um conhecido da Trapiche e obtivemos ainda a descrição do modo como havia entrado. Quando chegou, perguntou se tinha “vaga”. Responderam-lhe: “Tem!” “O negócio é cortar madeira, fazer o barraco e se socar debaixo e pronto. Então vou esperar, quando Deus quiser e os homens resolverem o problema, não é?”

O segundo trabalhador, Daniel Pedro, tinha 44 anos. Era separado da mulher, que vivia com seus filhos no Rio Grande do Norte; a mãe e um irmão moravam em Sauézinho; tinha também uma irmã em Barreiros, na casa de quem costumava ficar. Trabalhara 19 anos nos engenhos das usinas Central Barreiros e Santo André. Tivera uma experiência de trabalho industrial em São Paulo, em uma fábrica de plástico, e administrara uma fazenda no Rio Grande do Norte. Desde 1992, estava de volta a Pernambuco, trabalhando em engenhos. Em março de 1997, finda a safra, foi demitido. Ficou “ruando, sem emprego, sem morada, sem comida, à toa”. Estava “batalhando serviço” [procurando trabalho], quando um amigo acampado em Mascatinho lhe contou que iam ocupar o Brejo.

Eu disse: pois eu vou também. Eu já estava caçando vaga em Mascate. Porque eu estou com 44 anos. É, 44 anos de sofrimento na empresa, entendeu? E não adquiri nada. Que eu trabalhei este tempo todinho para os outros e não adquiri nada. E eu trabalhando. Agora vou tentar. Porque eu trabalhando, para mim não adquirir. Também não tenho nada contra a sorte. Porque perdido por perdido eu já estou, certo? [...] Acho que o melhor futuro meu é isso aí [o acampamento]. Também, que se eu perder, não estou perdendo nada [...] Vou jogar na vida, na sorte [...].

Esse trabalhador já havia sido chamado, em 1994, para ocupar Flor de Maria, engenho do município de Palmares, no centro-oeste da Mata pernambucana. É possível que o convite lhe tivesse sido feito em Barreiros, um dos locais onde o MST recruta para as ocupações. Ele não aceitou. Naquela época “não dava ouvido à conversa sobre acampamento porque tinha emprego [...], as firmas eram tudo favoráveis ao emprego”. Mas agora, segundo ele, as empresas estavam cortando o emprego

daqueles com mais de 40 anos: “vou me valer do que agora?” Esse trabalhador comprou 4 metros de *lona*, no dia da ocupação do Brejo, com dinheiro que conseguiu arranjar com amigos. Após oito dias levou a *lona* para o Brejo. Uma semana mais tarde, construiu seu barraco.

O terceiro relato foi feito por Amaro, um jovem de 21 anos. Sua companheira tinha 18 anos e juntos tinham dois filhos. Ele fazia parte do grupo dos nove que realizara a ocupação do Brejo e havia participado do acampamento de Camaçari levado pelo pai. Contou que, naquele ano de 1992, terminada a moagem, o pai ficou desempregado. Era motorista de caminhão e tinha um contrato de safrista. Foi então que os *meninos* do MST apareceram em Barreiros, cidade onde mora. Fizeram reuniões, convidando para participar do *movimento*.³⁹ Pai e filho seguiram, então, com outros de Barreiros para Camaçari; após o despejo, foram com os demais para Vermelho (antigo assentamento), onde ficaram três meses. De lá partiram para Gameleira, para ocupar o engenho Frescundinho. Foram despejados, voltaram para Barreiros, montaram acampamento em um distrito denominado Monte das Cabras e depois voltaram para a cidade, instalando-se em um clube. Tinham então apoio do prefeito, Amaro Biá, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município. Mais uma vez, seguiram para Gameleira a fim de reocupar Frescundinho. Novamente despejados, parte dos participantes ficou acampada na beira da estrada, em Gameleira, e outra foi ocupar São Manuel, em Rio Formoso, onde ficaram sete meses e contaram com o apoio do prefeito. Outra vez desalojados, partiram para ocupar o engenho Cipó. Naquele momento, o grupo era constituído por 80 pessoas. Uma parte permanecera em Gameleira, na *luta* por Frescundinho, que acabou sendo desapropriado; outros já tinham ido embora. Amaro explicava que depois dos despejos muita gente desiste: “porque não é todo mundo que é resistente. Não é todo mundo. Tem gente que desiste. E aí diz: ‘não vou mais não, porque ganhei um despejo, não vou ganhar mais terra, não sei o quê e tal’”.

De toda esta movimentação participaram também seu pai e, a partir de um momento que não foi possível precisar, também sua companheira, em cujo relato figurava a passagem por Mearim, engenho de Palmares, a primeira ocupação da qual

³⁹ *Meninos* era um termo utilizado com frequência para designar um conjunto de *militantes* do MST. É possível que a escolha dessa palavra se deva ao fato de os militantes serem jovens (entre 16 e 30 anos). *Movimento* designa aqui o MST. O termo é utilizado também para designar a Fetape e outras organizações de trabalhadores que promovem ocupações, como por exemplo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com atuação na área norte da Mata pernambucana; é também empregado como sinônimo da *luta* pela reforma agrária.

ela tomara parte: “Eu morava em Barreiros. Aí, eu namorava com esse rapaz, aí eu fui para lá com ele. Aí fiquei lá. É esse [rapaz] com quem eu estou (...) Aí a gente ficou lá, passou uns meses. Depois desistimos. Aí, viemos embora para Cipó”.

No período entre Camaçari e Cipó, Amaro tornou-se *militante* do MST. Em Cipó, ficou oito meses. Depois, seu pai, ele, a mulher e, certamente, outros membros do grupo familiar, saíram do engenho e regressaram a Barreiros. Não gostavam da área, explicou. Amaro foi então trabalhar e afastou-se do *movimento* por dois anos. De volta, participou da ocupação de Mascatinho e, finalmente, da do Brejo. Depois de ocuparem o engenho com nove pessoas é que foram fazer o *trabalho de base* em Tamandaré, Barreiros, Rio Formoso e São José da Coroa Grande. Perguntamos, então, como havia sido o *trabalho de base* e pedimos que contasse, para exemplificar, aquele feito em Tamandaré.

Bom, em Tamandaré a gente chegava assim na casa das famílias e falava que tinha aqui o acampamento; que estava precisando de gente; que tinha era terra; estava negociando com o Incra. Aí, a turma prestava atenção e achava, também, o mesmo que eu achei, que a solução era a reforma agrária, que emprego não tem.

Amaro queria instalar-se no Brejo:

Nós somos, quer dizer, praticamente a gente faz parte da organização. Então, tanto faz para a gente ficar aqui quanto ir para outra área, dependendo da gente gostar da área. Então, o pessoal... a família gosta da área. Aí, já ficou na área, como nós aqui. Aqui eu quero minha parcela. Vou pegar minha parcela aqui [...] Então, a gente da organização, que trabalha na organização, sai conhecendo os acampamentos [...] Então, nós começamos a passar nas áreas, então conhece. Se der vaga na área em que o Incra vem fazer o cadastramento, aí nós já ficamos na área.

O quarto relato foi de um trabalhador que entrou no Brejo no segundo dia. Seu nome era Edmilson. No dia mesmo da ocupação, estava indo para a feira quando cruzou com Dedé, militante do MST, que conhecia de vista. Ele chamou-o para o acampamento, dizendo que era um movimento certo, e pediu-lhe que arranjasse mais gente. Embora nunca tivesse participado de uma ocupação, a idéia não lhe era estranha. Ele trabalhava em Ilhetas, engenho da Central Barreiros que, como os demais, estava sem pagar os salários. Sindicalizado e próximo de Jaíso, já ouvira falar de várias ocupações no sindicato, como a de São Manuel, e chegara a pensar em entrar em Mascatinho, mas voltou no meio do caminho. Decidiu-se na ocasião da ocupação do Brejo:

Que eu queria... eu tenho vontade de trabalhar para mim ... [trabalhar] para os outros, o movimento caiu. Eu trabalhando para mim não caio. Eu estou andando para frente. Porque tenho filha, mais a mulher; [trabalhando] para os outros eu vou para baixo. Não vai dar certo mais.

Quando chegou no acampamento, Dedé mandou que fizesse seu barraco. Pediu lona à Prefeitura, mas não havia mais. Como também não tinha dinheiro para comprar, ficou sem. Cobriu o barraco com palha.

O quinto relato foi de um trabalhador de 50 anos que residia em Tamandaré há 16. Chamava-se Nazareno. Nasceu na usina Santa Terezinha, um engenho situado no município de Palmares. Seu pai, que era *carreiro*,⁴⁰ instalou-se na usina Trapiche quando ele tinha oito anos. Dois anos depois, sua mãe morreu. Quando tinha 20 anos, faleceu o pai. Ficaram ele e dois irmãos. Foi para o Recife, de lá para o estado vizinho de Alagoas, para trabalhar em um engenho; e, por fim, para São Paulo, onde residiu por dois anos trabalhando na construção civil. De retorno a Pernambuco, trabalhou novamente nos canaviais, antes de uma segunda tentativa em São Paulo. Outra vez de volta ao Nordeste, instalou-se em um engenho em Alagoas, de onde partiu porque se aborreceu com o gerente que mandou destruir seu roçado. Foi para Tamandaré, onde residia a sogra, e não voltou mais a trabalhar nos engenhos. Construiu uma casa em um terreno doado pela Prefeitura e passou a viver de vender frutas, peixe e caranguejo preparados por sua mulher.

Aí, fiquei aí, andando, aí, sempre passando aqui [Brejo]. Aí, vi esse negócio desse movimento. Quem me falou foi Zezinho. Zezinho é um militante, não é? E um coordenador. Aí, eu fui gravando, gravando [o que ele dizia]. Um dia, eu vim aqui. Aí, falei, os meninos disseram ... Aí, eu fiz esse barraquinho aqui, plantei esses negócios aqui.

Nazareno fora candidato a vereador, estimulado pelo atual prefeito de Rio Formoso, mas não se elegera. Ele continuava vendendo seus produtos em Tamandaré: "Amanhã mesmo eu vou ter que ir lá na rua, vou vender caranguejo e peixe".

A partir desses cinco relatos, vemos que apenas o jovem Amaro, *militante* do MST e com uma longa história de ocupações, considerava desde há algum tempo a reforma agrária como a solução. Para os demais, essa descoberta era recente.

⁴⁰ Trabalhador que cuida dos animais de tração. Os carreiros são trabalhadores qualificados e circulam mais entre os engenhos. Quando têm a reputação de serem bons, são disputados pelos empregadores.

O trabalhador que nos fez o segundo relato, Daniel Pedro, fora convidado antes para participar de ocupações. Como estava empregado, nem considerara os convites. Só no momento em que se viu desempregado e sem chances de conseguir trabalho a reforma agrária configurou-se como solução. Já para o pai de Amaro, essa percepção ocorreu em 1992: estava desempregado e aceitou o convite dos *militantes* que foram fazer *trabalho de base* em Barreiros. A comparação entre os dois casos permite pôr em evidência o fato de que a crise da cana não atinge a todos ao mesmo tempo, nem da mesma forma.

Amaro Santino (primeiro relato) foi elíptico na forma de narrar sua saída da Trapiche (ele teve um “problema” e por isso decidiu ir embora para o Brejo). Podemos supor que tenha saído para não ser demitido, e que a ocorrência então das ocupações tenha sido um estímulo para ele. Talvez esse também fosse o caso de seu conhecido de Trapiche, que lá encontrou. No engenho Cipó, havíamos conversado com uma jovem cujo marido aceitara o convite para ocupar São Manuel após ter sido demitido de Trapiche. Em Mascatinho, igualmente, encontramos demitidos da mesma usina, o que permite concluir que uma empresa bem estruturada como Trapiche contribui para as ocupações dos engenhos ao demitir seus trabalhadores, assim como as usinas em declínio, como Santo André e Central Barreiros, que não pagam os seus trabalhadores. Mas, para Amaro Santino, diferentemente de seu pai e de Daniel Pedro, a ida para o acampamento não está associada à percepção da fatalidade do desemprego. Ele não menciona a busca de trabalho e tudo se passa como se tivesse deixado a usina e ido quase que imediatamente para o Brejo. Talvez a reforma agrária já fizesse parte de seu horizonte de possibilidades, sobretudo porque alguns de seus colegas de Trapiche já haviam partido para os acampamentos.⁴¹

O quarto trabalhador, Edmilson, confrontava-se com a crise da Central Barreiros, assim como os de Sauézinho com a de Santo André: há algum tempo sem receber o salário no engenho Ilhetas, ele estava convencido da inutilidade de trabalhar para os outros. A reforma agrária já vinha lhe sendo apontada como saída há algum tempo pelos sindicalistas de Tamandaré. As ocupações de março e abril de 1997 oferecem-lhe a oportunidade de participar. Primeiro, pensa em Mascatinho. Chega a se dirigir para o engenho, mas volta no meio do caminho. Logo em seguida, ocupam o Brejo, engenho vizinho de Ilhetas. Perto demais para perder a ocasião.

⁴¹ Muitas pessoas vinham de Santo Amaro, vila do município de Sirinhaém e local de residência de trabalhadores e ex-trabalhadores da usina Trapiche, privilegiado pelos militantes do MST para fazer o *trabalho de base*.

Compreende-se, assim, que ele se disponha a entrar no acampamento no dia seguinte ao da ocupação, após ser convidado por alguém a quem só conhecia de vista.

Nazareno, do quinto relato, não era propriamente uma vítima da crise da cana. Também não fica claro em sua narrativa por que entrou no Brejo. Sua história, no entanto, constitui uma evidência de que entram em um acampamento não apenas trabalhadores rurais, mas também pessoas que há muito deixaram de sê-lo: 16 anos, no seu caso. Já em Mascatinho, assim como em Cipó, havíamos encontrado pessoas que tinham uma ocupação urbana. Vemos, pois, que, embora relacionada à crise do açúcar, a reforma agrária não é vista como saída apenas por aqueles diretamente atingidos por ela, como os trabalhadores desempregados: ela atrai igualmente pessoas com ocupações precárias e vivendo situações de incerteza. Assim, nos dois acampamentos de Rio Formoso encontramos alguns daqueles que haviam perdido suas casas na grande enchente de maio de 1997.

Comparando os casos de Daniel Pedro, Edmilson e Nazareno, a entrada em um acampamento aparece como resultado de um processo no qual os trabalhadores rurais dão sentido à crise que os atinge e a seus próximos, bem como à evolução do *movimento*, trabalho de interpretação no qual podemos perceber os efeitos do *trabalho de base* desenvolvido pelos sindicalistas e militantes do MST. Nazareno — que, morando na *ponta de rua* de Tamandaré, era um destinatário natural do *trabalho de base* — nos disse que o *militante* Zezinho sempre conversava com ele. Ele foi “gravando, gravando”, até que um dia se decidiu. A decisão de entrar em um determinado acampamento e não em outro, por sua vez, parece estar relacionada a fatores conjunturais, como a coincidência entre a existência de uma ocupação e a percepção subjetiva dos efeitos negativos da crise (ver Amaro Santino, seu pai e Daniel Pedro), e a proximidade ao local de residência (ver Edmilson e Nazareno). Chamam também a atenção as referências à presença de conhecidos nos acampamentos. A existência dessas redes de conhecimento, de que nos apercebemos por meio das alusões recorrentes nas entrevistas, deve sem dúvida ser considerada um fator igualmente decisivo na escolha em participar de um acampamento determinado.

Há um outro tema que encontramos nessas cinco entrevistas: à exceção do relato de Amaro, os outros quatro mobilizam a noção de *vaga*. Em dois, surge a referência à palavra *vaga*. O primeiro trabalhador pergunta se tem *vaga* e o segundo diz que estava já procurando uma *vaga*. O termo é o mesmo utilizado quando se trata de procurar emprego. Os que não utilizam a palavra *vaga* mencionam que lá chegaram e se dirigiram a alguém para pedir autorização para entrar. Estas indicações lexicais podem sugerir que os trabalhadores associam a entrada no acampamento à entrada em um emprego e que percebem o acampamento como uma estrutura

hierarquizada, na qual alguém tem o poder de autorizar que ali se instalem, como os donos dos engenhos ou os seus prepostos. Entretanto, outras investigações empíricas seriam necessárias para levar adiante essa análise.

Nesses testemunhos, o motivo indicado para explicar a própria participação na ocupação permanece homogêneo: trabalhar para si e deixar de ser obrigado a fazê-lo para os patrões. O autor do segundo relato deixou claro que ia tentar a sorte trabalhando para si. Essa oposição entre trabalhar para si e trabalhar para o patrão era recorrente nos acampamentos visitados e constitui uma dicotomia antiga na Mata pernambucana: ela se materializa espacialmente no trabalho no *roçado* (para si) e no trabalho no canavial (para o patrão). A possibilidade de trabalhar para si supõe o trabalho para o patrão, pois só aqueles contratados pela usina ou pelo fornecedor têm direito ao pedaço de terra para cultivo de lavouras. O que o acampamento representava de novo era a possibilidade de, a partir dele, lograr trabalhar apenas para si, sem estar subordinado a um patrão. Era essa idéia de reforma agrária que eles pareciam acalentar.

Os trabalhadores com os quais conversamos no Brejo e nos demais acampamentos mantinham uma atitude de espera, aguardando o desfecho de uma situação. Assim, Amaro Santino concluiu seu relato dizendo estar lá esperando pela vontade de Deus e a decisão dos *homens* (termo que aí designa os que têm o poder). Para Daniel Pedro, estar no acampamento era uma espécie de aposta. Ele deixou isso claro quando disse que estava ali tentando, jogando, que não tinha nada contra a sorte, que achava que seu futuro estava ali no acampamento: “Isso não é bom não. Como é que o camarada... que eu já dormi enrolado na lona preta, a chuva batendo dentro do mato, da lama. É bom? Não é bom. Essa vida da gente não é bom não. Mas vamos arriscar ser bom na frente. Entendeu?”

Enquanto aguardavam, procuravam conciliar a participação no acampamento com outras atividades. Assim, Nazareno terminou seu relato anunciando que no dia seguinte iria para a *rua* vender suas mercadorias. Era recorrente essa combinação entre a participação em um acampamento e uma outra atividade que garantisse uma renda monetária. Em todos os acampamentos em que estivemos, uma parte dos participantes encontrava-se ausente por ter ido cortar cana (a moagem recém-começara) ou fazer biscate. Montar uma barraca em um acampamento não implica a ruptura com outras atividades.

Graças aos relatos de Amaro, no Brejo, e de Cabeludo, o militante regional do MST em Cipó, onde ele era parceleiro, conseguimos saber um pouco mais sobre a história dos acampamentos. Narrada como uma saga pontuada de feitos heróicos, a história das sucessivas ocupações começava em Camaçari: “A história deste acampamento é uma história longa. Esta *luta* aqui partiu de Camaçari...”, respondeu-nos

Cabeludo quando lhe perguntamos tão-somente sobre a origem do acampamento de Cipó. Nas narrativas da saga, dois aspectos chamaram a nossa atenção. Primeiro, a redução progressiva do número de pessoas. Os 1.200 de Camaçari, em 1992, eram 80 quando chegaram a Cipó, em 1994. Mesmo descontando os que teriam permanecido em Frescundinho, tratava-se de uma redução importante. Amaro justificava as partidas atribuindo-as aos despejos, ao fato de as pessoas sentirem-se sem coragem para prosseguir. O mesmo dizia Cabeludo, que julgava ser “*a luta pela terra a luta mais difícil do mundo*”. O segundo aspecto diz respeito à persistência de alguns, como o pai de Amaro, que vinha participando das ocupações desde Camaçari, e uma mulher que encontramos em Cipó, que o fazia desde São Manuel. As crianças que nos foram apontadas como tendo nascido nos acampamentos, e que já tinham entre dois e quatro anos, também eram uma prova da persistência dos pais. A presença de remanescentes de Camaçari em quase todas as ocupações da área era uma outra evidência na mesma direção. Contrariamente ao que se poderia supor, sair da *luta* e persistir na *luta* não eram atitudes mutuamente excludentes em uma história de vida. Todos esses elementos mostram bem que abandonar ou persistir na *luta* são atitudes que se inscrevem diretamente nas trajetórias pessoais, e não em uma disposição particular pela *luta*, que poderia ser dissociada dessas trajetórias. O caso do pai de Amaro e sua família constitui um exemplo eloquente. Haviam saído de Cipó porque “não gostaram da área”, ou pelo menos esta foi a razão que quiseram nos dar; nesse sentido, poderiam ser vistos como fazendo parte daqueles que desistem da *luta*. Mas integraram também o grupo dos nove que ocupou o Brejo e, portanto, podem ser vistos como plenamente dispostos para a *luta*.

Estabelecendo uma relação entre o que observamos no Brejo e nos demais acampamentos visitados, por um lado, e as implicações que extraímos das narrativas da saga, de outro, temos condições de compreender melhor os significados da entrada nos acampamentos.

Os trabalhadores com os quais conversamos manifestavam seu desejo de ter um pedaço de terra e trabalhar para si, e atribuíam a esse desejo a razão de estarem nos acampamentos. Certamente tinham também outras razões, mas esta era a mais legítima e, portanto, a mais recorrente. As desapropriações já ocorridas e a multiplicação de acampamentos na Mata pernambucana, naquele ano de 1997, certamente contribuíam para reforçar, entre os trabalhadores, a expectativa de que conseguir a terra era possível. No entanto, eles não detinham controle sobre os rumos do processo de desapropriação. Assim, podemos formular a hipótese de que, caso surgissem outras oportunidades, eles deixariam o acampamento, como o fizeram, por exemplo, Amaro e seu pai e outros tantos que estiveram em Camaçari, Frescundinho, Cipó e

demais engenhos, e cuja história desconhecemos. O fato de fazê-lo não significaria que tivessem deixado de acreditar na reforma agrária como solução. Uma tal crença coexistia com crenças em outras soluções: a reforma agrária era uma saída possível, mas não a única.

Nazareno, Amaro Santino, Edmilson e Daniel Pedro entraram no Brejo buscando uma saída. Nada nos relatos autorizaria a supor que seu ato fosse produto da disposição para se engajar na *luta* pela reforma agrária. Essa disposição estava presente, por sua vez, no caso do delegado sindical de Sauézinho, e poderia vir a se estruturar ao longo do tempo, como ocorrera com Amaro e Cabeludo. Todavia, ao entrar no Brejo, nossos quatro personagens realizaram um ato que é interpretado como inscrição na *luta* pela reforma agrária. De fato, é graças às centenas de entradas em acampamentos que se pode afirmar a existência de uma tal *luta* em Pernambuco. Esse efeito, no entanto, independe da vontade dos indivíduos, do sentido que atribuem ao seu ato. Assim, as entradas nos acampamentos simbolizam uma disposição para se engajar na *luta* sem que esta seja efetivamente sua pré-condição. Uma tal disposição só é indispensável no caso dos sindicalistas e militantes do MST, que são os artífices e os que entretêm a *luta* — com a colaboração do Incra, como mostraremos a seguir. A existência dessa *luta* em Pernambuco possui, portanto, por fundamento, uma multiplicidade de condutas individuais que assumem sentido inscrevendo-se, ao mesmo tempo, nas trajetórias pessoais e, no nível simbólico, na construção de um sentido coletivo, segundo um “jogo de escalas” diferenciado.

A dupla legitimidade

Os acampamentos que visitamos, ou que nos foram descritos pelos trabalhadores (Sauézinho, por exemplo), apresentavam um conjunto de traços distintivos e recorrentes. Eram constituídos de barracas feitas com pedaços de madeira e cobertas de lona, na maioria das vezes de cor preta e em alguns casos amarela. Em todos os acampamentos, havia a bandeira vermelha com o logotipo do MST ou do sindicato. Ao lembrar, nas entrevistas, os acampamentos já desmontados, os trabalhadores sempre mencionavam a lona e a bandeira. Em Sauézinho, por exemplo, o delegado sindical guardava em sua casa a bandeira, envolta em papel de seda e armazenada em uma caixa, como uma relíquia, que fez questão de nos mostrar. Outros trabalhadores nesse engenho contavam que ainda mantinham em casa a lona que cobrira suas barracas.

Os acampamentos apresentavam outros traços distintivos e recorrentes. Eram sempre montados em locais altos, próximos à mata e aos cursos d'água, e de forma a

serem visíveis a alguns quilômetros de distância. As barracas ficavam alinhadas, formando ruas paralelas. Cada barraca pertencia a uma família, mas havia também aquelas que abrigavam um só indivíduo. Como já foi assinalado, os ocupantes não permaneciam todo o tempo nos acampamentos, pois saíam para trabalhar em outros engenhos, pescar ou fazer uma *beliscada* (trabalho eventual). O que os tornava membros do acampamento, independentemente de sua presença efetiva, era o fato de lá terem montado uma barraca.

Todos os acampamentos assemelhavam-se na forma, independentemente do logotipo de suas bandeiras. Havia sido constituídos com os mesmos materiais, situados em localizações semelhantes e organizados em ruas, segundo um mesmo plano espacial. A esta homogeneidade formal acrescenta-se a regularidade temporal na instalação: todos haviam sido implantados no período da entressafra, entre os meses de março e julho. Lavouras individuais constituídas logo após a ocupação eram igualmente onipresentes. No acampamento do Brejo, vigorava uma divisão do trabalho materializada em comissões que cuidavam da segurança, da saúde, da alimentação, do *pedágio*.⁴² Lá também encontramos uma lavoura comum denominada *coletivo*. Esperava-se que nela trabalhassem todos os participantes do acampamento e seus produtos visavam financiar atividades como, por exemplo, os deslocamentos para Recife a fim de “ocupar” a sede do Incra. Tanto a divisão do trabalho quanto o *coletivo* pareciam ser recorrentes nos acampamentos do MST. É possível, no entanto, que também existissem nos sindicais. Encontramos participantes do acampamento de São João pedindo alimentos em Tamandaré, atividade que compete à comissão de alimentação.

A recorrência dos elementos e arranjos observados nos levou a supor que os acampamentos correspondam a uma forma específica, a uma tecnologia política particular de visibilidade. O modelo não é endógeno. Tudo leva a crer que foi engendrado no Sul do país, ao longo do processo de ocupações que desembocou na constituição do MST. Foram seus *militantes*, deslocados para o Nordeste, que o implantaram em Pernambuco, certamente com ajustes às condições da Mata pernambucana, importando com eles as técnicas materiais e sociais necessárias à instalação e manutenção dos acampamentos. Técnicas que, em seguida, foram apropriadas pelos sindicalistas de Rio Formoso e Tamandaré.

⁴² Denominava-se *pedágio* o pedido de contribuição aos ocupantes dos carros que circulavam na estrada. Este pedido era feito por uma comissão recrutada entre os participantes do acampamento.

Na medida em que simboliza uma redistribuição espacial nova, embora por meio de uma instalação provisória, a própria forma do acampamento torna-se suporte de novas práticas discursivas; ela fornece ao processo da reforma agrária as bases de uma dupla legitimidade, a um só tempo individual e coletiva. Os ocupantes dos diferentes acampamentos que visitamos em 1997 tinham, em sua maioria, uma atividade exterior; no caso dos acampamentos de *moradores* (Sauézinho e Amaragi) possuíam, inclusive, uma casa no interior do próprio engenho de cuja ocupação participavam. Mas é o fato de ficar no acampamento, de encenar e viver uma lógica do sofrimento (subsistir nas instalações precárias, sofrer as expulsões, expor-se aos ataques das milícias dos patrões) que permite a cada um fornecer uma densidade simbólica à sua pretensão à terra, a qual o processo administrativo e jurídico de expropriação não lograria, isoladamente, conferir: uma legitimidade para si mesmo e para os outros.

A esse respeito, o caso já citado do desfecho do acampamento de Sauézinho é exemplar: apesar da vitória judicial alcançada (determinando a retomada do pagamento dos salários pela usina Santo André e a previsão de início do processo de expropriação pelo Incra em favor dos trabalhadores do engenho), um pequeno grupo de trabalhadores permanece no acampamento (já largamente abandonado). Dali só partirão após a visita dos funcionários do Incra, que os convencem da inutilidade em continuarem a “se sacrificar” para obter garantias já adquiridas. Será que esta informação não havia antes alcançado estes últimos ocupantes? Isso é pouco provável, tendo em vista a partida dos outros trabalhadores e a presença do delegado sindical. Uma hipótese mais plausível é a de que um novo tipo de capital simbólico emergiu com os acampamentos, irredutível à mera satisfação das reivindicações, o qual este último bastião pretendia continuar a acumular. Em outros casos, é a narrativa da experiência dos acampamentos propriamente dita — sobretudo pelas “sagas” de alguns grupos que, ao longo de anos, passaram de uma ocupação de engenho a outra, antes de conseguir obter uma parcela — que outorga tanto mais legitimidade ao acesso de um trabalhador rural à terra quanto mais se inscreve na duração e na história coletiva em processo de constituição. O que o acampamento torna possível, no plano individual, é apoiar sua pretensão à terra (em relação ao direito do patrão, mas também às pretensões de outros eventuais candidatos a uma *vaga*) sobre um sacrifício, mais ou menos forte, mais ou menos vivido como tal, que seja visível.

Mas visível para quem? Para os representantes do estado de Pernambuco, para o patronato, para os outros trabalhadores rurais, para o sindicato, para os *militantes* do MST (no caso dos acampamentos preventivos dos sindicatos), mas também para os poderes locais (a Prefeitura que, em certos casos, apóia a ocupação, fornecendo

alimento ou alguns metros de lona preta), e para os padres da Igreja Católica. O destinatário principal dessa mensagem continua sendo, no entanto, o Incra, cujos laços com os sindicatos de trabalhadores rurais e com o Movimento dos Sem Terra remetem ao que poderíamos chamar de uma colaboração objetiva. Nesse sentido, os acampamentos proporcionam a essa convergência de interesses sua interface técnica e administrativa. De um lado, a Fetape e o MST respeitam o critério de desapropriação do Incra: a improdutividade é uma categoria da qual os movimentos se apropriaram na escolha de terras para ocupar, de modo a entrar em máxima adequação possível com os critérios da visita técnica. Por sua vez, em Recife, o órgão público endossa as escolhas prévias dos sindicatos e do MST, que atuam como prestadores de serviço ao estabelecer tanto a lista das terras suscetíveis de desapropriação, quanto a dos eventuais beneficiários desta desapropriação. Esta última lista pode sofrer ajustes em função das *vagas* disponíveis: em Cipó, por exemplo, oito participantes do acampamento tiveram de ser excluídos por falta de lugar, segundo a avaliação do Incra que, em consequência disso, comprometeu-se em lhes conceder propriedades por ocasião das desapropriações seguintes. Na medida em que os dois movimentos em posição concorrente (o sindicato e o MST) admitiram, de comum acordo, o interesse em não justapor suas ações (e em respeitar o princípio “um engenho — um acampamento”), os acampamentos impuseram-se como uma forma que permite, tanto ao Incra quanto aos movimentos que os organizam, estabelecer uma lista de beneficiários não suscetível a contestações externas.⁴³

O caso das ocupações de engenhos na Zona da Mata de Pernambuco permite que nos apercebamos, por meio de um estudo regional, das condições sociais de possibilidade de um processo pelo qual, ao cabo de alguns anos, os acampamentos se tornassem, essencialmente, a forma obrigatória de reivindicação da reforma agrária no Brasil. Isso permitiu que a reivindicação de redistribuição fundiária se revestisse de uma legitimidade ao mesmo tempo individualizada — o ato individual de participação em uma ocupação — e institucionalizada — a colaboração, numérica e por

⁴³ Citamos aqui os movimentos que organizavam acampamentos nos municípios da Zona da Mata, onde realizamos nossa pesquisa. Ao lado da Fetape e do MST, que são de qualquer forma os principais atores da reivindicação da reforma agrária em Pernambuco (em novembro de 1997, contavam-se, na Zona da Mata, 13 acampamentos da Fetape e 21 do MST), é preciso citar também, entre os movimentos ativos na região, organizações tais como a CPT, três acampamentos; ou ainda movimentos como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), um acampamento; o Movimento dos Trabalhadores (MT), quatro acampamentos; e o Movimento das Comissões de Luta (MCL), um acampamento. Sobre esses dados, cf. Incra, “Atuais acampamentos cadastrados no Estado de Pernambuco” (novembro de 1997), apud Barroso Filho, 1999:322-324.

meio de listas, entre o órgão federal encarregado da reforma agrária e os movimentos de trabalhadores rurais. Este *modus operandi* institucional, que parecia ter conciliado de forma estrutural interesses politicamente expressos sob a forma da divergência e da relação de força — senão do confronto (governo federal contra o MST) —, não está, no entanto, inteiramente ao abrigo das tomadas de posição governamentais, que podem emperrar as engrenagens de seu funcionamento. Em setembro de 2000, uma medida provisória do presidente, promulgada pelo governo federal, excluiu do processo de desapropriação toda propriedade feita objeto de ocupação ilegal: esse processo de individualização de reivindicação fundiária que se associava progressivamente a um mecanismo institucional encontra-se, assim, novamente questionado pelo ataque sofrido por seu principal dispositivo, os acampamentos.

Capítulo 2

Projetos, apostas e hesitações: notas sobre três engenhos em situação de incerteza

Benoît de L'Estoile
Claudio Pinheiro

O momento de nossa chegada a Rio Formoso, em setembro de 1997, era vivido, pelo conjunto daqueles que encontramos, como um momento de transformação rápida e mesmo de desordem — tema que dominava tanto o discurso do patrão do engenho, em cuja casa estávamos hospedados, quanto os discursos do prefeito, de líderes de trabalhadores rurais, de administradores de usina, e também de *moradores* do engenho ou daqueles que participavam de ocupações de terra.¹ A monocultura da cana-de-açúcar, que havia prevalecido na região desde os primórdios da colonização no século XVI, dava impressão de estar prestes a ruir. A grande propriedade rural parecia recolocada em questão com as ocupações de terra e o início de uma reforma agrária que, aparentemente, estava por fim a ponto de se realizar. Enfim, grandes projetos ligados a investimentos internacionais previam a reconversão da região ao turismo (ver capítulo 1).

De um lado, a situação era caracterizada por sua “abertura”. A desordem aparente e a redistribuição das cartas do jogo que se anunciava criavam um contexto no qual, em certo sentido, “todas as esperanças eram possíveis”. Era um momento extremamente aberto e, por isso mesmo, desconhecido, arriscado, perigoso e, portanto, particularmente propício à formulação de “projetos” individuais e coletivos, mas também às hesitações, às dúvidas, e mesmo ao desnorteamento dos que tinham mais

¹ Esta impressão foi confirmada pelos antropólogos brasileiros que nos acompanhavam: Lygia Sigaud e Afrânio Garcia, que vêm realizando pesquisas de campo na região, desde o início dos anos 70, no quadro dos projetos de pesquisa do Museu Nacional.

a perder com uma transformação das relações sociais. Tratava-se de um momento, como procuraremos mostrar aqui, no qual certos atores encontravam-se em uma situação em que eram levados a fazer uma “aposta”. Por outro lado, os indivíduos, na região, não eram todos igualmente atingidos por essas perturbações e não tinham dela a mesma percepção, nem a mesma consciência. Assim, o projeto turístico Costa Dourada, que ocupava lugar de destaque no discurso do prefeito, parecia não ter significado para grande parte dos trabalhadores, seja nos engenhos ou nos acampamentos.² Do mesmo modo, para muitos trabalhadores dos engenhos as ocupações de terra não lhes diziam respeito.

A situação nos oferecia, portanto, uma oportunidade única de pesquisa, na medida em que o espaço dos possíveis mostrava-se mais aberto que o usual. Um dos interesses da situação, do ponto de vista teórico, resultava precisamente da incerteza generalizada quanto ao futuro. Essa incerteza contrastava com o que era, para a maioria da população, um “destino” previamente traçado, quase imemorial. E então as normas de comportamento, que até ali organizavam as condutas (tendo em vista que estruturavam as “expectativas” de uns e outros), pareciam postas em questão. Já não se sabia quais eram as regras do jogo com referência às quais seria possível orientar-se, enquanto os comportamentos habituais não se afiguravam mais necessariamente apropriados. Assim, esse momento de fortes abalos era também ocasião de voltar-se para o passado.

Gostaríamos de, a partir das observações realizadas em setembro de 1997 e de pesquisas anteriores, esboçar uma análise das reações diferenciadas dos indivíduos diante de tais transformações e em face dessa situação de incerteza, e propor algumas hipóteses provisórias como pistas para uma nova fase de investigação.³ Centrar-nos-emos em três engenhos de Rio Formoso: Amaragi, Minguito e Serra d'Água, situados às margens da BR60, pertencentes à usina Central Barreiros e arrendados, desde a década de 50, por membros de uma mesma família.⁴ Por ocasião de nossa chegada, esses três engenhos encontravam-se em situação de “crise”. Amaragi estava à beira da

² A antecipação de grandes projetos, anunciados antes mesmo de qualquer sinal que lhes dê visibilidade, é socialmente muito diferenciada (cf. Sigaud, 1995, sobre a dificuldade de “acreditar” que as terras serão inundadas no caso dos projetos das grandes represas).

³ Este texto foi escrito, em grande parte, antes da nova fase de pesquisa de campo (agosto-setembro de 1999), que confirmou o caráter excepcional do momento que havíamos testemunhado em 1997. Optamos por não fazer modificações importantes e, em certos casos, acrescentar em notas as informações complementares obtidas em 1999 por Benoît de L'Estoile, pertinentes para a compreensão daquilo que observáramos em 1997.

⁴ O engenho Amaragi apresenta o modelo de uma dominação pessoal tradicional, que havia sido estudado por Sigaud (1996).

falência: há dois anos não havia mais plantio de cana⁵ e o engenho iria ser desapropriado. Os outros dois engenhos, apesar de rentáveis e de terem suas terras cultivadas, haviam sido ocupados com a instalação de acampamentos e eram objeto de uma ação de desapropriação. A usina Central Barreiros os entregara, assim como outros nove situados na região, ao Banco do Brasil para saldar suas dívidas. Para entender essa crise, cujas modalidades diferem em cada um dos casos, torna-se necessário inscrevê-la no contexto mais geral de crise da cana-de-açúcar na Zona da Mata.⁶

Por estarmos alojados em Amaragi — que constituía uma espécie de microcosmo das mudanças em curso, na medida em que nele convergiam a crise da cana, o processo de reforma agrária e um projeto pioneiro de reconversão ao turismo — encontrávamo-nos em um lugar privilegiado para abordar tais transformações. No entanto, o fato de estarmos instalados no coração do objeto criava dificuldades. Nossa situação era ambígua: éramos ao mesmo tempo hóspedes, clientes e pesquisadores. Roberto Bezerra, o arrendatário, havia nos instalado em sua casa e na casa vizinha, de seu sócio alemão, e não na antiga casa-grande, transformada em pousada, onde ficavam os turistas. Éramos, pois, hóspedes de um *senhor de engenho* e de sua esposa, Ana Paula, que nos recebiam à sua mesa, faziam as refeições conosco e procuravam nos agradar, comportando-se conforme as normas da hospitalidade tradicional nordestina. Na verdade, o engenho configurava-se como uma extensão do espaço doméstico do senhor de engenho, que empregava constantemente um vocabulário referido à família. Toda a conduta de Roberto e de Ana Paula fazia-nos esquecer que éramos também hóspedes pagantes, isto é, objetivamente, clientes.⁷ Tudo isso contrastava com a razão principal de nossa presença; o fato de que éramos pesquisadores⁸ que buscavam analisar uma situação de crise na qual nosso anfitrião e hoteleiro ocupava uma posição-chave.

⁵ Foi em março de 1997, ao fim da safra, que o patrão em Amaragi anunciou oficialmente a seus *moradores* que não haveria mais trabalho para eles no canavial.

⁶ Esta “crise” começou a se desencadear no início dos anos 90, especialmente após o término das subvenções governamentais e a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, e se traduziu ao mesmo tempo pela diminuição da produção de cana, a falência dos engenhos e usinas, e a dispensa de muitos trabalhadores em toda a região da Zona da Mata (cf. Sigaud, 1996, e a Introdução a este livro).

⁷ A “fazenda Amaragi” tem um “livro de ouro”, no qual os hóspedes deixam palavras de cortesia ao fim do período de hospedagem (transcritas por Liliane Bernardo, em 1999). É notável que a temática da “família” e dos “amigos”, e mais genericamente o vocabulário afetivo, sejam aí onipresentes.

⁸ Especificamente, é essa identidade social de pesquisadores que justifica o financiamento de nossa estada. Ela nos obriga a um esforço para nos distinguirmos dos “turistas” (aos quais os pesquisadores *gringos* poderiam, em particular, ser associados), recusando-nos, por exemplo, a participar das atividades que lhes são destinadas (churrasco na praia, passeios a cavalo etc.).

Nossa entrada no campo foi facilitada porque alguns dos protagonistas dos acontecimentos nos três engenhos eram já “conhecidos” por intermédio de Lygia Sigaud: Roberto e seu pai, José Bezerra; Zé Paulo, o antigo presidente do sindicato e então prefeito de Rio Formoso, os dirigentes do Sindicato de Trabalhadores Rurais, o delegado sindical do engenho Amaragi etc. Graças à existência dessas relações pessoais já estabelecidas tivemos acesso, no caso de Mínguito e Serra d’Água, tanto ao ponto de vista do patrão — por intermédio de seu sobrinho Roberto — quanto aos dos que se encontravam no acampamento, por mediação do sindicato ao qual eram associados. A importância dos laços pessoais transpareceu, por exemplo, no modo como o presidente do sindicato, Teixeira, nos apresentou no acampamento de Serra d’Água, insistindo na longa relação de amizade e cooperação com Lygia:

Essa aqui é do Rio de Janeiro, esses são do exterior, são amigos dela, ela já conhece a gente, amiga nossa, acostumada a fazer trabalho aqui com a gente, e agora veio aqui fazer uma pesquisa aqui, e são também fazedores de livros. Fazem a pesquisa para melhorar os estudos deles, né? Então estão aqui no acampamento e esse acampamento informa história nova para ela, que [quando] ela vinha aqui o problema era salário, agora chegou e ficou abismada com a remodelação, então queria ver aqui o movimento e o palácio, agora tá vendo esse palácio aqui... [risos]

A própria possibilidade da pesquisa dependia da existência dessas relações pessoais preexistentes. Essa constatação permite colocar em evidência o quanto a produção de um saber etnográfico passava pela mobilização e o desenvolvimento de uma rede de relações pessoais com os pesquisados e, ao mesmo tempo, entre os pesquisadores. Graças ao acesso a essas diversas redes, pudemos reunir, sob diferentes formas (da discussão informal à entrevista gravada), elementos que permitem esboçar os pontos de vista de seis tipos de atores nesses três engenhos:

- os “patrões” — Roberto, sua esposa, e seu tio, Carlos Bezerra;
- os “líderes” dos *moradores* — Chiquinho e Zé Francisco;
- *moradores* do engenho Amaragi;⁹
- membros de famílias de *moradores* ligados à exploração turística de Amaragi;

⁹ Não estivemos, em 1997, com os *moradores* de Serra d’Água e Mínguito.

- os responsáveis sindicais e municipais que organizavam os acampamentos;
- participantes dos acampamentos de Serra d'Água e Minguito, organizados pelo sindicato.

O interesse da análise reside no exame de diferentes pontos de vista sobre um mesmo processo, ainda que eles, por vezes, tenham sido apenas esboçados. A possibilidade de fazê-lo foi favorecida pelo conhecimento acumulado sobre a região e pelo caráter coletivo da pesquisa. Convém ainda sublinhar o caráter provisório, até mesmo frágil, dos dados que coletamos: às vezes, não pudemos fazer senão uma observação rápida, sempre à mercê de uma interpretação etnocêntrica; ou então não conseguimos confirmar uma informação dada a nós por um interlocutor. Uma das vantagens metodológicas dessa fragilidade é que ela obriga, por assim dizer, a nuançar as interpretações e a tornar mais explícito o trabalho de elaboração do material “bruto”, que muitas vezes permanece invisível devido a um tratamento mais “bem acabado”. Nesse sentido, tal situação inédita de investigação constitui uma verdadeira “experiência etnográfica” que pode levar à reflexão sobre as práticas de pesquisa (ver capítulo 6).

Para tentar compreender o que vimos naqueles três engenhos, procederemos em duas etapas. Primeiro, forneceremos alguns elementos sobre a história das relações sociais anterior ao momento em que chegamos ao campo, o que permitirá dar sentido às ações dos diversos protagonistas e, sobretudo, restituir alguns traços do sistema de expectativas que organizava os comportamentos. Em seguida, esboçaremos uma análise das diversas atitudes adotadas em face da situação de incerteza que descobrimos.

Crise da cana e crise da dominação pessoal

Por ocasião de nossa estada em Amaragi, alguns de nós foram convidados a assistir a uma assembléia da associação de *moradores* do engenho, recentemente criada.¹⁰ Sem qualquer combinação prévia, encontramos, um grupo considerável de pesquisadores da equipe, presentes à reunião, que se realizava na escola local, ao cair da noite. O objetivo da reunião era mobilizar os *moradores* para reivindicar a inclusão, entre as terras a serem desapropriadas, de um terreno que a usina Central Barreiros pretendia conservar, para fazer um loteamento.¹¹ Era preciso, então, pressionar o

¹⁰ Sua fundação data de 17 de setembro de 1997.

¹¹ Esse terreno não foi incluído pelo Incra na área desapropriada e foi separado do engenho Amaragi.

Incra, responsável pelo processo de desapropriação. Para tanto, os líderes defendiam a realização de um plantio simbólico no terreno em disputa. Muitos líderes tomaram a palavra. O presidente da associação de *moradores*, Chiquinho, propôs aos *moradores* que plantassem, em mutirão, sementes de caju naquela que seria futuramente uma “área coletiva” do engenho.

A reunião visava também convencer os *moradores* a se mobilizarem em favor do processo de reforma agrária. Alguns representantes dos acampamentos e da Prefeitura estavam presentes. Pedro Assunção, líder sindical que coordenava os acampamentos de Serra d'Água e Minguito, conclamava os presentes a se libertarem da “escravidão”. Ele resumia a história da região em três fases: “a escravidão, o salário e a reforma agrária”, e afirmava que “nós [os *moradores*] saímos da escravidão para a reforma agrária”. Zé Francisco, delegado sindical de Amaragi, convidava os trabalhadores a participarem da assembléia do sindicato no domingo seguinte e explicava as razões para aderir à reforma agrária. Chiquinho lamentava que, dos 96 beneficiados pela desapropriação, apenas uns 30 estivessem presentes e insistia na necessidade de uma capacitação técnica para assegurar o sucesso da reforma. Várias vezes tivemos a impressão de que os oradores se dirigiam também a nós: éramos tomados como “testemunhas”, e até mesmo convidados a falar para manifestar nossa opinião sobre o que víamos.

A certa altura, o patrão, que passava de carro em frente à escola, pára e vem ver o que se passa; ele sente que não é bem-vindo (ignoramos em que termos, exatamente, isso lhe é transmitido) e vai embora. A reunião, no entanto, não era — ao contrário da impressão que alguns de nós chegaram a ter — dirigida contra o patrão, mas contra a usina e o Incra. Roberto apoiava a reivindicação contra a usina. Entretanto, a realização de uma assembléia de *moradores* sem a sua participação, e o fato de nós, seus hóspedes, termos sido convidados sem a sua mediação, eram certamente um “golpe” para sua honra de “bom patrão”. O acontecimento indicava claramente que ele não detinha mais o controle sobre o que se passava em seu próprio engenho. Essa negação do papel de *senhor de engenho* de Roberto ganha sentido quando examinada à luz do sistema de relações implantado há décadas em Amaragi. Para os líderes da associação, o que estava em jogo era desfazer os fortes vínculos que uniam os *moradores* ao patrão: “O patrão desse engenho acabou-se. Ele não é mais patrão de ninguém, não”, dizia um deles. A reunião de *moradores* era, portanto, o sinal de uma transformação importante em curso.

Retrospectivamente, segundo um processo clássico, a situação anterior aparecia nos relatos como relativamente estável, ainda que tenha se caracterizado na reali-

dade por transformações consideráveis.¹² Era com referência ao passado (reconstruído) que eram vistas e interpretadas as transformações atuais; inversamente, era em função do presente que o passado era evocado. Assim, nossos interlocutores rememoravam ao mesmo tempo o que a partir de então aparecia como o “passado” e o futuro, portador de esperanças e temores. Aquela era, então, uma situação na qual se evocavam as normas que organizavam os comportamentos, no momento em que elas estavam sendo postas em questão.

O modelo do “bom patrão”

Esse vaivém entre o passado, o presente e o futuro marcou a entrevista que tivemos com Roberto, o patrão de Amaragi, e Carlos Bezerra, o patrão de Serra d'Água e Minguito.¹³ Estes três engenhos foram arrendados pela usina Central Barreiros a dois irmãos (o primeiro, a José, pai de Roberto, os dois outros a Carlos Bezerra), no início dos anos 1950.¹⁴ Conquanto próximos devido aos laços de parentesco, a trajetória histórica dos engenhos é distinta, em especial em função de diferenças nos modos de gestão adotados pelos dois irmãos. O destino contrastante dos três engenhos no processo de crise da cana e, em seguida, no da reforma agrária, estava intimamente ligado às diferenças em suas histórias anteriores.

A entrevista versou sobre o passado, sobre a gestão das relações sociais no interior do engenho, acerca do presente e da crise da cana, atribuída à suspensão da ajuda dada pelo Estado à agroindústria canavieira,¹⁵ e sobre os projetos para o futuro. E era por contraste com o presente carregado de ameaças que a descrição do passado haveria de ganhar sentido.

Uma das questões em jogo na entrevista de Carlos e Roberto era precisamente a construção e validação da figura do “bom patrão”, do “homem bom”.¹⁶ Roberto queria convencer seus hóspedes de que, além de ser um “bom patrão”, ele era amigo de seus *moradores*. Essa imagem fora ameaçada pela cena da noite anterior, na assem-

¹² Palmeira (1976) assinala um fenômeno similar, a propósito da reconstrução idealizada *a posteriori* da relação de *morada*.

¹³ Em 18 de setembro de 1997, por C. Baudelot, A. Garcia, B. de L'Estoile e F. Viguiet.

¹⁴ Na verdade, Minguito foi arrendado mais tarde (1958/59), para compensar Carlos pela cessão de terrenos ao município.

¹⁵ Especialmente com a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1991.

¹⁶ A noção de “homem bom” remete a uma qualidade que se manifesta por atos positivos, em particular por aquele de *dar*: dar proteção, dar ajuda, dar de si.

bléia dos *moradores*, que ele sabia ter sido presenciada por nós. Para ele, tratava-se talvez de restabelecer diante de nós a representação que constitui a sua identidade.

Amaragi foi administrado por José Bezerra de 1952 a 1978. Neste ano, transferiu a gestão a seu filho Roberto, mas continuou residindo no engenho até sua morte, em 1996.¹⁷ A qualificação de “homem bom” e “bom patrão” era recorrente no discurso dos *moradores* que encontramos para descrever o pai de Roberto, “Seu Zé Bezerra”. O “velho Bezerra”, modo pelo qual até hoje se referem a ele, era considerado um patrão mais protetor que os outros, sobretudo no que concerne à assistência médica”.¹⁸ A lógica que define o velho Bezerra como “bom patrão” é relacional, ou seja, a definição se faz por comparação com os outros patrões, segundo um processo ao qual não escapam nem Roberto nem Carlos. Especificamente, a comparação com o pai é acionada, em detrimento de Roberto, nos momentos de crise. Roberto acha-se, portanto, na difícil situação de ter de suceder ao pai e esforça-se para validar aos nossos olhos essa representação de “homem bom”. No decorrer da entrevista, Roberto (e, em menor medida, seu tio) empenha-se então para alimentar a imagem de “bom patrão”, em especial por meio de pequenas histórias, opondo seu modo de agir ao de outros patrões, segundo uma lógica da diferenciação.

Todo o discurso do velho tio (ele tinha 77 anos na ocasião da entrevista) estava organizado a partir de uma oposição entre um passado idealizado e um presente em que todos os valores encontram-se invertidos; foi o advento dos direitos trabalhistas, com o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que marcou para ele o início de uma longa decadência (uma regressão) que culminou com a situação atual, em que “tudo está errado”, tudo está ao contrário. Carlos referiu-se à organização do engenho no momento em que assumiu a direção, em 1952, com base na relação de *morada* (Palmeira, 1976): o pedaço de terra (o *sttio*) dado a cada um era um “direito” concedido pelo patrão, como contrapartida do trabalho no engenho. Ele insistia na generosidade do patrão, que garantia a proteção dos trabalhadores, sobretudo no que diz respeito à saúde:

¹⁷ Para uma apresentação detalhada da formação desse engenho, e da trajetória da família Bezerra, ver Sigaud, 1996.

¹⁸ Essa norma é produto de uma longa história das relações pessoais, que tem suas raízes no período da escravidão (para exemplos desse ideal de “bom patrão” ou “bom senhor de engenho”, vistos da perspectiva dos senhores/patrões, cf. Oliveira, 1988, Bello, 1938, Freyre, 1954 e 1937; para uma análise da dominação pessoal no mundo da monocultura tradicional, cf. Palmeira, 1976, e Heredia, 1989, notadamente o capítulo 7).

Quando eu cheguei tomei conta disso, de primeira, comecei organizando o seguinte: cada um tinha o direito a uma gleba de terra para subsistência. E todos trabalhavam. A conservação das casas era feita *por mim*. Todas as conservações de casa eram feitas *por mim*. Nessa época, como não havia estrada, não havia telefone, as estradas eram estradas de barro muito precárias, então quando adoecia o trabalhador, ou a mulher do trabalhador, *nós* levávamos o homem para o hospital, ou Barreiros ou Recife. *Nós* é quem levávamos o doente.

Roberto: “No nosso carro”.

Carlos: “É. E...”

Roberto: “Antes, tio Carlos, é bom salientar, não eram todos que faziam isso. Só tinha esse tratamento aqui, você e meu pai, modéstia à parte. Isso aí pode ser constatado porque é uma verdade. Não são todos que fazem isso”. (*Ênfases nossas.*)

Para Carlos, a “reforma agrária”, identificada como o fato de cada trabalhador ter acesso a um pedaço de terra, já existiu no passado, antes da chegada dos “direitos” que começaram a quebrar a relação harmoniosa entre os senhores e os *moradores*.¹⁹

Carlos: “Foi a vida naquela época, que nós chamamos do senhor de engenho. Agora aquilo era uma situação..., todos operários moravam nas propriedades. Cada um tinha uma gleba de terra. Eles trabalhavam na fazenda para o empregador. E eles tinham suas áreas de terra para plantar. Sem pagar renda, sem nada. Produziam para eles e o excedente vendiam. Levavam para as feiras e vendiam. Foi em 1963, quando houve uma agitação no setor do campo, que isso então foi desaparecendo”.

Roberto: “Entraram as leis sociais, não é?”

Carlos: “Aí apareceram essas leis sociais. Que o homem tinha que ter carteira. O homem tinha que ter os direitos sociais. E, resultado, para mim não souberam fazer a coisa, complicou tudo. Hoje eu pago os direitos para o homem. E o homem não tem [nada], o governo não está dando cobertura, como devia ser. Eu tenho para mim que aí o negócio mudou. Já existia reforma agrária. [...]”

Para Carlos, as leis sociais, que pretendiam proteger os trabalhadores, tiveram efeito contrário, na medida em que a proteção garantida pelos patrões não foi efe-

¹⁹ O que Carlos não diz é que os *moradores* não eram de modo algum proprietários, nem mesmo “posseiros”, das terras de que tinham o usufruto graças apenas à boa vontade do patrão.

tivamente substituída pela assunção dos encargos por parte do Estado (a cobertura aos assegurados, que o INPS deveria garantir, não se concretizou). Quando ele descrevia a vida do *morador* na época anterior aos direitos, a imagem que passava era a de um verdadeiro idílio pastoril: trabalho pouco cansativo, de manhã nas terras do engenho, à tarde trabalho familiar no roçado concedido ao *morador*, uma vida equilibrada que se opõe à perda dos valores do trabalho. É um mundo que para ele desapareceu com a perda das raízes.

Carlos: “Eles trabalhavam até 1h da tarde. A casa onde eles viviam, vamos dizer, da gleba, a área de terra deles, já era junto da casa. Ele chegava, almoçava, descansava e ia com a família fazer a produção dele. Era junto da casa. Ele tinha tempo para tudo. Naquela época, a própria família trabalhava em ajuda lá na área dele, do plantio dele. Hoje ninguém vai mais. Você não encontra uma mulher hoje para pegar uma enxada e ir para roça. Você não encontra. Eu não sei se aí foi evolução ou bem já...”

Roberto: “Regressão”.

Carlos: “... A regressão da história. Eu acho que tiraram o homem das vidas dele lá, [ele] vivia lá no lugarzinho dele. E abandonaram isso. Tiraram isso e hoje ninguém quer mais regressar a isso. Daqui para frente... Esse engenho que eu moro, vai entrar em reforma agrária”.

Na apresentação de Carlos, é somente o desrespeito às regras, pelo *morador*, que podia interromper essa relação harmoniosa. O princípio da *morada* implicava que o *senhor* permanecesse soberano quanto à disposição das terras, o que no dizer de Carlos tornava a situação “muito simples”:

Agora, naquela época, era um método muito simples. Se ele [o *morador*] não estava cumprindo o regulamento da propriedade, o comparecimento dele, dando a produção dele, eu chamava ele, explicava a situação. E então eu pedia a casa dele, o sítio. Ele colhia tudo que ele tinha plantado. Eu dava um prazo a ele. Ele colhia tudo e depois entregava a casa, não tinha problema. Problema tem hoje. Mas antigamente não.

A “simplicidade” desse método de resolução dos conflitos está ligada à aceitação, por parte do *morador*, sem discussão, de sua expulsão, e mostra bem o caráter sempre provisório dessa relação, que só era garantida pela boa vontade do patrão. As “regras” eram unicamente as regras determinadas no interior da propriedade, e não impostas por instituições jurídicas externas.

É a transformação das relações com os trabalhadores a partir das leis sociais que, segundo Carlos, tornou impossível a relação de *morada*, sobretudo ao tornar impossível a regulação dos conflitos face a face:

Quantas vezes ele mesmo, durante a semana, tinha um problema lá na gleba dele, ele não vinha trabalhar, mas se justificava. Entendeu? Isso aí foi mudando, mudando, mudando e chegou a um ponto que nós não temos praticamente condições, hoje, de ter esse relacionamento com o trabalhador, quer dizer, de ele morar dentro da propriedade. Mora hoje na vila ou na cidade. Muito poucos, aqueles que já moravam de outras épocas, eu, pelo menos, conservo eles lá. Agora, dar terra, dar o sítio, como nós chamamos, a trabalhador novo, eu não dou mais. Porque a lei dá uma cobertura a ele, e você termina perdendo aquela área de terra.

Para Carlos, é evidente que foram as leis sociais que fizeram os *moradores* saírem dos engenhos e multiplicar a miséria nos centros urbanos:²⁰

Resumindo, na minha maneira de raciocinar, eu que alcancei a época passada, estou vendo essa de hoje, no meu modo, e perguntando eu digo: está tudo errado. Tudo errado. Vieram as leis sociais. Hoje, nos grandes centros, Recife e as grandes cidades do interior, está tudo cheio de favela. Vai fazer um levantamento lá, tudo isso foi saído aqui do...

Roberto: "Do campo".

Carlos: "Do campo. Por causa das leis sociais, porque não fizeram um estudo com séria profundidade".

Roberto: "Para manter o homem no campo".

Carlos: "Para manter o homem no campo. Hoje, outro dia eu estava conversando com as pessoas e dizendo, pode ir, o homem que trabalhou no campo ou ainda trabalha no campo, morando na cidade, pode oferecer a ele a terra, o sítio, ele não volta mais. E quem dá o primeiro parecer do não são a própria esposa e os filhos, não querem mais".

²⁰ A deploração da miséria urbana dos trabalhadores que abandonaram o campo aparece já no discurso dos *senhores de engenho* nos anos 1950 (Garcia Jr., 1990:66-67).

O discurso de Carlos justifica de forma bem clássica a saída dos *moradores* e a impossibilidade da *morada* (Sigaud, 1993). Carlos explica então que ajudou seus novos trabalhadores e os filhos de seus *moradores*, quando estes se casaram, a se instalar na cidade, dando madeira e cimento para construírem suas casas. De fato, a situação do engenho Serra d'Água é muito especial, visto que é contíguo à cidade. Os trabalhadores que moram na *rua* (na cidade) estão na verdade situados em bairros próximos ao engenho. Por outro lado, o engenho Minguito estava praticamente desabitado. Não havia, segundo Carlos (em 1997), mais que 19 *moradores* nos dois engenhos, em contraste com um passado no qual chegou a haver 60.

O interessante é que os dois irmãos Bezerra geriram seus respectivos engenhos de modo muito diferente, no que diz respeito às suas relações com os *moradores*. A de Carlos foi uma gestão “modernizadora”: ele mecanizou o trabalho agrícola, utilizou amplamente adubo e herbicidas químicos,²¹ e reflorestou o fundo dos vales, terreno impróprio à agricultura mecanizada, diversamente das partes mais planas. José Bezerra, ao contrário, investiu pouco na modernização agrícola, mas conservou uma importante reserva de mão-de-obra: segundo o delegado sindical, em afirmação feita na assembléia, havia, em 1978, 250 trabalhadores *fichados*²² em Amaragi (no início de 1997 eram apenas 41). Bezerra não adotou, na verdade, a prática de expulsar os *moradores*.²³ Cabe destacar o caráter excepcional de Amaragi, onde a força da relação de *morada* persistiu mesmo quando sofria um processo de extinção com a partida dos *moradores*. Em 1997, havia 641 pessoas residindo no engenho. Essa diferença na gestão da mão-de-obra produziu efeitos no destino dos engenhos com a crise da cana. O pequeno número de *moradores* em Serra d'Água e Minguito tornou os engenhos vulneráveis e sujeitos, portanto, a ocupações, como as promovidas pelo MST. Já Amaragi, engenho “cheio”, estava a salvo.²⁴ Carlos precisou estabelecer um compromisso com o sindicato para ocupar preventivamente o seu engenho, na medida em que suas relações com o sindicato garantiam uma ocupação menos “agressiva” do que seria

²¹ Os herbicidas impedem o crescimento do mato em torno da cana e, portanto, dispensam a necessidade das limpas manuais que requerem uma mão-de-obra relativamente numerosa.

²² *Fichado* é o trabalhador com um contrato de trabalho e registro na carteira profissional.

²³ Essa diferença entre os dois irmãos coloca em questão a hipótese de Sigaud (1996), segundo a qual a condição de homem jovem de Bezerra teria levado a esse seu “estilo” particular. Pode-se pensar que a diferença entre os dois irmãos esteja também ligada ao investimento de José Bezerra na política.

²⁴ No entanto, os *moradores* de Amaragi montaram um “acampamento” fictício, que não durou mais de três dias, para marcar simbolicamente o fato de que o engenho estava ocupado. Com efeito, ele figurava na lista oficial dos engenhos ocupados pela Fetape.

a do MST. Carlos, em seu relato, faz questão de mencionar que não houve “invasão”, mas “pedido”, mesmo que tenha sido um “pedido de má-fé”. O pedido do presidente do sindicato de autorização para acampar foi por ele interpretado no mesmo registro do *pedido de morada*.²⁵ Todavia, se a forma é similar, a correlação de forças era distinta: na realidade, Carlos não estava em posição de recusar esse “pedido” do sindicato.

Relações pessoais e “amizade”

A particularidade de Amaragi remete às relações de longa data entre as famílias dos *moradores* e a família dos patrões. Parece, mas seria preciso verificar este dado, que grande parte das famílias presentes em Amaragi lá está há muitos anos. Assim, Roberto conhece desde a infância a maioria dos trabalhadores que vive em suas terras.²⁶

A relação pessoal expressa-se por meio da importância atribuída à noção de “conhecimento”.²⁷ Essa temática do conhecimento ou relacionamento pessoal aparece seja na relação dos patrões com os *moradores*, seja na relação dos dirigentes sindicais com os que estão nos acampamentos.²⁸ O que caracteriza a relação de *morada* (e também certas formas que a sucederam), por oposição à relação de assalariamento na sua versão ideal-típica, é o conhecimento pessoal. A aceitação do pedido de *morada* era assim precedida de uma “investigação” sobre o caráter e os antecedentes da pessoa, como contou Carlos:

Geralmente eles conhecem um ao outro. Então eu perguntava a eles. Eu ia à cidade e perguntava: você conhece fulano de tal? Diziam: “Conheço. Morou em tal lugar. Em tal lugar, em tal lugar”. E eu tomava o [perguntava pelo] procedimento

²⁵ De fato, o acampamento original de Minguito foi deslocado, a pedido de Carlos, pois se encontrava no cercado onde pastavam os bois. Do mesmo modo, em Serra d'Água, Carlos fez plantarem a cana nova na terra ao lado do acampamento, e os que lá se encontravam tinham o cuidado de não tocar nela.

²⁶ Quando Lygia Sigaud encontrou Roberto pela primeira vez, em 1994, ele insistia no fato de que conhecia “todos pelo nome” em Amaragi, ao contrário do que ocorria na oficina mecânica de Recife, na qual consertam o seu carro e cujo dono não sabia onde moravam seus empregados. Na verdade, Amaro Pedro lembra que conheceu Roberto ainda menino e o tratava por você. Todo mundo em Amaragi fala de Roberto, ou “seu Roberto”, empregando o primeiro nome, ao passo que se dizia “Zé Bezerra” ou “o velho Bezerra”.

²⁷ Sobre a noção de “conhecimento (da pessoa)” em uma sociedade pós-escravagista, ver, quanto à Bahia, Mattoso, 1992, Introdução.

²⁸ A importância das relações pessoais e do “conhecimento” foi igualmente fundamental na investigação mesma, por intermédio de Lygia e Afrânio.

deles : “olha, nunca houve nenhum problema”. Então, eles colocavam. Mas se chegavam coisas duvidosas, eu não aceitava.²⁹

O “conhecimento” permeia as relações sociais, em todos os níveis. Pode-se, assim, associar o modo de recrutamento dos *moradores* e a forma com que Carlos foi “recrutado” como arrendatário, por intermédio de seu cunhado, engenheiro na usina de açúcar:

Mas dependendo da pessoa, ele tem umas propriedades aqui que arrendava. Então o dono da usina perguntou, quem era? Ele disse: “É um cunhado meu. Eu sou suspeito para dar informação”. “O que me interessa é o nome dele, o nome do pai dele. E você vai procurar tomar informações”. E assim foi feito. Depois ele mandou diversos recados que queria falar comigo.

Do mesmo modo, a seleção dos participantes do acampamento de Minguito e Serra d'Água foi descrita pelos sindicalistas opondo explicitamente esse critério de “conhecimento” e do vínculo pessoal às práticas do MST, em termos muito próximos daqueles com que Carlos lembra a seleção de seus *moradores*. Portanto, um funcionário do sindicato comentou:

Então geralmente quando há pessoas de outras cidades, eles [o MST] não fazem assim uma seleção do pessoal, então vem gente de tudo quanto é qualidade, quer dizer, fica mais difícil de você controlar porque você não tem o conhecimento com aquelas pessoas, eles estão interessados, verdade, em conseguir a terra, mas não são pessoas assim que foram selecionadas para aquele fim, então por conta disso é que há mais conflito. Como o pessoal que é coordenado pelo sindicato, nós temos mais conhecimento, são inclusive pessoas que já trabalharam, foram associadas ao sindicato, são pessoas que foram demitidas dos engenhos, a gente já tem um vasto conhecimento. Então fica mais fácil, até por conta do laço de amizade que você tem...

É esse “conhecimento dos trabalhadores” que, para Carlos, constitui a superioridade da administração personalizada dos engenhos, tal como ele e seu irmão a

²⁹ Segundo Heredia (1989:118), em Alagoas estas informações eram geralmente obtidas junto aos demais *senhores de engenho*.

exerceram, em relação às das usinas. Como bem demonstra Palmeira (1976), a relação de *morada* é uma relação personalizada do *senhor de engenho* com cada chefe de família. Isso é indicado por uma história contada por Carlos:

Aqui na propriedade tinha um trabalhador, uma família. Nós chamamos sítio. O velho morreu. E os filhos já todos casados, foram embora. Ficou a velhinha, a senhora dele. Quando ele morreu, *era um homem de quem eu gostava muito*. Então eu fui lá falar com a velha, para ela não ficar naquela área isolada de todo mundo. Ela já era bem idosa. Eu disse: você, porque não vai morar na casa de seu irmão? Na casa do seu filho? E ela disse para mim: não, seu Carlos, deixa eu passar os meus dias de vida, o resto aqui. Eu disse: não tem problema. Veio um filho dela, que morava lá para o lado de São Paulo, e *apossou-se da casa*. Eu disse: mas *você não é morador meu*. Eu deixei sua mãe aqui porque *ela me fez esse pedido*, eu consenti que ela ficasse na casa. Mas você não pode plantar nada aqui, porque *você não é meu morador*.

A *casa* é concedida a um *morador*, chefe de família; em princípio, sua viúva deveria “devolver a casa” e ir morar com um parente (cf. Heredia, 1989:131).³⁰ É o que lhe sugere Carlos, mas ele aceita abrir uma exceção devido à relação privilegiada com o marido dela; a mãe faz o “pedido” para permanecer no local, mas o filho não *pediu* a *morada* e não foi portanto reconhecido por Carlos como “[seu] *morador*”. O que Carlos reprova é o fato de o filho se portar como *posseiro*, pensando que tem por herança “direito” de cultivar a terra e, sobretudo, plantar árvores frutíferas, o que indica relação duradoura.³¹ Com efeito, o relacionamento se torna muito conflituoso, ainda que Carlos continue falando de modo alusivo:

E lá vai, lá vai, a conclusão, sabe o que foi que ele plantou? Laranjeira, coqueiro, bananeira. Todo tipo de fruteira, jaqueira, foi o que ele plantou. Aí eu vi que aquilo não estava dando muito bem, até para efeito psicológico nos outros. Chamei ele e disse: olha, vamos fazer um acordo. Você vai embora e tal. Mas o que ele

³⁰ Essa “norma” é, porém, objeto de várias interpretações. Segundo Palmeira (1976) essa relação é transferível à viúva, mas não aos filhos.

³¹ Na realidade, como Carlos disse mais tarde, as “convenções coletivas” inscreveram no direito a possibilidade de o filho retomar o sítio de seu pai com o falecimento deste. Os sindicatos aconselhavam os trabalhadores a plantar árvores frutíferas, de modo a tornar custosa a expulsão, devido às indenizações.

me pediu por isso, nem a terra valia o dinheiro. Eu digo: não. Fique aí. Porque eu sabia que ele não ia agüentar. Ficou, ficou, ficou. Depois ele veio a mim propor um acordo, de saída. Diga o que você deseja? Ele disse: “O senhor me dá R\$ 5 mil e eu saio”. Como eu tinha interesse em tirá-lo, porque aquilo estava dando uma imagem ruim ao engenho, eu paguei a ele R\$ 5 mil, que não valia nem dois, eu paguei cinco.

Carlos não disse que meios de pressão adotou para que o filho não “agüentasse” ficar; pode-se supor que a privação de trabalho e as vantagens concedidas aos *moradores* tornassem já difícil a situação. Sua preocupação principal era “o efeito psicológico” (de contágio) sobre os outros *moradores* e a “imagem ruim” do engenho. Vê-se, aqui, que a reputação do engenho e de seu patrão junto aos demais trabalhadores e patrões da região foi uma preocupação fundamental que levou Carlos a aceitar a transação.

A existência dessa relação pessoal (e familiar) é vivida por Roberto como engendrando obrigações: ele sente ter uma responsabilidade perante “seus” trabalhadores. O uso do possessivo é significativo: Roberto opõe constantemente *seus* trabalhadores, com quem tem uma relação pessoal e familiar e pelos quais manifesta constantemente sua preocupação, e “os de fora”. Assim explica ele sua atitude, quando se encontrou sem condições de pagar seus trabalhadores em consequência de um grave conflito com a usina — ele quer mostrar que não faltou a suas responsabilidades para com seus *moradores*, e que toda a culpa é da usina:

Eu não tinha condições de pagar os trabalhadores. Pagava um pouco e fazia acordo etc. Chegou época em que eu tinha vaca e boi. Fiz uma reunião com o sindicato, passei a matar o boi e dar a carne do boi aos trabalhadores para eles comerem, com a farinha de mandioca que eles tinham. Porque como eu não tinha dinheiro, tinha boi, então eu dava os bois, a carne etc. Porque eu não podia ver os meus trabalhadores morrendo de fome. Então, essa foi uma razão principal da situação crítica que chegou aqui, até o ponto da desapropriação e da reforma agrária, como está havendo agora. Que eu sou a favor, desde que seja feita de uma maneira correta, com assistência ao homem, para que o trabalhador em si usufrua dela. Eu sou contra a reforma agrária para botar pessoas de fora, que nada têm a ver com os trabalhadores do engenho Amaragi. Agora para os trabalhadores do engenho Amaragi eu defendo tudo. Porque são meus amigos. Viveram aqui desde a época do meu pai. E eu quero dar tudo que for possível e pagar tudo corretamente. Isso é um ponto de vista meu, que eu não abro mão.

Uma convicção desse tipo (de que o “bom patrão” tem deveres perante seus empregados), não é apenas da ordem de uma “ideologia” que mascararia a realidade das relações de dominação; é uma norma de conduta, socialmente reconhecida, à qual se referem tanto os “patrões” quanto os trabalhadores. Trata-se de um ideal de relações sociais que é ativo na construção e manutenção dessas relações.

Esse modelo de relações sociais, acionado pelos dois padrões, constitui uma referência amplamente partilhada — em particular, a noção de obrigações criadas pela dádiva e, inversamente, a denúncia da “ingratidão” representada pelo não-reconhecimento das dádivas recebidas.³² Ao modelo do bom *senhor de engenho* opõe-se o do mau *morador*, estigmatizado como desonesto e ingrato. Roberto conta do seguinte modo um caso exemplar de “mau sujeito”: tendo surpreendido um homem que roubava bananas nos sítios dos *moradores* de Amaragi para alimentar sua família, Roberto se mostra generoso:

Eu trouxe ele para aqui, para a minha casa. Dei comida. Dei dinheiro para ele fazer a feira. Isso era no mês de maio. Ele disse que só ia ter trabalho em setembro, quando as usinas começavam a colher. Eu disse: daqui até setembro eu lhe mantenho. Você vai trabalhar aqui para mim, fazendo alguma coisa para ganhar a sobrevivência.

No entanto, dois meses depois de deixar o engenho, esse homem entrou com ação na Justiça:

Dois meses depois disso, eu recebo uma reclamação trabalhista dele, ele foi para a Justiça do Trabalho, arranjou um advogado e reclamou contra mim, dizendo que trabalhava há cinco anos para mim e que eu nunca tinha pago os direitos etc.

Finalmente, Roberto aceita um acordo. Essa história ilustra a “generosidade” de Roberto, que “perdoa”, “recebe em sua casa”, “ajuda” e “oferece”, não só a seus *moradores*, mas a um homem necessitado, ao mesmo tempo em que lhe opõe a ingratidão e desonestidade do “ladrão” que se escora na Justiça e nos advogados para reclamar “direitos” imaginários.³³

³² Sobre as relações dádiva/dívida, cf. L'Estoile, 1997.

³³ É plausível que Roberto relate esse caso também para nos mostrar que, se houve queixas contra ele na Justiça, elas não são da parte de um trabalhador do engenho, mas de alguém desonesto e preguiçoso.

Pode-se equiparar esse caso a uma outra “história”, em que o fato de recorrer à Justiça é interpretado como sinal de ingratidão: a história de Amaro Pedro que, a conselho dos dirigentes sindicais, processou judicialmente o pai de Roberto, que o havia abrigado e protegido na época do movimento político-militar de 1964. Essa mesma história havia sido contada pelo velho Bezerra a Lygia (Sigaud, 1996:89; 1999a), que desejava obter agora a versão da outra parte. Ao saber que queríamos nos encontrar com Amaro Pedro, Roberto mandou que o chamassem (o termo *chamar* é o tradicionalmente utilizado para convocar um *morador*). O encontro se deu na mesma noite da entrevista com Carlos e Roberto, e aparece assim como uma “confirmação” da veracidade do que fora afirmado pela manhã.³⁴ Amaro Pedro comparece de fato como um rebelde “arrependido”: depois de ter ido à Justiça e ter assim se mostrado “íngrato”, ele foi perdoado por Zé Bezerra, tornando-se aparentemente um modelo de *morador*.

A situação era constrangedora: a entrevista ocorreu na varanda da casa de Roberto. Amaro Pedro, o corpo tenso, permaneceu sentado na ponta de um confortável assento de madeira, e com ar embaraçado ficava mexendo no seu boné, preocupado em “responder bem”. Ele falava de modo contrafeito, afirmando não se lembrar bem. Roberto assistiu ao início da entrevista, bem recostado na poltrona, o *walkie-talkie* (que ele usa para transmitir ordens aos diversos empregados) na mão, observando seu *morador*; ele interveio, às vezes, para fazer perguntas, explicar certas coisas em lugar do *morador*, ou para fazê-lo confirmar coisas que ele, Roberto, dizia (“Não é verdade que não tinha greve em Amaragi?”). Amaro Pedro era, aos olhos de Roberto, uma testemunha da bondade dos seus patrões. Ele não apenas a atestava como insistia no fato de que Roberto havia sucedido dignamente a seu pai no papel de “bom patrão”.

Amaro Pedro: “Eu, como pobre, em nome da graça de Deus, senti muito seu Zé Bezerra morrer. Era um patrão, que pode se procurar de luz acesa, como em Rio Formoso é difícil encontrar. É o filho dele”.

Lygia Sigaud: “Mas porque que ele era tão bom assim?”

Amaro Pedro: “Era um homem que não tinha má opinião do trabalhador. Não botava ninguém para fora. Ele todas as férias pagou e dava aos *moradores* o espe-

³⁴ Pode-se interpretar o chamado de Roberto por Amaro Pedro como, simultaneamente, um gesto de boa vontade conosco (ele quer nos “ajudar” em nossa pesquisa) e como a produção de um “testemunho” a seu favor.

cial, foi bom. Comprado no Recife. Boi trazia. Aqui matava e mostrava ao povo. Quando chegava o tempo de quaresma. E ele não dava peixe ruim. Trazia peixe bom. De classe, de primeira, cavala, dourado, e dava à gente. Agora, depois de muito tempo, soube dos nossos direitos, ele passou a trazer o peixe bom e o boi bom. E vendia para a gente, mais barato do que na cidade. Cortava a carne no engenho, matava, e vendia para a gente. E no começo, ele dava. Deu muito. Gente boa. É um que tem bondade. Atendia a gente em todo o canto. Se a gente quisesse falar com ele, a gente ia lá na casa dele. Era no campo, qualquer hora do dia ou da noite que estivesse em casa. Podia falar com ele. Não tinha esse negócio com ele. Foi bom. E o filho a mesma coisa, gente boa”.

Para além da situação de homenagem forçada (ainda mais porque Roberto assiste a uma parte da entrevista), essa descrição permite apreender o modelo da “bondade”, a qual é manifestada por certo número de atitudes e de gestos que singularizam o comportamento de Bezerra em relação aos outros patrões da região. Essa bondade é caracterizada ao mesmo tempo de modo negativo, pela abstenção de certas práticas usuais (não ter “má opinião dos trabalhadores”, não expulsar os *moradores*), e de modo positivo:

- presentear, especialmente alimentos (ou, após as leis sociais, vender a preços baixos). É notável que Amaro Pedro insista em mencionar a qualidade da comida oferecida por Bezerra;
- receber os *moradores* em sua casa e escutá-los. Parece que os *moradores* apreciavam particularmente, em Zé Bezerra, seu modo de agir com eles, dando prova de uma espécie de “respeito” (mesmo que o termo não seja pronunciado, é nesse sentido que podemos interpretar a afirmação de que ele não tinha “má opinião” dos trabalhadores);³⁵
- prestar ajuda em caso de necessidade.

É notável que obrigações constantes no direito do trabalho, tais como pagamento de férias, sejam atribuídas à bondade do patrão, ao lado das obrigações tradicionais — caso não raro, aliás (Sigaud, 1999b:134-135). Pode-se levantar a hipótese de que é precisamente por comparação com os outros patrões da região, os quais em grande parte não respeitariam essas obrigações, que Bezerra é qualificado como bom.

³⁵ Em 1999, alguns *moradores* de Serra d'Água me disseram coisas similares do sr. Carlos.

A “bondade”, portanto, remete simultaneamente a uma qualificação moral da relação com os trabalhadores e aos gestos de bondade.

Amaro Pedro conta a seguir que, ao sofrer um derrame, foi levado ao hospital no carro de Bezerra. “É graças a isso que eu estou aqui hoje.” O que Amaro Pedro nos dá a entender é que ele deve duplamente a vida a Zé Bezerra, que a salvou pela primeira vez em 1964, protegendo-o, e pela segunda vez quando teve o acidente cardiovascular. No fim da entrevista, Roberto convida Amaro Pedro a jantar à mesa junto conosco, fazendo assim a demonstração de sua generosidade e de sua amizade com os *moradores*.

A questão da ingratidão é essencial: é assim que um líder tem de fazer frente à acusação de se mostrar ingrato com o patrão, quando fez questão de se justificar diante de nós:

Engraçado que tem gente lá, tem um cabo lá no engenho, que falou o seguinte: o [...], [o patrão] ajudou tanto [...]... E hoje ele está contra [o patrão]. O povo pensa que eu estudei porque [o patrão] me ajudou, me bancou. Não foi nada...

Ele contesta a própria categoria de ajuda e afirma, ao contrário, estar desobrigado de qualquer dívida pessoal na relação com o patrão.³⁶ É também nesses termos que se expressa um trabalhador, que deixou Amaragi e se sente visivelmente liberado de qualquer dívida para com o patrão. Roberto não o pagou, e depois de se “contentar com promessas” durante um ano e meio, ele decidiu entrar com um processo.³⁷ Também ele justifica sua ação opondo o comportamento do pai (“ele era um homem bom”) ao do filho. A essa imagem do “bom patrão”, “amigo” de seus trabalhadores, que Roberto esforça-se por fazer prevalecer, opõem-se então outras descrições. Houve um trabalhador que chegou mesmo a comparar Roberto a um morcego:

L’Estoile: “Qual o [tipo de relacionamento com] Roberto que você tem? Você conversa com ele mesmo ou...?”

Trabalhador: “Não, só discussão mesmo. Eu converso com ele, mas o objetivo dele, ele é sempre... Ele não apóia nunca a reforma agrária. Ele fala que vai ser... É

³⁶ Em 1999, o pai, falando dos estudos dos filhos, é mais preciso: “Fui eu que paguei tudo”. Ao contrário, o patrão afirmava ter contribuído para os estudos deste, assim como de muitos outros filhos de *moradores*.

³⁷ Esse ponto é ainda mais notável por Amaragi se singularizar exatamente pela ausência de qualquer processo, o que havia chamado a atenção de Sigaud (1996) para esse engenho.

tipo *morcego*, colocando e abanando sabe. [...] *O morcego corta o boi, tira o sangue, mas está abanando lá*. Assim que é. Mas pessoalmente, quem for dele, pode até ajudar, mas sei que não confio muito. Sempre passa a perna”. (*Ênfases nossas.*)

A descrição das relações patrão/trabalhador, portanto, faz parte do que está em jogo no presente. A avaliação do passado, positiva ou negativa, ganha sentido com relação às transformações em curso.

As avaliações do futuro e as apostas

Em 1997, três elementos caracterizavam a situação:

- ❑ a crise da economia da cana-de-açúcar, que se traduzia especialmente na falência de engenhos e usinas e numa grave crise de emprego para os trabalhadores agrícolas;
- ❑ a perspectiva de reforma agrária, tornada visível pelo fato de muitos engenhos estarem ocupados por acampamentos e outros já divididos em parcelas — o que levava alguns trabalhadores a contar com a possibilidade de tornarem-se pequenos proprietários;
- ❑ o desenvolvimento programado do turismo internacional, com o projeto Costa Dourada, que deveria valorizar essa parte do litoral.

Projetos concorrentes

Diante dessa situação de “abertura”, as reações dos diversos indivíduos são muito distintas, em função das trajetórias, da idade e das esperanças em tirar partido da transformação do espaço dos possíveis. Um dos elementos que condicionam a possibilidade de fazer “projetos” é precisamente a capacidade de se “projetar” no futuro, o que implica ao mesmo tempo uma certa distância em relação às necessidades cotidianas.

Desse ponto de vista, a diferença, do lado dos patrões, entre tio e sobrinho, é notável. O velho Carlos define-se como um homem do passado, “perdido” perante a magnitude das transformações (“eu venho de outra época”), e que só aspira a deixar tudo isso para trás. Ele não mais compreende o mundo em que vive, e este lhe parece em total inversão.

Eu não acredito. Eu vim de outra época, estou vendo essa. Eu sempre converso em casa com meus filhos, com minha mulher. Sempre converso. Eu digo, tal coisa foi de uma mudança tal, que eu fico perdido. Eu não sei mais o que fazer.

Na verdade, ele não tem intenção de lutar pelo seu engenho, que considera como perdido, ainda que a perspectiva da desapropriação da casa-grande, onde vive há 35 anos, seja vivida por ele como injusta e humilhante.

A mim, eu não tenho interesse nenhum mais. Se pagarem o que eu tenho direito, que eu fiz, que eu construí nesses 45 anos, eu não vou mais debitar nada, porque eu não vejo nem futuro nisso.

Mais que inquietação, há aqui resignação. O olhar de Carlos está irremediavelmente voltado para o passado perdido, no qual os valores da ordem social que conheceu eram respeitados. É notável que ele conclua com a idéia de que “a reforma agrária” era realidade antigamente.

A reforma agrária, como eu lhe disse do princípio, a reforma agrária havia aqui antigamente. Que era isso que o homem morava no seu sítio, tinha seu salário. Tinha sua gleba de plantar lavoura de subsistência. Tinha tudo.

A entrevista conclui-se com uma nota nostálgica: folheamos juntos o álbum de fotografias trazido por Carlos: o colégio jesuíta de Recife, os churrascos reunindo os coronéis, as cenas de caça, os retratos de família, testemunhos amarelecidos da vida dos *senhores de engenho*, que está a ponto de desaparecer com o que se configurava naquele momento como o fim da monocultura açucareira.³⁸

Enquanto a reforma agrária era para Carlos uma catástrofe que iria arruinar a obra de sua vida, por Roberto ela era vista de modo inverso, como uma *oportunidade*: de acordo com ele o sindicato entrou com o pedido de desapropriação de seu engenho. Esse acordo foi possível graças ao passado de boas relações entre eles.³⁹ Roberto efetivamente espera obter dinheiro vivo, em virtude das indenizações do Incra pelas benfeitorias (estradas, eletricidade, plantio de árvores, construção de casas etc.) que ele realizou no engenho. O dinheiro das indenizações deveria permitir-lhe liquidar suas dívidas com antigos trabalhadores e também obter o capital de que necessitava para investir no turismo.⁴⁰ Ao “liquidar o passado”, a desapropriação daria a Roberto

³⁸ Em 1999, Carlos deixou a casa-grande de Serra d'Água desapropriada e foi viver no Recife. Ele visitava Roberto regularmente e nessas ocasiões ia ver aqueles, entre os *moradores*, com quem tinha relações de amizade.

³⁹ É também com a mediação de Roberto que Carlos negocia com o sindicato.

⁴⁰ Em 1999, Roberto dizia ter-se enganado quanto a esse ponto: ele nunca chegou a receber as indenizações esperadas.

maior liberdade, sem impedi-lo de manter uma boa relação com seus antigos trabalhadores, essencial para o seu empreendimento turístico.

Roberto e Carlos concordavam, porém, quanto ao fato de que a reforma agrária não só estava destinada ao fracasso como seria a desgraça dos trabalhadores, se fossem deixados por sua própria conta; segundo Carlos, os *moradores* de seu engenho não eram favoráveis a ela: eles não queriam a terra, pois sabiam que iriam morrer de fome.⁴¹ Mas Carlos recusava-se a assumir o papel tradicional de protetor, considerando que o Estado, que vem substituir o patrão, deveria arcar com essa responsabilidade:

Os meus trabalhadores estão todos revoltados. Não querem terra, porque sabem que vão morrer de fome. Porque não querem. Eu digo: “Olhe, esse problema aí não é meu. Esse problema aí é do governo, eu não posso me envolver nisso”. Que eles estão já com experiência de outras áreas onde não deu certo. Ali na cidade, no município de Ribeirão, tem uma usina chamada Usina Caxangá, uma usina de açúcar seminova. Um campo extraordinário. Entrou na reforma agrária, não tem nada. A usina já fechou. Já parou. As terras lá na mão de terceiros.

Roberto: “Está todo mundo morrendo de fome”.

Carlos: “Morrendo de fome”.

Para os dois patrões, esse fracasso era a prova de que os trabalhadores não têm capacidade para se haverem sozinhos, por sua “ignorância”.

Carlos: “[...] Mas como é que pode fazer reforma agrária sem dar uma assistência a esses trabalhadores. Se eles não são nem alfabetizados. Como é que eles podem levar isso a frente? Que eles não têm noção nenhuma. Nenhuma! Técnica não tem nada”.

Assim, no projeto que imaginava para depois da reforma agrária, Roberto via-se em um papel de “conselheiro”, que lhe permitiria conciliar a “responsabilidade” que sente com relação a seus antigos trabalhadores e a ausência de uma relação de dependência salarial (e das obrigações jurídicas ligadas a esta):

⁴¹ Não tivemos oportunidade de encontrar então os *moradores* de Carlos. Segundo entrevistas de 1999, parece que eles estiveram então bastante divididos e que, de fato, aqueles que estavam mais próximos de Carlos – com quem ele conversava mais – eram hostis ao processo de reforma agrária.

Eu tenho uma idéia. Vou tentar pôr em prática aqui no engenho Amaragi. Não sei se vou conseguir. Cada trabalhador vai receber 10 hectares. Eu vou receber a indenização do governo. Minha idéia é, depois disso, chamar os trabalhadores, fazer uma reunião. Montar um engenho pequeno, mas moderno, com motor elétrico etc. Para fabricar açúcar mascavo, como era há anos passados. *Agora o trabalhador não vai ser meu empregado, não. Ele vai ser o dono da terra dele.* Eu vou financiar a ele o fertilizante, o dinheiro para ele plantar a cana e tal. E ele vai vender essa cana para mim, para eu *industrializar* aqui dentro, junto com eles, fazer um tipo cooperativa. E tentar exportar esse açúcar mascavo. Porque na Europa, eu já descobri, o açúcar mascavo é caro. Que é um açúcar natural. Eu tenho essa idéia, aqui no engenho Amaragi, de tentar essa saída. Além do turismo, ter essa saída dos trabalhadores plantarem a própria cana, que se dá bem aqui. E vender e a gente fazer uma cooperação. Eu financiar e tal. Isso é um pensamento meu. (*Ênfases nossas.*)

O projeto de Roberto abrangia os três engenhos, inclusive aqueles de seu tio. Roberto dizia-se pronto a trocar sua posição de “patrão” pela de “sócio”, passando assim da hierarquia à igualdade. Com isso, ele também se desvincilharia das “obrigações” tradicionais do patrão (e do encargo financeiro que elas trazem para o empreendimento), na medida em que os trabalhadores se tornariam independentes. Ao mesmo tempo, estava claro em seu discurso que ele seria de alguma forma o “gerente” da cooperativa. Ou, mais exatamente, poderia-se dizer que, quando imaginava a relação que teria com os “trabalhadores”, Roberto reproduzia (inconscientemente?) a relação que os usineiros têm com os fornecedores de cana.⁴²

A realização desse projeto tropeçava, porém, em uma hostilidade que Roberto dizia não compreender e que talvez fosse uma alusão à cena da véspera, quando os *moradores* fizeram-no sentir que sua presença não era bem-vinda na reunião.

Mas estou sentindo dificuldade, porque não está havendo reciprocidade do lado do sindicato, e do lado dos trabalhadores, em querer minha opinião. Quando eu vou me expressar, dizem: “Não, o senhor é patrão. O senhor é patrão”. Eu digo: eu sou patrão, mas não sou criminoso, nem inimigo. Então é uma dificuldade. Tinha que quebrar isso. “Acho que você foi patrão.” Mas eu sempre me dei bem [com os trabalhadores/*moradores*]. Hoje eu sou uma pessoa igual a eles. Eu quero discutir

⁴² Fornecedor é o termo que designa os produtores de cana que fornecem o produto para as usinas.

o problema de todos. A mesma terra que eu preciso para viver, eles precisam. Como eu, graças a Deus, tive a condição de ter um pouco mais de instrução, *eu posso me oferecer para tentar ajudar*. Não para prejudicar. Mas estou sentindo um certo..., do lado de lá, não estou sentindo uma reciprocidade que deveria ser. (*Ênfases nossas.*)

Antes, naquele dia, ele já nos declarara:

Eles dizem que eu não posso entrar [na cooperativa] porque eu sou patrão. Eu *fui* patrão, mas fui sempre um amigo. Agora, eu deixei de ser patrão, mas continuo amigo. Eu não sou um criminoso.

Contrariamente a seu tio, Roberto (que tinha então 37 anos) destacava-se pelo fato de propor uma série de projetos. Ele imaginava o futuro especialmente em torno do turismo ecológico e empenhava-se em reconverter todos os seus investimentos tanto financeiros quanto, sobretudo, das redes de relações que teceu ao longo dos anos, na transformação da atividade econômica que lhe garante a vida e também a identidade de *senhor de engenho*. É preciso notar também que Roberto integrou claramente a internacionalização simultânea do mercado do açúcar e do turismo, reunindo em seus projetos as demandas de consumidores alemães, assim como as exigências “ecológicas” do novo turismo.

Acho um futuro muito bom. Pelo seguinte, nós temos praticamente 365 dias de verão. Só dois meses ou três meses no ano é que chove um pouco mais. Mas mesmo assim chove à noite, faz sol de dia, chove à tarde, faz sol de manhã e assim por diante. Então, não era tanto problema. Bom, além disso temos aqui em Rio Formoso a única área virgem do litoral de Pernambuco, sem poluição, sem problema, uma área realmente extraordinária. Se for tratado com respeito à natureza. E considerando a preservação do ambiente, acho que o futuro é total. Porque o mundo hoje requer turismo ecológico. Cujo turismo ecológico é exatamente isso que nós temos. A vida dos caranguejos, dos peixes, dos crustáceos. E o povo em si, o contato com os trabalhadores.

Tudo se passa como se Roberto incluísse os *moradores* de Amaragi no elenco de trunfos de um turismo ecológico, ao lado dos crustáceos e dos peixes. É que, de fato, eles estavam integrados no turismo: assim, a visita à casa de farinha, que funciona para a reprodução do grupo doméstico, figurava no programa das atrações pitorescas

do “turismo autêntico” de Amaragi (dessa perspectiva, o engenho constitui uma espécie de “ecomuseu” em atividade). O que para uns faz parte da “vida cotidiana”, para outros é parte de um folclore exótico⁴³ (foto 7).

As imagens paradisíacas são, com efeito, objeto de um uso cenográfico por parte do patrão, nos folhetos turísticos que distribui a seus convidados, e também em seu site na internet recentemente aberto (visitado em abril de 1999). A foto da capa do prospecto publicitário mostra o mar verde, a areia branca e os coqueiros da praia dos Carneiros, sob um céu azul guarnecido de algumas nuvens. Para Roberto, tratava-se de utilizar essas imagens para “vender” um turismo elitista que ele reivindicava como “diferente”, um “Brasil Especial”, simultaneamente “autêntico” e “natural”. Assim, o prospecto de propaganda da pousada, datado de 1997 e intitulado Rio Formoso: Brasil Especial, anunciava: “Viva o privilégio natural do campo e da praia em um só lugar. Seja diferente do comum, seja *Brasil Especial*”. Discorria ainda sobre as temáticas da beleza natural e do meio ambiente (“Tamandaré: um mergulho na natureza”), em uma encenação de exotismo tropical claramente orientada aos turistas europeus, e ressaltava tudo o que havia de autenticidade nordestina no local (“Viva o Brasil do jeito do Nordeste”). Figuravam no prospecto fotos do mercado, das igrejas nordestinas típicas, dos barcos de pesca. Além disso, o site de Amaragi na internet apregoava as “boas relações sociais tradicionais” e a atmosfera familiar do engenho.⁴⁴

No meio do trabalho, os moradores e crianças ainda encontram tempo de brincar, cantar e dançar, satisfeitos, alegres e saudáveis, porque têm um ótimo patrão. [...] O fazendeiro Roberto e a sua esposa Ana Paula aguardam seus amigos e lhes dão as boas vindas, convidando-os a usufruir desta experiência única em convívio com sua família. Estão atentos para que nada atrapalhe suas férias diferentes do habitual. (Site de Amaragi na internet – abril de 1999.)

O projeto de Roberto previa efetivamente o envolvimento dos *moradores* na reconversão turística, o que lhe permitiria ao mesmo tempo conservar e transformar o capital de relações pessoais que ele e seu pai teceram ao longo dos anos. É significa-

⁴³ A visita que fizemos à casa de farinha de Amaragi foi um momento particularmente ambíguo: para nós, correspondia a um interesse legítimo por uma atividade econômica tradicional. No entanto, éramos sem dúvida percebidos como “turistas” em busca do pitoresco. De fato, “Não é a primeira vez que os gringos vêm aqui”, nos diz um dos presentes.

⁴⁴ Também aqui, o “livro de ouro” da pousada confirma que essas categorias de percepção são compartilhadas pelos hóspedes.

tivo que o discurso de Roberto, opondo gente de fora e “os daqui”, fosse exatamente igual ao que acionava a propósito da reforma agrária, que segundo ele deveria beneficiar unicamente os “trabalhadores de Amaragi”.

A política de recrutamento local para a pousada permitia a Roberto manter laços de proteção com uma parte de seus *moradores* e, assim, continuar a se beneficiar de todas as vantagens inerentes ao modelo da dominação pessoal, em especial quanto ao controle da mão-de-obra. Ele reproduzia na exploração turística o tipo de relação pessoal assimétrica que caracterizava sua relação com os *moradores* do engenho, fundada, esta, no endividamento (moral) e nas obrigações mútuas. O fato de os empregados da pousada terem moradia e uma terra permite também manter o nível dos salários o mais baixo possível.⁴⁵ Essa “familiaridade” dos patrões com o pessoal da pousada é também essencial na criação da atmosfera “caseira”, que é uma das características distintivas do turismo oferecido pela Fazenda Amaragi.

O emprego de mão-de-obra local no quadro do projeto Costa Dourada implicaria uma política voluntarista que, segundo Roberto, a Prefeitura deveria implementar:

Caso contrário, vão importar mão-de-obra de fora, o dinheiro passa e o povo daqui fica morrendo de fome. Eu se fosse o prefeito faria uma exigência nas licenças exigindo o emprego da mão-de-obra local. *Como é o turismo que eu faço hoje, com todo mundo da fazenda. Ninguém de fora. Isso é um ponto primordial. (Ênfases nossas.)*

O que, paradoxalmente, aproximava Chiquinho, líder dos *moradores*, e Roberto é estarem ambos na posição de inovadores, pois se encontram, por razões diferentes, em situação instável no mundo social antigo. É significativo que ambos se tenham lançado em experiências de inovação agrícola, que representam uma vontade de buscar uma “saída” para a crise da cana. Roberto tentou o cultivo comercial de acerola, a fim de produzir suco para enviar à Alemanha. O problema é que a coloração obtida nas frutas não era constante, o que seria inaceitável para os consumidores. Chiquinho, por sua vez, tentou o cultivo de verduras, depois de fazer curso de agricultura especializada em Campinas (SP).⁴⁶ Ele desistiu por não encontrar mercado local para os

⁴⁵ O salário mínimo fixado pelo governo federal é inferior ao salário-base na agricultura canavieira, que é objeto de negociação no nível estadual, em Pernambuco.

⁴⁶ O simples fato de seguir esse curso, no qual era não apenas o único filho de trabalhador rural como também o único nordestino, revela o caráter excepcional da trajetória de Chiquinho.

produtos. Procurou então orquídeas silvestres, para estudar a possibilidade de produzir flores para exportação.

Dotados de algumas características que os singularizam entre seus semelhantes, ambos têm interesse em apostar no futuro para escapar de suas situações desconfortáveis. Roberto apresentava-se como isolado entre os outros fornecedores de cana, com os quais não se solidarizava. Ele tinha a sensação de ter sido abandonado quando da “invasão” do engenho (em 1995) pela usina, com a qual teve um desentendimento. A usina, então, enviou seus trabalhadores às terras do engenho para que cortassem a cana, atingindo Roberto em sua honra de *senhor de engenho* e privando-o dos recursos da venda da cana. Roberto insistia no fato de não pertencer ao mundo dos fornecedores e se apresentava como próximo dos trabalhadores,⁴⁷ invocando a origem popular de seu avô paterno. “[Ele] era pobre, não tinha nada. Começou trabalhando na enxada. Trabalhava de dia, estudava de noite, para aprender a ler. Começou a vida assim.”⁴⁸

Roberto bem cedo se viu forçado a pensar numa reconversão, quando houve problemas entre seu engenho e a usina Central Barreiros, em 1989.

Tanto que o turismo aqui, eu comecei em 1989, como alternativa. Tentar dar emprego à mão-de-obra local. E alternativa. Porque, desde 1989, eu sabia que a cana-de-açúcar ia falir. Não ia ter mais condições para o plantador de cana.

Apesar do ceticismo de seu pai, ele fez desde cedo uma “aposta” no desenvolvimento turístico da região.⁴⁹

Chiquinho encontrava-se igualmente deslocado: único de sua geração entre os jovens do engenho a dar continuidade aos estudos (cursou a escola agrícola de Barreiros), ele via-se separado de seu mundo de origem, sem poder realmente descobrir um lugar no mundo dos técnicos agrícolas das usinas de açúcar.⁵⁰ Após alguns empregos nas refinarias de Alagoas, a chegada do sindicalista Zé Paulo à Prefeitura,

⁴⁷ Em 1994, ele se apresentou a Lygia como “socialista”.

⁴⁸ Mais adiante, Roberto dirá que seu avô era “trabalhador rural”. É digno de nota que seu tio, Carlos, não dê qualquer destaque a esse aspecto no curso da entrevista.

⁴⁹ Essa capacidade de antecipação está também ligada à capacidade relacional de Roberto. Em 1999, ele conta como conheceu seu sócio alemão que lhe abriu os olhos para as possibilidades de desenvolvimento do “turismo verde”.

⁵⁰ Ele afirma constantemente ter sido o único “filho de trabalhador rural” nas diferentes experiências de estudo que teve.

no início de 1997, permitiu-lhe encontrar trabalho como técnico agrícola (na Secretaria de Agricultura do município), mas esse emprego estava sujeito às instabilidades da política municipal; se Zé Paulo não fosse reeleito, Chiquinho perderia seu posto.⁵¹ A perspectiva de reforma agrária lhe dava uma oportunidade inesperada: a de ascender socialmente sem ter de mudar-se. Ele poderia assim permanecer em Amaragi, ocupando uma posição técnica e politicamente importante, na qualidade de “coordenador” da cooperativa e técnico agrícola. Chiquinho, portanto, identificava-se com a reforma agrária, que poderia literalmente transformar sua existência. Ao mesmo tempo, parece que a consciência de sua “responsabilidade” era por vezes difícil de suportar e que Chiquinho experimentava uma forte necessidade de ter outros interlocutores, o que certamente fazia com que procurasse nossa companhia. Na última noite antes de nossa partida, Chiquinho chegou a nos confiar suas inquietações sobre o fato de os trabalhadores não estarem “preparados” para a reforma agrária.

A visão de Chiquinho era de fato análoga à de Roberto: também ele pensava que o sucesso da reforma agrária estava ameaçado pela “ignorância” dos trabalhadores e que estes precisavam ser “aconselhados”. A diferença era que Chiquinho via-se, como técnico agrícola, em um papel de conselheiro como agente da racionalização da agricultura, colocando sua competência a serviço dos companheiros não-instruídos. Era ele que haveria de mostrar o caminho, iniciando certas culturas comerciais, e os demais o seguiriam. Ele representava-se como um “líder” com um papel decisivo no treinamento do pessoal e obtenção de recursos.

Agricultura é uma saída, não da maneira irracional, [mas] de uma maneira bem dentro da técnica. Aí uma das saídas, eles fazem, mas cultura de subsistência. Eu plantei maracujá, eles plantam. Mamão eles plantam. Horta eles fazem. Não faz [em] porque tem dificuldades de esterco, porque tem que ter esterco. [...] Tem várias coisas que eles vão fazer.

Afrânio: “Eles vão fazer? Ou você ainda discute com eles?”

Chiquinho: “Eles fazem só subsistência. Mas dando condições eles fazem, sem dúvida. O que falta a ele, ele já faz. Agora falta manter, só a alimentação. Inhamo mesmo, o plantio de inhame é uma das coisas que dá dinheiro. Eles fazem mas só para alimentação interna. Só para consumo familiar, não para vender. Porque não têm financiamento, recursos próprios”.

⁵¹ Em 2000, Chiquinho foi eleito vereador, abrindo assim uma nova possibilidade, ou seja, uma carreira na política local.

Chiquinho era, portanto, o principal concorrente de Roberto para essa posição de conselheiro/líder. Inversamente, Roberto e os laços de dependência que teceu com os *moradores* constituem o principal obstáculo à adesão dos *moradores* aos projetos de Chiquinho. Compreende-se, assim, que os dois entrassem em rota de colisão.⁵²

Os dirigentes sindicais, evidentemente, são favoráveis à reforma agrária: esta é há muito tempo uma reivindicação do movimento sindical (foto 8). Eles querem em especial promover o modelo de “agricultura familiar”, que se opõe radicalmente ao projeto concorrente de exploração da cana em cooperativa (apresentado por Roberto, mas também pelo governador de Pernambuco). Segundo Teixeira, o presidente do sindicato de Rio Formoso:

O projeto do sindicato é de receber as terras, é receber as terras para reforma agrária, tipo de lavoura diversificada, não é plantar cana, que plantar cana para pobre é perder tempo. Os donos da usina recebem sempre a cana e termina em nada, vai trabalhar de graça; sendo lavoura diversificada, aí tem que fazer projeto que possa crescer a comunidade. Todos aqueles projetos possíveis para a comunidade crescer, então a gente vai descobrir onde tem para fazer. Criação de microempresas e outras coisas mais, até que venha dar ênfase à agricultura.

Em Amaragi, os projetos do sindicato entram em conflito com os de Roberto. O sindicato aventava um projeto de cooperativa que reuniria os três engenhos da família Bezerra e exploraria o turismo, retomando a pousada de Roberto. Por isso, reivindicava a sua desapropriação pelo Incra. Por outro lado, havia dirigentes sindicais entre os beneficiários da reforma agrária em Amaragi, o que os tornava diretamente envolvidos nos destinos do engenho. A posição do sindicato tornava-se mais complicada por sua base social ser constituída de trabalhadores assalariados. A criação de um grupo de “pequenos agricultores independentes”, ainda que fosse uma reivindicação antiga, representava o risco de minar essa mesma base e os rendimentos do sindicato, que dependiam das contribuições descontadas dos salários. Chamou a nossa atenção o fato de que, na assembléia de Amaragi, para convencer os *moradores* a participar da reunião do sindicato, programada para o domingo seguinte, Pedro Assunção se referisse à condição de “trabalhador rural” no tempo pretérito: “Eles eram todos trabalhadores da cana, como vocês foram, como nós fomos.”

⁵² De fato, em 1999, o conflito entre os dois acirrou-se muito, ganhando mais notadamente a forma de queixas na Justiça.

Também para eles, no entanto, a estratégia de luta pela terra é um salto para o desconhecido. Teixeira nos dizia: “A gente está acostumado a lutar com salário, mas a gente não está acostumada a lutar com terra”. De fato, o *slogan* da Fetape para a campanha salarial de 1997 — “Emprego, terra e salário para todos” — indicava bem essa ambigüidade fundamental, pois a “terra para todos” significaria justamente o fim do emprego assalariado na cana.

A evolução do espaço dos possíveis para os moradores

Entre esses dois pólos de reorganização dos vínculos sociais em Amaragi, parece haver certa flutuação, uma hesitação em torno da perspectiva da reforma agrária. Com efeito, sente-se entre os *moradores* de Amaragi uma incerteza, e por vezes uma inquietação, quanto ao futuro. Embora a assembléia dos *moradores* pudesse dar, a visitantes de fora como nós, uma impressão de força, notadamente por meio dos discursos dos líderes, a avaliação de Chiquinho era, de fato, bem diferente. Ele queixava-se da fraca mobilização: apenas uns 30 entre os 96 beneficiários da reforma agrária estavam presentes. O discurso ao qual havíamos assistido era um discurso de mobilização; nossa presença fora aproveitada pelos líderes para encenar o apoio externo que supostamente teriam.

Para compreender essas hesitações entre a esperança de uma vida melhor e o medo de uma degradação da situação, deve-se procurar reconstituir a evolução do espaço de possibilidades para os *moradores*. Para simplificar, pode-se dizer que os *moradores* de Amaragi encontravam-se, desde os anos 60, diante de duas opções (que aliás, em certos casos, podiam ser vividas sucessivamente): permanecer em Amaragi e trabalhar na cana-de-açúcar, ou partir para trabalhar em São Paulo (ou em Recife, como empregadas domésticas, no caso das moças).⁵³ Segundo o relato de Chiquinho, foi por volta de 1960 que os primos de seu pai migraram para São Paulo, em um pau-de-arara. Posteriormente, outros membros da família (mulher e filhos) juntaram-se aos que já haviam lá se estabelecido: “Geralmente quando é casado vai logo o marido. Aí vai o marido, se se dá bem já leva a mulher, leva filho, aí vai todo mundo. Geralmente primeiro quem vai é o homem”.

Este foi o caso da avó de Chiquinho, que foi viver junto com um dos filhos em São Paulo. Já seu pai, o mais velho entre seus irmãos, casado e com filhos, permane-

⁵³ Sobre o papel da migração para o Sudeste na transformação do espaço de possibilidades no Nordeste, cf. Garcia Jr., 1989.

ceu em Amaragi. Nos anos 80, os irmãos mais velhos seguiram o mesmo caminho. Um irmão trabalha hoje na Volkswagen. Sua meia-irmã mais velha também partiu: trabalhou primeiro como doméstica em Recife e depois seguiu para São Paulo. Segundo Chiquinho, 95% dos homens na faixa dos 18-30 anos de idade estavam em São Paulo: “Os que estão aqui, é porque voltaram.”

No período mais recente, as coisas começaram a mudar: ficou mais difícil encontrar trabalho em São Paulo; ao mesmo tempo, com o fim do plantio de cana em Amaragi, a partir do início de 1997, não havia mais trabalho assalariado no engenho. Restavam três opções: tentar a sorte em São Paulo, apesar de tudo; procurar emprego em outro lugar, como diarista durante a safra (possibilidade muito reduzida pela crise da cana e o conseqüente desemprego), sobrevivendo o resto do tempo em Amaragi, graças ao roçado e ao *sttio*,⁵⁴ e à pesca no mangue, ou trabalhar na pousada. De acordo com Roberto, “só os que trabalham na parte do turismo ganham alguma coisa”. Essa possibilidade diz respeito sobretudo às mulheres, recrutadas para a cozinha e demais serviços domésticos, e aos jovens que trabalham como garçons. A pousada, no entanto, não tem como absorver o conjunto da mão-de-obra.

A progressiva eliminação dessas opções alternativas explica por que a terra se torna uma “saída” e uma “esperança”. A possibilidade de reforma agrária abre na verdade uma nova opção aos trabalhadores: tornarem-se pequenos proprietários independentes, eventualmente associados em uma cooperativa de pequenos produtores.

Ainda uma vez, os percursos individuais mostram as “tentativas sucessivas” nesses diferentes caminhos. Assim, o irmão caçula de Chiquinho começou a trabalhar como garçom na pousada, depois partiu para São Paulo, onde no início empregou-se como garçom e depois como cozinheiro: obteve assim nova qualificação e aprendeu o ofício de cozinheiro (segundo seu irmão, “é um bom cozinheiro”). A empresa em que estava fechou e ele ficou desempregado. É então que, informado pela família a respeito da reforma agrária, volta a Amaragi na esperança de ter acesso à terra: “A firma fechou, ele ficou desempregado. Veio embora para aqui. Tem reforma agrária aqui, ele veio embora. É uma saída, está aqui”.⁵⁵

⁵⁴ Essa possibilidade é o resultado da política bastante liberal de José Bezerra, que deu aos *mora-dores* amplo acesso aos *sttios*.

⁵⁵ Ele obtém uma parcela de terra, mas vai encontrar enfim um emprego de cozinheiro no hotel de Rio Formoso.

Assim, essas diversas opções não são necessariamente excludentes, ao menos no nível das famílias. Entretanto, a iminência da reforma agrária e as tensões por ela geradas entre o sindicato e Roberto impõem uma escolha. Chiquinho fala justamente em termos de alternativa: “Seja a terra, seja um emprego [junto a Roberto]”. É necessário escolher: falando de um *morador*, ele diz “se ele conseguir deixar o Roberto, ele vai se dar bem”. Ao mesmo tempo, Chiquinho compreende que o emprego constitui uma “garantia”.

Se ele largar de Roberto, ele vai se dar bem. Eu não boto a mão no fogo não, mas ele é trabalhador. Mas eu não, quero ver, está em cima do muro, ver como ele vai optar: ou terra ou emprego. Que fique com os dois se conseguir. É bom ficar com os dois para garantir.

Chiquinho queixava-se da fraca mobilização dos trabalhadores, especialmente os mais velhos; dizia que era preciso “sangue novo”. Sentia-se pouco seguro, sobretudo quanto àqueles empregados na pousada e mais ligados a Roberto. “Meu medo é esse. Trabalham com turismo. Um é garçom, outro faz trabalho de barco. Será que eu posso acreditar em uma pessoa, será que ela vai valorizar a terra? Depois, tem 90 pessoas [entre os beneficiários], mas só 30 que realmente estão [engajadas no processo junto com ele].”

Em muitas ocasiões, Chiquinho referia-se ao número de cerca de 30 *moradores* que apoiavam realmente o processo de reforma agrária, ou seja, um terço do total. Ele organizara uma manifestação em frente ao Incra, em Recife, providenciando caminhões (fornecidos pela Prefeitura) para 100 pessoas, e só 30 foram até lá. O próprio Chiquinho não estava muito confiante e, na véspera de nossa partida, confessou-nos seu receio quanto aos riscos de fracasso da reforma agrária, e mesmo seus momentos de desânimo diante de uma mobilização que considerava insuficiente.

As discussões informais com alguns empregados de Roberto pareciam de fato confirmar essas inquietações e davam uma outra visão da “reforma agrária” diferente da dos militantes. As famílias que tinham membros ligados ao turismo pareciam fiéis a Roberto e desconfiadas em relação à reforma agrária.

Um homem que trabalhava para Roberto como mecânico e também como eletricista, bombeiro, motorista da camionete etc., explicava que aprendeu tudo em São Paulo, para onde partiu depois de ter sido cortador de cana (“eu não sabia nada”) há 22 anos. Ele figurava na lista dos beneficiários, mas mostrava-se pouco entusiasmado com a reforma agrária, indagando-se sobre o que faria com a terra. A passagem por São Paulo, que lhe permitiu adquirir uma qualificação altamente valorizada e conseguir ascender socialmente, também o afastou da terra.

Um jovem de 14 anos, sem “trabalhar” formalmente na pousada, estava sempre lá para acompanhar e dar alguma ajuda: ele parecia esperar tornar-se empregado permanente da pousada.⁵⁶ Sua mãe figurava na lista dos beneficiários, mas trabalhava em Recife. Segundo ele, a parcela recebida seria explorada por outros membros de sua família. Ele parecia desconfiado em relação à reforma agrária e referia-se ao risco de uma queda dos preços dos produtos agrícolas devida à concorrência entre os pequenos produtores.⁵⁷ Seu pai e também seu avô eram cortadores de cana. Ele mesmo começou com 10 anos, “limpando cana”, ajudando seu tio (que recebia o salário por ele, pois não tinha ainda idade para trabalhar legalmente); com 11 anos, começou a cortar. Ele perguntou-nos então se sabíamos quanto se ganhava para cortar cana: “R\$ 5,00 por dia, ou seja, R\$ 25,00 por semana. É pouco”. Em seguida, disse não “acreditar” na reforma agrária: “Vale mais a pena continuar a trabalhar ganhando R\$ 25,00 por semana e com dinheiro para comprar no mercado”. O que é perceptível é a inquietação frente à perda do salário e, também, da proteção do patrão, sem se saber ainda o que poderá substituí-los.

Não foi possível esclarecer exatamente de que modo Roberto recruta os empregados da pousada; parece, no entanto, que a escolha obedece a uma lógica idêntica à do recrutamento de trabalhadores para a cana. Atuam, assim, elementos como o “conhecimento” do trabalhador, o histórico da relação com o patrão etc. De fato, alguns empregados passaram do trabalho com a cana ao turismo. É o caso de Gilson, marido de Vilma, a professora da escola do engenho. Com a chegada do casal a Amaragi, para onde Vilma foi transferida pela Prefeitura, Gilson começa a trabalhar para Roberto como *apontador* (contando a quantidade de cana cortada e enviada à usina). Com o desenvolvimento da pousada, ele é empregado inicialmente como *barman* na praia, em seguida como “guia” dos hóspedes da fazenda. Permanece durante quatro anos nessas funções; depois, em consequência de um desentendimento com Roberto, deixa o trabalho em Amaragi e vai trabalhar num hotel de Ipojuca.⁵⁸ Do mesmo modo, Amaro, o contador da pousada, era antes escriturário do engenho: era ele quem pagava os salários dos trabalhadores rurais. Sua transferência para a contabilidade da pousada é simbólica da reconversão do engenho ao turismo.

Para certo número de *moradores*, a reforma agrária traz a “liberdade” (de cultivar a terra com aquilo que se quer, sem ter de pedir permissão ao patrão) e seria o fim

⁵⁶ Em 1999, ele realmente passou a ser ajudante de mecânico, trabalhando para Roberto.

⁵⁷ Ouvimos muitas vezes esse argumento, que parece preocupar igualmente o sindicato, que responde a ele propondo projetos de cooperativa.

⁵⁸ Em 1999, ele voltou a Amaragi, onde sua mulher ganhou uma terra.

da “escravidão”. Esse ponto de vista não é, contudo, unânime. Para uma antiga *moradora* de Amaragi, o processo de reforma agrária surgia como uma ameaça, na medida em que, muito mais que ao ganho de liberdade, era associado a perdas: perda de um “trabalho garantido”, elemento fundamental para ela, em um momento em que “não tem mais trabalho na região”, e sobretudo perda do patrão. “É ruim ficar sem patrão”, diz aquela senhora. Ela gozava de uma antiga relação de proximidade com a família do patrão; além do fato de ter vivido quase toda a sua vida no engenho, casou-se com um homem que aí nasceu, teve seis crianças, e “ajudou a criar” duas outras, a pedido do patrão. Ela é também comadre de Roberto e Ana (um dos seus filhos é afilhado deles), o que lhe garante uma relação privilegiada. Trabalhava na casa de Roberto e, mais recentemente, havia ingressado na equipe de empregados associados ao turismo. Dizia-se uma mulher “feliz” e “realizada”, por ter para si, além de um trabalho, uma grande casa nova (recentemente construída), vizinha à de Roberto, perto de seu local de trabalho (a casa do sócio alemão) e do patrão, o que era por ela considerado positivo. Além do mais, a nova construção era confortável, com muitos aposentos, e o material de qualidade superior à daquele utilizado nas habitações dos *moradores*: uma casa de alvenaria. Via-se, portanto, como uma pessoa “rica”: “por comparação com a pessoa que eu era, eu sou rica”. Sua situação lhe garantia uma série de vantagens, como trabalho para seus filhos e, sobretudo, a possibilidade de recorrer ao patrão em caso de necessidade, especialmente de doença.⁵⁹

Entretanto, a avaliação que fazia seu marido era mais ambígua: antes de morar na nova casa, a família residia em um *sítio*, mais abaixo. Era um “sítio muito bom”, segundo ele, pois tinha árvores frutíferas, espaço para as roças e para criar pequenos animais, bem como uma vaca. Segundo ele, a nova casa era “bastante boa”, mas sem quintal e, estando à beira de um barranco, não tinha “lugar” para as atividades agrícolas. Ele havia tentado construir um pequeno galinheiro no único espaço disponível, porém queria desistir dele, especialmente por causa da falta de água. Por ocasião de uma conversa em sua roça de mandioca, ele apresentou os entrevistadores a um *morador*, que lhe sucedeu no antigo sítio, e que também cultivava sua roça. Mais adiante, havia um terceiro homem, que cultivava uma terceira roça (pertencente ao sogro, incapacitado devido a problemas de saúde). Forma-se um pequeno grupo e a conversa com os pesquisadores versa sobre a reforma agrária em Amaragi. Conquanto os três estivessem na lista dos beneficiários de parcelas do Incra, não estavam

⁵⁹ Em 1999, ela perdeu seu trabalho depois de um desentendimento com outra empregada, mas espera ter novo emprego com a ampliação da pousada.

certos de que esta fosse a melhor opção. Assim, o *morador*, vivendo em um *sttio* (o que lhe dá alguma segurança no contexto geral de falta de alimentos), temia o desaparecimento da figura do patrão. Embora reconhecesse que ser dono de sua terra traria uma mudança positiva em sua vida, estava preocupado com a ausência de um patrão “em caso de necessidade”, sobretudo de doença. “Quem vai nos levar a Rio Formoso?” “Quem vai dar o remédio em caso de doença?” Ele tem “medo” de “não ter mais um patrão”. Lembremos o destaque dado por Amaro Pedro ao episódio em que foi levado ao hospital no carro dos Bezerra. Ele nos dissera então: “Eu ainda tenho um patrão”.

Os acampamentos: saída provisória ou aposta no futuro?

Novos atores estão também presentes nos engenhos da família Bezerra: fomos levados pelo sindicato aos acampamentos situados nas terras de Serra d'Água e Minguito.⁶⁰ Aqueles que vimos então são “candidatos” à fixação nas terras. E é para eles que as mudanças em curso são mais importantes. Eles podem passar, se tudo der certo, da condição de trabalhadores “sem emprego” ao *status* valorizado de “pequenos proprietários”.⁶¹

O acampamento havia sido montado em maio de 1997 (julho, em Serra d'Água). Além da proximidade de um curso de água e de árvores frutíferas (jaqueiras, mangueiras, palmeiras etc.) que forneciam sombra, pode-se ver uma dimensão simbólica no fato de o acampamento de Minguito estar instalado no local de uma antiga casa de *morador*. Acima das árvores, tremulava uma bandeira vermelha com a sigla do movimento sindical.

É sem dúvida entre aqueles que encontramos nos acampamentos que a lógica da aposta está mais evidente: o fato mesmo de estar acampado implica um risco, especialmente pela possibilidade sempre presente de uma expulsão violenta. Em Minguito e Serra d'Água, no entanto, esse risco é menor, tendo em vista que a presença do acampamento é tolerada por Carlos.⁶²

⁶⁰ Fomos uma vez a Serra d'Água, em companhia do presidente do sindicato, e duas vezes a Minguito: na primeira, para uma entrevista coletiva dominada pelos coordenadores do acampamento; na segunda vez, pudemos conduzir algumas discussões individuais com membros de famílias que vieram encontrar-se conosco a pedido do sindicato.

⁶¹ Segundo o sindicato, eles são 106. Isso corresponde realmente ao número dos que foram cadastrados pelo Incra, não ao número dos que se encontravam no acampamento.

⁶² Em Minguito, como em Serra d'Água, menciona-se a expulsão violenta ocorrida algum tempo antes, em Brejo (cf. capítulo 1).

Alguns exprimem claramente sua convicção de que a capacidade de fazer essa aposta deve determinar a hierarquia das posições futuras. Segundo um coordenador de acampamento, que diz ter trabalhado como safrista no engenho que está ocupando, aqueles que têm medo de correr riscos participando do acampamento estão destinados a se tornar assalariados dos futuros parceiros.

Por exemplo, uns trabalhadores que trabalham e tem medo de entrar nesse movimento, aí ficam de fora, sabe como é? De fora, ficam com medo, ficam, aliás, botando terra na cabeça dos que estão acampados para não ir, que não dá certo, enchendo de negócios que não devem dizer, na cabeça do camarada, aí aquela maioria fica com medo, fica tentando tirar os que estão acampados, para sair, aí não está, não sai mesmo e aí insiste até ganhar. E tem os outros que não querem nada com a vida, depois que a gente estiver com a terra, vão dizer, mas rapaz, até que enfim vocês conseguiram? Bom, a gente lutou para conseguir, aí se vocês quiserem trabalhar agora, vocês trabalham para a gente. É dá um dia, três, na semana, dois, até o que a gente puder pagar. Aí vai levando a vida.⁶³

Contudo, o horizonte temporal dessas apostas não é certamente igual para todos. Se todos afirmam que “querem uma terra”, o fato de acampar pode para alguns parecer uma “saída” temporária, enquanto se espera a próxima moagem.

Os responsáveis sindicais pelo acampamento afirmaram em diversas ocasiões que o acampamento era formado por trabalhadores rurais que moram na cidade.⁶⁴ Eles vinham dos bairros mais pobres de Rio Formoso, em particular da Rua da Lama, bairro inundado pelas chuvas do mês de abril. Para eles, a participação no acampamento aparecia como uma solução ao menos provisória, na medida em que a Prefeitura fornecia uma ajuda em alimentos.⁶⁵ Para a maior parte dos que acampavam em Minguito e Serra d'Água, esse não era um investimento exclusivo: eles tinham moradia na cidade, onde permanecera o resto da família.

Eles são todos trabalhadores de Rio Formoso, que estão desempregados e já foram funcionários, empregados desse proprietário aqui. [...] Por esse motivo é que não

⁶³ Essa categoria do “medo” é mobilizada nas lutas sindicais (Sigaud, 1996).

⁶⁴ Um estudo mais aprofundado nuançaria essa afirmação. Mesmo assim, o “controle” reivindicado pelo movimento sindical sobre o acampamento parece, segundo relatos ulteriores dos participantes, ter sido bastante teórico.

⁶⁵ Posteriormente, essa ajuda passa a ser assegurada pelo Incra, que fornece uma cesta básica.

se encontra aqui mais criança, as mulheres, porque eles têm algumas moradias também na cidade.

Não é tampouco uma ocupação em tempo integral: muitos são os que deixam o acampamento para procurar trabalho (“bico”), especialmente durante o período da moagem.⁶⁶

Naldinho, com cerca de 30 anos de idade, conta sua história com paciência, sorrindo. Filho de trabalhadores rurais, é pescador desde os 11 anos e morava na *rua* de Rio Formoso. No momento do acampamento, estava desempregado; este era, segundo ele, o caso de todos que participavam do acampamento e a razão mesma de lá estarem. Se havia menos pessoas presentes na ocasião de nossa visita (em setembro de 1997), isso devia-se ao fato de que aquele era o período da safra e muitos haviam conseguido trabalho (“bico”). De fato, o acampamento estava quase vazio quando por lá passamos, e Pedro Assunção dera a mesma explicação. Desse ponto de vista, os ocupantes de Minguito e Serra d’Água encontram-se em uma situação comparável à dos *moradores* sem emprego de Amaragi, com a diferença (essencial) de não terem acesso a um *sttio*.

Naldinho não foi logo para o acampamento: soube dele por um vizinho de sua rua, que o encorajou a ir. No entanto, ele apresentava claramente essa escolha como um paliativo (“você não passa para o pior, só se não tiver condição”). Para se fazer compreender pelo *gringo* com quem se defrontava, utilizava uma analogia entre a passagem da *cidade* ao *campo* e a passagem do “Primeiro” ao “Terceiro Mundo”: “um engenheiro que não tem trabalho no Primeiro Mundo, ele vem para cá, onde o nível é mais baixo.” Uma analogia como essa faz perceber muito bem que a decisão de participar do acampamento não é necessariamente uma “escolha” positiva, fundada em um “projeto”, mas sim uma tentativa de escapar de uma situação difícil. Entretanto, Naldinho mostrava-se otimista quanto ao futuro: ele dizia ter pouca experiência com a terra mas confiava em sua capacidade “de administrar” e insistia em especial no acesso ao saber que a televisão oferecia.⁶⁷ Ele afirmava que a cooperativa é a melhor maneira de organizar-se, repetindo assim o discurso sindical.

Para outros, o investimento nos acampamentos mostrava-se mais forte. Era o caso, por exemplo, do “coordenador” dos acampamentos, Pedro Assunção, que já

⁶⁶ Esse ponto esteve na origem de um conflito com o Incra, que em um primeiro momento havia decidido excluir dentre os beneficiários da reforma agrária todos aqueles que houvessem deixado o acampamento para trabalhar, quase provocando uma rebelião.

⁶⁷ Em 1999, Naldinho não fazia parte dos parceiros, e não tivemos mais pista de seu paradeiro.

fora presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarassu, no norte de Pernambuco, que participou da ocupação do engenho Cipó.⁶⁸ Ele explica que veio para Rio Formoso para participar da luta pela terra, esperando tornar-se “pequeno produtor”:

Eu fui transferido para cá, pelo movimento [sindical], porque a gente tem um *sítio* em Igarassu, mas é muito pequeno. A família é muito grande, e não dá para todo mundo. Então, tem terra desocupada aqui. Eu tenho gosto pelo trabalho, eu vou me mexer. Vou lutar aqui para ter meu pedaço [de terra].

Pedro explica que não tem a “mentalidade de assalariado” que reprova em outras pessoas da Zona da Mata. “Eu nunca fui assalariado. Eu, não, porque meu pai era pequeno produtor. A gente plantava.” (Seu pai, de fato, era posseiro.)⁶⁹

Sr. Gildo, trabalhador rural, que foi “cantor” nos encontros da Fetape, vive no acampamento com seu filho adolescente (ele parecia ser um dos poucos a não ter casa na cidade). Discretamente, confidenciava-nos que a vida cotidiana no acampamento era dura e que a ajuda fornecida pela Prefeitura era insuficiente.⁷⁰

Outro caso interessante, pois mostra a circulação entre os diferentes mundos, é o de José Vieira, entrevistado no acampamento de Minguito, onde estava com a mulher, Severina, e pelo menos três crianças. Ele tinha uma barraca no acampamento, embora não a ocupasse permanentemente.⁷¹ No dia de nossa visita, lá se encontravam também a sogra, dona Brígida, viúva de um representante sindical do engenho antes de 1964, e sua cunhada, Maria, que vieram conversar conosco. Nascido em Amaragi, é filho de uma *moradora* que vive no *arruado*, perto da casa-grande. Trabalhou na pousada montada por Roberto na inauguração (cerca de 1989/90): preparava caipirinhas, churrascos na praia, dirigia os carros, o barco a motor. Ele explicava que gostava dos estrangeiros, mais “simpáticos” que os brasileiros (uma das razões sendo possivelmente as gorjetas generosas dos primeiros, uma fonte conside-

⁶⁸ Após perder as eleições em seu sindicato, ele foi enviado à Mata Sul pela Fetape.

⁶⁹ Sobre os pequenos produtores, ver Garcia Jr., 1983, e Heredia, 1979. Em 1999, Pedro Assunção possuía uma parcela em Minguito, na qual trabalhava em tempo integral. Ele esperava uma boa colheita e já pensava em contratar trabalhadores agrícolas.

⁷⁰ Venho a saber, em 1999 (ele é parceiro), que ele fora incitado a participar do acampamento pelo próprio prefeito, Zé Paulo.

⁷¹ José Vieira e sua companheira, Severina, me disseram, em 1999, que deixaram de residir no acampamento, devido a desentendimentos internos.

rável de renda para os empregados em comparação ao salário). Roberto pediu-lhe que operasse a apanhadeira, a máquina de colher a cana (trabalho qualificado), durante um inverno (ou seja, uma colheita), mas ele não recebeu pagamento. Isso ocorreu em 1995 (quando Roberto teve um problema de liquidez) e foi então, provavelmente, que “rompeu” com o patrão e deixou Amaragi. José Vieira foi morar na periferia de Rio Formoso, no bairro do Cossoco, na entrada da cidade, numa casa de pau-a-pique, tendo feito o percurso tradicional da “saída dos engenhos”.⁷² Ainda chegou a trabalhar em duas safras como condutor de máquina para o tio de Roberto, Carlos. Pretendia oferecer-lhe novamente seus serviços para a safra que começava e esperava ser recrutado: ficaria assim na posição paradoxal de estar acampado e trabalhar no mesmo engenho.⁷³

Se José deixou Amaragi, outros membros de sua família lá ficaram, como sua mãe e vários irmãos. Um destes, Aílton, dirige o barco a motor de Roberto, levando os turistas à praia. Se a “aposta” de José Vieira vier a não dar certo em Minguito, ele teria talvez o recurso de retornar a Amaragi, onde sua família deve ganhar terra.⁷⁴ No conjunto dessas trajetórias, o fato de um membro da família permanecer em Amaragi constitui uma espécie de “rede de segurança”, na medida em que o engenho resta sempre um refúgio possível, na eventualidade de algum insucesso. Assim, um irmão mais velho de Chiquinho, desempregado em São Paulo, havia retornado a Amaragi. O mesmo se dera com filhos do casal de antigos *moradores* aos quais nos referimos acima. É essa possibilidade de “retorno” que é singular em Amaragi. Para compreender a forma como os *moradores* reagem às transformações em curso, seria necessário reconstituir as “histórias de família” e as redes de relações. Esse será um dos objetivos da segunda etapa da pesquisa.

Conclusão

O conjunto das pessoas que encontramos deverá enfrentar uma situação inédita, diante da qual se sentem relativamente desamparadas. Em face dessa situação, os agentes detêm meios efetivamente muito desiguais para a percepção do que se passa e para reagir de modo mais conveniente a seus interesses.

⁷² Cf. Sigaud, 1993. De fato, é essencialmente desses bairros periféricos que, segundo nos disse o sindicato, provêm os participantes dos acampamentos, o que fica evidente a partir das conversas com mulheres e crianças que voltam à noite para Rio Formoso.

⁷³ Ele virá a trabalhar em 1999 para a usina Trapiche.

⁷⁴ José Vieira recebeu uma parcela em Minguito e, a partir da “imissão de posse”, construiu sua casa, no local de um antigo sítio de *morador*, e começou a plantar.

Para tentar dar conta das reações a essa situação de incerteza, propomos utilizar a noção de “aposta”, de preferência às de “projeto” ou “estratégia”. A noção de “projeto”, que supõe a formulação de objetivos e de meios, implica uma relação com o futuro, especialmente a possibilidade de nele “projetar-se”. Alguns daqueles que encontramos nos falaram de seus “projetos” (que a nós podem parecer mais ou menos realistas), nos quais desenhavam diferentes futuros; no entanto, nada leva a inferir que todos os comportamentos estejam orientados por “projetos”. Do mesmo modo, falar de “estratégia” implica uma orientação de médio ou longo prazo, que não pode ser postulada; para muitos, trata-se antes de uma “tática”, isto é, de escolhas quase diárias. O termo *aposta* corresponde bem a uma opção em situação de incerteza sobre o futuro, com o duplo sentido de “buscar o êxito” e de “assumir um risco”, o de perder a parada.

A partir de discussões com economistas que trabalham com reforma agrária, e que buscavam saber se os acampados efetuavam uma “escolha racional” e quais suas “motivações”, chegamos a essa metáfora da “aposta”. Mas essa metáfora pode aplicar-se mais genericamente aos diferentes atores: aos *moradores*, que devem escolher o lado da “luta pela terra” ou o da fidelidade ao *senhor de engenho*, assim como aos patrões, que devem enfrentar a crise da cana. Isso é notável nas pessoas que estão nos acampamentos: elas querem agarrar uma “oportunidade”, em função de seus percur-sos precedentes, extremamente variados.

A situação é particularmente propícia para revelar tudo o que diferencia a lógica da “aposta” daquela do “cálculo”, e a lógica da “esperança” daquela da esperança matemática. Não que a aposta seja uma decisão “irracional”. É que o modelo do cálculo (cálculo das probabilidades) é aqui inadequado. Com efeito, a aposta não é apenas um ato individual; ela também se realiza dentro de lógicas coletivas.⁷⁵ A aposta põe em jogo a honra; implica “tomar partido” em uma lógica de “facção”. Há por vezes apostas compulsórias, como mostrou Geertz.⁷⁶ Na lógica da aposta, os afetos, “a coragem, o medo e a vergonha” são fatores essenciais; mas não é assim na lógica do cálculo. A aposta é também da ordem da crença: fazer uma aposta implica

⁷⁵ Dessa perspectiva, a “aposta” de que se trata aqui nada tem a ver com os dilemas falsamente concretos da teoria dos jogos.

⁷⁶ Essa dimensão faccional das apostas é bem evidenciada no artigo desse autor sobre a briga de galos em Bali (Geertz, 1978). Um caso mais próximo, o das apostas no momento das campanhas eleitorais, aparece no artigo de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995); às vezes, é-se obrigado a “apostar” para manifestar publicamente que se “toma partido” com esse ou aquele a quem se está ligado por relações pessoais.

crer que se tem uma chance de ganhar (o que não quer dizer que essa crença possa ser caracterizada como “realista” ou “racional”).⁷⁷

Retrospectivamente, o momento da investigação em 1997 aparece nitidamente como um período de oscilação. As recomposições da paisagem social abrem espaços novos para toda uma série de personagens, que são precisamente aquelas que mais facilmente encontramos ao nos interessarmos por quem investe no processo de reforma agrária: nós trabalhamos junto aos “mobilizados”, aqueles que permanecem nos acampamentos, não aos que daí partiram. Aqueles que encontramos então nos acampamentos de Serra d’Água e Minguito são os que fizeram uma aposta no futuro. Eles “acreditaram” na possibilidade de os engenhos serem divididos. Nem por isso todos serão “eleitos”.⁷⁸

Essa impressão de abertura do espaço dos possíveis, sublinhada pelas esperanças de uma vida melhor, expressa por vários interlocutores, fez parte das condições específicas, objetivas e subjetivas dessa experiência de pesquisa e contribuiu para impelir-nos, de nossa parte, a fazer a “aposta” de prosseguir a pesquisa sobre as transformações em curso.⁷⁹ Entretanto, é preciso não esquecer aqueles em que são as “hesitações” que predominam e que os impelem a temporizar, a eludir, a não optar.

Quando retornamos, em 1999, os lances já estavam (parcialmente) feitos; não só a sorte dos três engenhos encontra-se, então, selada com os decretos de desapropriação, e a lista dos assentados (beneficiários das parcelas), após muitas peripécias, estabelecida, mas também a divisão em parcelas — mesmo sem o aval do Incra e constituindo ainda objeto de contestações — é quase definitiva. Cada um, quase sem exceção, sabe onde será a sua parcela, onde irá construir sua casa com o crédito do Incra, e já começou a plantar.

⁷⁷ A temática da “crença” reaparecerá sistematicamente em 1999, no discurso de muitos interlocutores, para explicar os comportamentos em Minguito e Serra d’Água, em 1997/98, conforme as pessoas “acreditassem” ou “não acreditassem” que o engenho viria a ser desapropriado.

⁷⁸ Uma de nossas preocupações nas fases ulteriores da pesquisa será precisamente tentar compreender os mecanismos que levam à eleição de certo número de candidatos à posse da terra e à exclusão de outros.

⁷⁹ Essa impressão foi para os pesquisadores franceses ainda mais marcante por contrastar com a experiência de investigações coletivas do Laboratoire de Sciences Sociales (ENS/EHESS) em meados dos anos 90, na região de Meaux, onde, ao contrário, predomina a impressão de fechamento muito grande, de uma situação enrijecida.

Capítulo 3

As transformações do poder municipal*

Isabelle Coutant

Frédéric Viguié

Afrânio Garcia Jr.

Jorge F. Pantaleón

Ao chegarmos a Rio Formoso, um objeto impôs-se por si mesmo à investigação: pela primeira vez, as eleições municipais de outubro de 1996 testemunharam a vitória de um grupo originário das “classes populares”, com a eleição do líder sindical Zé Paulo para prefeito. Como esse grupo adapta sua experiência sindical à administração municipal? Foi da pesquisa acerca desta questão geral que se ocupou o grupo de trabalho sobre “municipalidade” constituído pelos professores Jean Claude Combessie e Afrânio Garcia Jr., e pelos estudantes Isabelle Coutant, Jorge Pantaleón e Frédéric Viguié (foto 9).

O texto que se segue relata essa investigação. Enquanto a primeira parte analisa a questão do ponto de vista do novo prefeito Zé Paulo, a segunda esforça-se em caracterizar as novas formas assumidas pela política municipal. Essas duas subdivisões são (então) perfeitamente complementares e constituem uma reflexão sobre as condições sociais de modificação das formas de exercício do poder municipal.¹

Zé Paulo, prefeito de Rio Formoso: o poder municipal, uma “herança maldita”?

(...) foi aí que eu consegui adquirir; consegui assim herdar essa herança.

Herança assim um pouco maldita.

(Zé Paulo)

* Tradução de Jorge Villela.

¹ A primeira parte foi redigida por I. Coutant, F. Viguié e A. Garcia; a segunda é de autoria de J. Pantaleón.

Os prefeitos dos municípios de Pernambuco eram tradicionalmente originários das elites locais e gozavam do apoio dos usineiros e senhores de engenho. Em Rio Formoso, as eleições municipais de outubro de 1996 marcaram uma ruptura com esta tradição. Zé Paulo, líder sindical vinculado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), apoiado pelo eleitorado rural, foi eleito prefeito do município. Este caso, não isolado (Palmeira, 1998), exemplar de uma transformação do campo político local, permite refletir sobre as modalidades de transferência de um “capital” sindical (constituído de competências, mas também de uma credibilidade e de uma legitimidade adquiridas pelas lutas sindicais) em capital político. A diversificação das elites políticas, ela mesma ligada a uma modificação dos critérios de legitimidade política, é condição necessária e suficiente para uma modificação das formas de exercício do poder? Qual é o peso da herança nesses períodos de transição?

Para os estudantes franceses, todas essas questões, que guiam hoje a reflexão sobre a municipalidade de Rio Formoso, só se colocaram *a posteriori*. Devido ao desconhecimento das disputas locais e à falta de domínio do português, as primeiras reações corresponderam a uma série de espantos e questionamentos, que este trabalho deseja explicitar.

Alojados no coração do engenho Amaragi, na “casa” ou “hotel” de Roberto, descobrimos desde a tarde de nossa chegada que um conflito opunha Roberto a Zé Paulo. O prefeito desejava que a *casa-grande*, transformada em hotel por Roberto, fosse gerida por uma cooperativa para acompanhar os assentamentos ligados à reforma agrária. Para não nos arriscarmos a ser enredados no jogo das acusações recíprocas, era necessário encontrar o novo prefeito o quanto antes (Lygia Sigaud o havia informado anteriormente de nossa chegada e instalação em Amaragi) e assim reativar uma relação importante para os antropólogos brasileiros desde as lutas sindicais dos anos 70. O encontro foi marcado e toda a equipe foi convidada a encontrá-lo no domingo seguinte.

Um lugar de recepção pouco comum para um prefeito?

Fomos logo de início surpreendidos pelo lugar da recepção à equipe de pesquisadores. Zé Paulo recebeu-nos todos em sua casa. Instalamo-nos no alpendre, em círculo. A entrevista foi solene. Zé Paulo, muito atento à gravação, aplicava-se em dirigir sua voz ao microfone, fazendo uma pausa quando era necessário trocar a fita. A brancura elegante de sua camisa e de suas calças realçavam sua pele negra e todos os traços físicos de um descendente direto dos escravos das plantações açucareiras. Por trás dele,

no salão, toda a família se havia instalado, numerosa, nesta tarde de domingo, e todos os rostos de seus filhos estavam voltados para nós. Ocupada na cozinha, a mulher de Zé Paulo reapareceu na hora das fotos. Mais tarde, esta imbricação do espaço privado e do público em torno da pessoa de Zé Paulo (era ele quem, sentado no alpendre, bem em frente à abertura do salão, fazia a ligação entre os dois grupos) pareceu-nos reiterada pela composição da equipe municipal, reveladora da importância dos laços familiares. A filha de Zé Paulo fora nomeada secretária da Ação Social; seu genro, secretário do Meio Ambiente. E os dois tinham sido responsáveis pela campanha eleitoral. Zé Paulo solicitou, aliás, sua participação em diversas ocasiões ao longo da entrevista.²

Zé Paulo parecia desejoso de honrar-nos para assinalar o apreço que atribuíamos a seus laços com os antropólogos brasileiros. Isto foi confirmado pela maneira como nos recebeu, naquela tarde mesmo, por ocasião do jogo de futebol entre dois engenhos do município. Assim que chegamos,³ o prefeito e um de seus conselheiros vieram nos receber com um abraço caloroso. O prefeito optara nesta tarde por calças e camisa de brim, bem como por um boné. Os dois homens levaram-nos para o palanque mantido pela secretaria municipal encarregada do esporte, indicando implicitamente o papel que nos fora atribuído. Figuraríamos em bom lugar no meio da equipe municipal, aos olhos de todos. Um pequeno bando de crianças aproximou-se de nós, atraído pelas câmaras fotográficas. Zé Paulo generosamente ofereceu-lhes sorvetes, afirmando seu papel protetor de “crianças de rua”.⁴ Após o jogo, o prefeito pronunciou um discurso ao longo do qual nos apresentou como membros de uma equipe de pesquisadores vinda da França e do Museu Nacional do Rio. Ele pediu a um dos estudantes brasileiros que participasse da entrega das medalhas.

Um prefeito “engessado”?

E aí a barra é pesada. A barra é pesada. É preciso lutar, porque realmente, completamente engessado, pagando só folha de pagamento

² O estudo das secretarias municipais revela a onipresença dos laços pessoais na administração do município: os secretários são próximos de Zé Paulo (família, sindicato) enquanto os diretores, que detêm a competência técnica, hierarquicamente subordinados aos primeiros, parecem menos ligados ao prefeito. Esta divisão do trabalho, que nos surpreendeu inicialmente, não é contudo atípica. Na França, a oposição, representados e representantes eleitos, é igualmente corrente. (Sobre o modo personalizado da facção política de Zé Paulo, ver Palmeira, 1998.)

³ Éramos cinco estudantes franceses, três estudantes brasileiros e dois estudantes argentinos.

⁴ Um programa da Secretaria Municipal da Ação Social lhes é consagrado. As crianças de rua são recrutadas na saída da escola. Elas cultivam legumes na horta municipal.

e pagando também débito, débito atrasado, fico completamente engessado sem poder fazer praticamente nada.

Por várias vezes Zé Paulo utiliza o termo “engessado” para exprimir sua perplexidade. Desde o começo da entrevista, ele nos confiou suas dificuldades em face das transformações da região, confrontada com a crise açucareira, transformações essas atestadas localmente por três processos: a falência dos plantadores e dos donos de usina, a reforma agrária e o projeto Costa Dourada, que prevê uma reconversão da região para o “turismo internacional” até 2008.

“Nós estávamos falando da transformação por que passa a região assim de forma muito galopante e mesmo — haja vista que na região a lavoura que sempre dominou foi a cana — a monocultura da cana. E hoje se encontra caindo, encontra-se em declínio. [...] E essa lavoura está em dificuldade também.”

Zé Paulo aborda o tema da questão social, o desemprego crescente, a exclusão, e sublinha o “problema” das “crianças de rua” que ele desejaria escolarizar, antes de iniciar uma declaração geral sobre a falta de meios para criar escolas, hospitais, creches. Após ter evocado rapidamente essas questões (escola, creches, hospitais), Zé Paulo, perguntado por Lygia, se pronuncia sobre o tema dos acampamentos. Este momento marca uma virada na entrevista, um ponto de inflexão. O prefeito se põe a falar longamente, seguro de si e à vontade. Algumas fórmulas testemunham esse estar à vontade e o prazer que experimenta em exprimir-se sobre essa questão: “tudo o que se diz disso é confuso, mas [...] amanhã poderemos retomar isso”; “não se preocupem demais em tomar notas, temos muito tempo para conversar”. Os acampamentos (ocupações de terra por uma variante do sindicalismo com o objetivo de obter sua desapropriação e depois redistribuição) começaram antes que Zé Paulo se tornasse o prefeito (ver capítulo 1). Uma vez eleito, ele quis trabalhar com o sindicato em torno dos assentamentos da reforma agrária. Ele considera seu dever de prefeito assistir às reuniões do Instituto Nacional da Colonização e da Reforma Agrária (Incra), em Recife, para participar nas discussões relativas a redistribuições de terras. Ele acrescenta, orgulhosamente: “eu sou o único prefeito a fazer isso”, e estima que “o prefeito da ponta está ligado ao sindicato”.

A trajetória de Zé Paulo

O contraste no tratamento dos diferentes temas pode ser analisado em referência à trajetória de Zé Paulo. Nascido em 1936 em um engenho, antigo *morador*, ele nunca foi à escola. O quadro pendurado em sua sala, bem visível da varanda,

testemunha a ligação de Zé Paulo a seu passado: em um estilo muito realista, por meio de cores vivas, representa crianças em um caminho margeado por cana-de-açúcar, parecendo partir para o trabalho. No fim da entrevista, Zé Paulo detém-se um pouco sobre este período de sua vida, explicando que aprendeu a ler em uma cartilha com sua irmã. Ele não foi criado por sua mãe, que o confiou a um de seus irmãos até que tivesse sete anos, idade na qual se empregou para cortar cana. Evocou também as condições de vida durante a guerra, contando que sua família não tinha nem mesmo os meios de pagar o querosene para a luz. Ele não usou sapatos até a idade de 13 anos e vestia-se com roupas feitas de sacos de farinha. Em 1960, entrou em um engenho que pertencia à usina Cucaú e passou então a transportar cana em lombo de burro. Apesar da ascensão profissional que representava o trabalho com animais de carga no âmbito dos engenhos, suas condições de vida continuaram praticamente as mesmas: Zé Paulo precisa que nesta época dormia sempre em uma cama de varas, sem colchão.

As competências de Zé Paulo resultam de seu percurso sindical, daí sua sensibilidade em relação aos acampamentos, expressão das reivindicações dos trabalhadores rurais desejosos de redistribuição fundiária. Zé Paulo começa a envolver-se no Sindicato dos Trabalhadores Rurais após o golpe político-militar de 1964, em um momento em que a corrente católica orientava o movimento de luta em direção ao campo jurídico,⁵ a fim de que fossem aplicados os direitos previstos pela lei de 1963 sobre o trabalho rural (Estatuto do Trabalhador Rural) e pela de 1964, que fixava as normas de arrendamento e da meação (Estatuto da Terra). Graças à contribuição de um advogado originário dessa corrente, o sindicato de Rio Formoso impôs-se como um dos mais combativos na luta pelo respeito aos direitos do trabalho. Em 1965, Zé Paulo era o tesoureiro do sindicato; em 1972, ele era o presidente. Ser dirigente sindical constitui, para os trabalhadores rurais, uma notável ascensão social, que se traduz especificamente por um certo aumento dos ganhos, acompanhado de estabilidade, e pela possibilidade de residir de maneira permanente na cidade, assegurando assim uma escolarização a seus filhos. O dirigente sindical pode escapar aos cons-

⁵ Pode-se distinguir quatro momentos do sindicalismo rural: 1. 1954-64: nascimento do sindicalismo rural. É preciso notar que em Pernambuco, e em particular na Zona da Mata Sul, uma dura repressão abateu-se sobre algumas frações do sindicalismo: notadamente sobre as ligas camponesas e alguns sindicatos próximos ao partido comunista. 2. 1964-79: luta no campo jurídico. 3. 1979-90: greves anuais para obtenção de contratos coletivos de trabalho. Aumento de salário e melhoria das condições de vida nos *engenhos*. O sindicato de Rio Formoso distingue-se como um dos mais ativos nesta luta. 4. A partir de 1990: crise na indústria açucareira.

trangimentos sociais e materiais da vida no engenho. A partir dos anos 1970, Zé Paulo desempenhou um papel ativo nos registros de queixas contra os proprietários por não-cumprimento do direito do trabalho (ver sobre esse ponto Sigaud, 1999b). Os camponeses vinham vê-lo pessoalmente no sindicato. Ele deslocava-se frequentemente aos engenhos e às usinas para negociar acordos com os patrões. Engajava-se pessoalmente nos conflitos, seguia de perto os encaminhamentos. Desde 1979, Zé Paulo, depositário de uma legitimidade muito forte, atingiu o topo do mundo sindical: tornou-se um dos cinco líderes que mais contribuíram para a grande greve (ver Sigaud, 1980). A partir de 1988, o sindicalismo deixa de professar neutralidade política (ver Palmeira, 1998) e começa a discutir em nível nacional sua participação direta nas eleições, naturalmente solidário às forças que se opuseram ao regime militar. É assim que Zé Paulo apóia o novo candidato nas eleições municipais de 1988: é eleito vice-prefeito e ocupa o posto de secretário da Ação Social, mas logo se indis põe com o prefeito e deixa sua função. Em 1992, é ele mesmo candidato, mas não é eleito. Em 1996, sua eleição para a Prefeitura de Rio Formoso consagrou a reconversão do sindicalista em “político”, reconversão que, vale sublinhar, não marcava nenhuma ruptura com seus companheiros sindicalistas, já que se inscrevia na estratégia do movimento sindical que ele representava.

A transferência das competências sindicais para a administração municipal: trunfo ou desvantagem?

A gestão política de Zé Paulo no município resulta, ao menos em parte, de uma transferência de competências adquiridas na militância sindical. Por meio da evocação dos acampamentos, Zé Paulo se vê e se mostra como o líder da mesma “base”, da mesma mobilização dos antigos *moradores*. Ele utiliza uma parte dos recursos da Prefeitura para apoiar os que se encontram no acampamento (sob a forma de cestas básicas) e aparece como aquele que administra a relação sindicato-MST,⁶ buscando maneiras para que os habitantes de Rio Formoso beneficiem-se prioritariamente da reforma agrária, negociando com os proprietários e os “sem-terra”. Ele desejaria acompanhar os beneficiários da reforma agrária com medidas de gestão social, a fim de que a transferência das terras assegurada pelo governo federal se desdobrasse em uma verdadeira promoção social.

⁶ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, organização surgida no Sul do país, só começou suas atividades em Pernambuco por volta de 1990.

A legitimidade e as competências adquiridas na militância sindical, úteis nas discussões acerca da reforma agrária, podem, contudo, complicar a administração política do município. Conhecido por seus engajamentos como líder sindical, Zé Paulo tem a imagem de um prefeito “social”, fonte de um fluxo de demandas pessoais que ele nunca chega a represar. Ao abordar a questão da Rua da Lama, bairro em parte destruído por recentes inundações (ver capítulo 4), ele reconhece suas dificuldades para responder às exigências daqueles prejudicados, que não são, porém, socialmente muito diferentes das pessoas dos acampamentos. A Rua da Lama, no entanto, é território de seus adversários políticos. Já os acampamentos dizem respeito a um mundo mais próximo, com adversários conhecidos e resultados de que ele pode se beneficiar. O secretário da Fazenda, possuidor de diploma do segundo grau (não terminou os estudos universitários, contentando-se com a formação sindical) sublinha o carisma do prefeito, fruto de seu percurso sindical, mas insiste nas ambigüidades da situação. Seu discurso elogioso aponta ao mesmo tempo os limites da experiência sindical para enfrentar alguns problemas locais: “O lado bom de Zé Paulo é que, se for preciso derrubar uma árvore ou se for preciso fazer uma ocupação, seu carisma pessoal é útil. Por outro lado, é também sua fragilidade, pois todo mundo vem aqui para resolver as coisas diretamente com ele e não se pode trabalhar”. O próprio Zé Paulo, retomando as palavras de seu colaborador, lamenta a “sacralização do poder” e acrescenta: “É preciso que as pessoas deixem de pensar que Zé Paulo vai resolver tudo”. Onde a necessidade de uma “reforma administrativa”, segundo o secretário da Fazenda, para definir uma outra forma de gestão municipal que não a resultante do carisma: trataria-se de passar a relações mais impessoais em que as instituições existam, apoiando-se em um pessoal administrativo formado, escolarizado.⁷ Estas intenções, enunciadas pelo colaborador de Zé Paulo melhor dotado de títulos escolares, ilustram igualmente a atualidade de um discurso que retira, também, sua legitimidade das normas difundidas pelas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional, através dos programas de apoio ao desenvolvimento, por exemplo. A “reforma administrativa” visando diminuir a importância do poder personalizado, freqüentemente estigmatizado como “clientelismo”, deveria permitir o recrutamento e a estabilização de funcionários recrutados segundo princípios meritocráticos.

⁷ Cf. Max Weber, 1971:347: “Quem quer uma dada dominação deve prover a criação de direções administrativas *próprias* tornando possível sua *própria* dominação”.

A lógica do dom

Dada sua imagem de líder sindical, Zé Paulo teve de se posicionar em relação à imagem do prefeito tal como legada pela história. Função até então preenchida por membros da elite, ela obedecia às regras da dominação tradicional, reafirmada por diferentes formas de assistencialismo. Os dominantes asseguravam seu prestígio e reconhecimento por meio de múltiplas doações, promovendo festividades, por exemplo, ou ainda campeonatos de futebol e bailes. O sistema de dominação que regia o mundo dos engenhos impregnava igualmente a administração do município. Mesmo se a nova equipe aspira romper com as políticas assistencialistas (é o que declara a secretária da Ação Social, filha de Zé Paulo), ela não é menos tributária desta herança, com a qual deve por vezes compor. Um acontecimento relatado por uma funcionária de Roberto revela esta complexidade: na seqüência das graves queimaduras de que o filho desta funcionária fora vítima, Roberto, em conformidade à posição de senhor de engenho que o obrigava a assegurar proteção aos *moradores*, encarregou-se da hospitalização, e seu sócio pagou a camisa especial necessária ao tratamento de grandes queimaduras. Mas foi Zé Paulo quem, em seguida, interveio para financiar a segunda camisa, revelando com esse gesto que se encarregaria de responder às obrigações outrora atribuídas ao prefeito.

O projeto Costa Dourada: o poder local diante das lógicas internacionais

O projeto Costa Dourada foi uma decisão do governo federal e do governo de Pernambuco, em acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Este projeto de planejamento turístico do estuário do Rio Formoso captou capitais importantes e poderia modificar radicalmente a fisionomia do litoral, assim como a economia local. Mas, não tendo recebido as informações pertinentes, o prefeito não conhece as diferentes etapas do projeto, suas implicações exatas, ou a importância dos recursos mobilizados (seguramente muito superiores às finanças locais). O secretário da Fazenda denuncia o projeto externo no qual “Rio Formoso é reduzido a nada, a um simples penico com o risco de poluir o estuário”. A intervenção da municipalidade só seria requisitada, com efeito, no caso exclusivo de saneamento das águas do rio, condição *sine qua non* da realização do projeto. Nesse contexto, o tema do meio ambiente parece constituir, para a equipe municipal, um meio de se fazer ouvir na defesa dos interesses locais em face das lógicas internacionais. E, da mesma maneira que congregava os diferentes dirigentes sindicais, Zé Paulo tenta reunir os prefeitos da região para elaborar uma mobilização

comum em torno do projeto Costa Dourada: nova tentativa de ativar suas competências sindicais em seu papel de prefeito.

O acesso de Zé Paulo à função de prefeito de Rio Formoso permite então medir *in situ* a complexidade da modificação das formas de exercício do poder em um período de transição política e social. Em primeiro lugar, é extremamente difícil para o novo prefeito e para sua equipe municipal firmar-se nas disputas que ultrapassam o quadro estreito da municipalidade e cujas consequências serão, evidentemente, profundas para o município: é o que mostra a análise do projeto Costa Dourada. Em seguida, se a vitória eleitoral indica uma diversificação dos critérios de legitimidade política, ela não significa, no entanto, uma transformação de critérios de legitimidade do exercício do poder. A função de prefeito lhe impõe uma forma personalizada de exercício do poder (intervenções “carismáticas”, pedidos pessoais, pregnância da lógica do dom) que lhe é tanto mais delicado combater na medida em que a influência sindical na região repousa sobre um tecido de relações pessoais, e em que seu prestígio de líder sindical fundou-se sobre sua capacidade de ajudar os trabalhadores rurais em sua conquista dos direitos sociais. Nossa reflexão concentrou-se nas dificuldades da reconversão de um capital sindical em capital político. Ela não se pretende de forma alguma fatalista, uma vez que o contexto histórico da reforma agrária e da crise da agroindústria açucareira requer a transformação profunda do campo político local.

As novas mediações em Rio Formoso: observações sobre a Prefeitura

A administração da Prefeitura compõe-se de um chefe executivo (o prefeito) e de nove secretarias, tendo cada uma seu domínio de intervenção específica. São as secretarias da Fazenda e do Planejamento, da Administração, da Infra-estrutura (serviços urbanos), da Educação e Cultura, da Saúde, da Agricultura, dos Esportes e do Turismo, do Trabalho e da Ação Social, e de Assuntos Especiais.

A partir de uma pesquisa nestas secretarias, se procurará dar conta de algumas regularidades que as atravessam e das contradições em meio às quais seus responsáveis se movem.

Mediação e vontade

As novas modalidades de administrar em Rio Formoso, para a administração atual, residem em um princípio multiplicador: a geração de instituições e/ou de

grupos estáveis que canalizam a demanda da população. Ou seja, um dos traços do modelo de gestão sindical se vê hoje presente em um outro contexto institucional — a Prefeitura —, por meio da criação de corpos administrativos específicos, capazes de tratar demandas que assumem atualmente características distintas das que possuíam no aparelho sindical. No que concerne aos que recentemente chegaram à Prefeitura, a tarefa primordial consiste em transformar os agentes seja da oferta, seja da demanda de serviços públicos segundo os princípios de um “funcionamento administrativo eficaz”. Em outros termos, trata-se de introduzir novas regras, em que origem e objetivo sejam controlados pelos novos responsáveis pela Prefeitura.

Esta busca de mediação aparece nitidamente em várias secretarias da Prefeitura, cujos principais cargos são ocupados por pessoas que têm como propriedade social a afiliação ao grupo sindical, seja na qualidade de militante e/ou de parente de figuras deste grupo. É o caso da Secretaria dos Assuntos Especiais criada pela administração atual: sua seção de Meio Ambiente tem como diretor um militante sindical que é também genro do prefeito. Aqui, a implantação, em 1997, de um Conselho Municipal do Meio Ambiente, composto de organismos que oferecem uma consulta técnica e de grupos apresentados como “diretamente interessados”, revela a vontade de favorecer a emergência de novos mediadores. Entre os organismos técnicos, contam a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e o Centro de Pesquisas Hidráulicas e Recursos Hídricos (CPRH); entre os demais, encontra-se a Colônia de Pescadores, a usina de Borracha, a usina de Cucaú, um representante do hospital e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além disso, os funcionários criaram um conselho de estudantes composto de crianças e adolescentes, cujo objetivo é a “conscientização” dos problemas ambientais e de reciclagem de lixo. Desta maneira, foi assegurada a viabilidade de uma nova categoria e de um novo domínio da vida do governo municipal: a política ambiental como problema social.

No caso da Secretaria da Fazenda e do Planejamento, ocupada por um assessor sindical, por um outro sindicalista e por um dos conselheiros técnicos ligados ao prefeito, o desejo de reorganizar o organograma da Prefeitura mostra-se ainda mais explicitamente. Por meio de um programa global de formação, em um discurso que justapõe as noções de eficácia e de vontade, são propostas três dimensões da formação: a) formação profissional (rural e urbana); b) formação de funcionários; c) exercício da cidadania, que inclui cooperativas, gestão em cooperativa, associações (urbanas), incitação à criação de conselhos (“para que o povo possa efetivamente decidir”).

Não é por acaso que a tarefa de desenvolver esta reeducação geral (cujos custos elevam-se a R\$ 300 mil e que se estenderá por um ano com um total de 38 cursos) coube a uma cooperativa de serviços pertencente à Fetape e à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ou seja, a criação de mediação e a reeducação dos mediadores existentes implicam a extensão do modelo de gestão sindical ao campo da administração pública, sob a forma de um ensino sistemático (e supõem a crença na eficácia desta forma entre seus iniciadores). Paralelamente, essa reeducação deveria permitir resolver um problema anexo (habitual para os que devem pensar a continuidade do poder sob formas administrativas): a dependência existente em relação ao prefeito. Assim, para o secretário: “Trata-se de não depender de Zé Paulo. A formação é destinada a mobilizar, a fazer decidir por si mesmo e a resolver com responsabilidade os problemas que se apresentem”.

O mesmo acontece no âmbito da Secretaria do Trabalho e da Ação Social, dirigida pela filha do prefeito. Administrando e, ao mesmo tempo, legitimando (ambigüidade clássica) as problemáticas (ou problemas) sociais, seus representantes esforçam-se para reduzir as conseqüências nefastas das modificações sociais da região. Segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o município possui 44% de sua população (de 19.931 pessoas, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para 1996) em estado de pobreza (ou seja, em torno de 2 mil famílias). As famílias cujo chefe recebe até um salário mínimo representam 72% do total, e cerca de 50% das famílias não dispõem de água corrente. Os lugares onde se concentra a população carente são os bairros da Rua da Lama, do Alto da Bela Vista, do Entra a Pulso e da Rua da Estrada.

Nesse contexto, uma das prioridades estabelecidas pelas autoridades é estancar a migração de mão-de-obra sem trabalho — devida à diminuição substancial da atividade canavieira — para a cidade de Rio Formoso e, de outra parte, introduzir um modelo organizacional cooperativo e associativo para a população já residente na cidade. No que concerne às cooperativas, pequenas unidades produtivas foram criadas: cultivo de uma horta por mulheres na periferia da cidade, produção de farinha de mandioca, conservação de pescado, confecção de roupas, projeto de fabricação e de distribuição de vasos sanitários (sobretudo destinados às famílias da zona urbana). No que tange às associações, algumas explicações suplementares se impõem.

A distribuição de víveres, medicamentos e materiais de construção (por meio de cupons de troca) nos setores percebidos como mais desfavorecidos foi uma das características marcantes da atividade da Secretaria do Trabalho e da Ação Social, cujo orçamento mensal de R\$ 20 mil é essencialmente comprometido por este tipo de “doação”. É sobre este ponto, o da “doação”, que a introdução de novas mediações

aparece com maior evidência. Segundo um dos novos funcionários dessa secretaria: “Esta secretaria sempre foi muito assistencialista. Agora gostaríamos de mudar isso: a doação tradicional”.

Entretanto, para promoverem-se como intermediários legítimos, os responsáveis da ação social experimentam o paradoxo de dever continuar as ações para modificá-las: “A fim de obter a participação dos vizinhos (por exemplo, no orçamento participativo), devemos dar um pouco, a fim de poder discutir”.

A criação de mediações legítimas, como seriam as associações de *moradores* para os bairros marginais, é uma demonstração da intenção de controlar e administrar demandas até então personalizadas, e representa um modo de domesticar grupos sociais (os bairros acima mencionados, por exemplo) aos quais o grupo governante não tinha um acesso permanente. Isto explica como um mesmo ato, a distribuição de cestas básicas, pode ser aqui (no bairro da Rua da Lama) condicionado à organização de uma associação de moradores — corrigindo assim o “vício da doação” — e lá (para os acampados do sindicato) praticado sem nenhuma condenação.

Deslocamentos morais

A multiplicação de etapas mediadoras não pode ser bem compreendida se não se observa a produção dos novos problemas a resolver, que são as condutas ou os grupos sociais identificados por novas formulações. Assim, a luta para reconstituir e administrar os problemas da região não é isenta de uma moralização das condutas e das ações dos dirigentes da Prefeitura, bem como dos funcionários, moralização que se distingue das formas antigas pelo deslocamento das ações políticas e das populações visadas.

Para os novos administradores de Rio Formoso, o que deve ser reformado são questões enunciadas em termos de “problemas de falta de cultura, de educação e de hábitos”. Disso deriva que, para o secretário da Fazenda, se o sistema administrativo contábil funciona mal, é “porque existe uma cultura de não pagamento dos impostos”, de um lado,⁸ e uma “falta de eficiência dos funcionários públicos” (que são

⁸ O município de Rio Formoso tem a princípio quatro fontes de financiamento: o Fundo de Participação Municipal (FPM), o Imposto de Transição de Bens Imobiliários (ITBI), o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). As modificações na estrutura produtiva — com a crise e a reconversão dos *engenhos* e usinas — repercutiu sobre a receita municipal. A municipalidade deve desenvolver mecanismos capazes de garantir uma cobrança melhor e, daí, assegurar um posicionamento melhor dos administradores municipais.

1.074 empregados na Prefeitura), de outro. Para o secretário de Assuntos Especiais e seu diretor do Meio Ambiente, é preciso mobilizar os meios — entre outros, o conselho de estudantes já mencionado — para criar uma “consciência ambiental” que possa pôr termo ao problema da poluição despejada nas águas do rio adjacente à cidade. Talvez esta moralização seja ainda mais intensa no domínio educativo, e se apresente aí mais explicitamente combinada a um discurso igualitário da participação que, cumpre dizê-lo, nunca deixa de estar presente nos outros casos. A diretora de Ensino que pertence à Secretaria da Educação e Cultura tem uma trajetória ligada ao Sindicato dos Funcionários da Educação e encontra-se vinculada à Pastoral. Os problemas educativos com que se defronta o município são o absentismo escolar (69% na zona urbana e 30% na zona rural, segundo os dados fornecidos pelos funcionários), o alto nível de analfabetismo (45% entre as crianças de 11 a 14 anos) e o abandono da formação de professores rurais. Segundo a diretora de Ensino, é preciso opor a isso, como elemento da solução, a consolidação no nível municipal de projetos nacionais como o da “Infância Cidadã”, a valorização das creches como “lugar essencial para a socialização das crianças e mesmo de seus pais” nos bairros desfavorecidos, assim como a “organização popular”: este é um discurso que amalgama o voluntarismo pedagógico e a necessidade da “administratibilidade”.

Vê-se então como as noções de “vício do clientelismo” e de “vício da doação” identificam-se nos bairros marginais, ao mesmo tempo em que estes aparecem como o *locus* privilegiado de problemas de educação, de pobreza e de meio ambiente.

A ocorrência de uma inundação em um dos bairros mais povoados colocou esta perspectiva diante de uma outra moral, aquela dos requisitantes que perceberam como é insuficiente a ajuda da Prefeitura. Eles não se sentiram assistidos como em outras administrações e, embora não quisessem colocar-se em uma atitude de espera de auxílio, julgaram de forma negativa a postura dos responsáveis atuais. A seu modo, os agentes da Prefeitura tentaram, diante desta urgência, instaurar o modelo de associação de moradores em substituição ao hábito da demanda pessoal e individualizada (o “clientelismo”).

Se uma acusação moral concentra-se em um tipo de conduta, a outra moral (a dos que esperam a distribuição de cestas básicas, base das regras de troca com os administradores anteriores), limita-se a julgar os doadores segundo seu respeito pela dívida gerada por uma relação (a dos *moradores* com os funcionários do governo municipal). Quando se impõe como pública uma lógica que, neste caso, seria a da “participação cidadã”, conclamada pelos administradores atuais, essa lógica objetiva isola como intolerável a outra, que não existia anteriormente enquanto tal, a saber, como tipo delimitado e identificável de conduta. Em seguida, essa acusação torna-se

mais forte quando um grupo específico faz-se dela portador e identifica-se contra o outro grupo, que pratica um “outro tipo de política”. Esta nova carga de valor cria agora um problema de caráter municipal: o vício do clientelismo.

Requalificação e reposicionamentos

A nomeação de esferas que se transformam em problemas municipais foi um dos mecanismos pelos quais aqueles que se viam como atores legítimos puderam se posicionar e se institucionalizar. Três aspectos concretos poderão ilustrar uma parte dessas transformações gerais hoje vividas em Rio Formoso.

A forte expectativa criada pelo projeto Costa Dourada aumentou há alguns anos, tornando-se um eixo da vida deste município. Esse projeto tem como objetivo criar um pólo turístico de envergadura internacional e prevê um grande investimento no ramo hoteleiro e nos serviços adjacentes. A princípio, segundo parece (o projeto redigido não havia chegado às mãos da Prefeitura), serão construídos cinco hotéis “cinco estrelas”.⁹ Diante da preocupação, expressa pela Secretaria do Meio Ambiente — criada em 1995 e renomeada em 1997 —, de que nenhum plano de reflorestamento fora previsto pelo projeto, a exigência de preservação do meio ambiente viu-se reconhecida, tendo seus cuidados confiados ao Conselho Municipal, para que o projeto Costa Dourada torne-se viável. Assim, como resume um dos conselheiros desse escritório: “Tentamos fazer de modo que o projeto Costa Dourada passe de uma questão financeira a uma questão ambiental”.

Se o projeto Costa Dourada se coloca em termos mais concretos com a questão ambiental, torna-se possível para a Prefeitura, segundo o estado das relações de forças, reativar três demandas até o presente não levadas em conta: o reflorestamento, o problema da poluição fluvial e o dos dejetos (domésticos e industriais). No que concerne ao reflorestamento, existem em Rio Formoso duas reservas ecológicas: a reserva municipal de Cossocó, que deve ser reflorestada, e a de Tamandaré. Em relação à contaminação fluvial, Rio Formoso apresenta uma característica: a cidade é construída às margens do rio onde são despejados os esgotos das casas, enquanto os mariscos e peixes que servem como alimento da população são pescados nas mesmas águas. Assim, as pessoas ligadas à Prefeitura reivindicam que a água da zona do estuário de Rio Formoso (onde será desenvolvido o projeto Costa Dourada) seja saneada,

⁹ O financiamento dessas obras está assegurado pelos governos federal e estadual, pelo Banco do Nordeste e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

porque a consideram indispensável à viabilidade da reserva ecológica, observando que as nascentes dos rios devem então ser preservadas. Ao mesmo tempo, os responsáveis pela área ambiental buscam pôr os pescadores como os primeiros atingidos pela implantação do projeto Costa Dourada, encorajando-os a se agruparem em uma organização não-governamental ou em uma cooperativa de trabalhadores; em outros termos, incitam-nos a se constituírem como grupo visível e organizado. Enfim, a ação da Prefeitura em matéria de dejetos consiste em obter a transformação da usina de Amaragi (cuja atividade foi considerada poluente, segundo um relatório do Ibama) em indústria de reciclagem de lixo. Neste aspecto, um litígio opõe a usina Central Barreiros, a Prefeitura e o MST. Eis aí, portanto, alguns dos elementos que sustentam a implantação e a nomeação de uma política ambiental.

Essa idéia de uma política ambiental suscitou uma série de situações que permitiram falar da necessidade de uma política social para a região. Esta requalificação está modificando as noções anteriores pelas quais os problemas sociais eram identificados como, por exemplo, a noção de assistencialismo. Valorizada negativamente pelas novas autoridades, esta categoria designa doravante uma má política. Essa modificação de nome não foi resultado da simples promulgação de um “novo tipo de conduta” regulamentando as relações entre a Prefeitura e os habitantes do município; ela desenvolveu-se igualmente por meio do contato entabulado com grupos e organizações regionais e nacionais, como no encontro regional sobre as políticas sociais, em curso no momento de nossa pesquisa na cidade.

Essas são algumas das características assumidas pelo poder municipal de Rio Formoso nesse contexto, ocupado por um grupo político de extração sindical que se esforça em posicionar-se nos diversos níveis em que intervêm as mudanças.

Capítulo 4

“Ajudar o povo em dificuldade”: a Prefeitura e as inundações da Rua da Lama^{*}

João Paulo Macedo e Castro
José Gabriel Silveira Corrêa

Introdução

Este capítulo¹ se apóia em observações e entrevistas realizadas em um bairro do município de Rio Formoso, conhecido como “Rua da Lama”. A inclusão dessa área na pesquisa não estava inicialmente prevista. Porém, nas primeiras entrevistas e conversas com os funcionários da Prefeitura da cidade, a menção a uma “enchente” ocorrida na Rua da Lama quatro meses antes, revelando a existência de um conjunto de problemas para a administração municipal que iam bem além dos efeitos danosos da chuva de maio, despertou nossa curiosidade sobre o lugar. De certa forma, a Rua da Lama torna-se objeto de investigação porque, para a administração municipal, ela se colocava como um problema. Trata-se aqui de uma reflexão exploratória sobre a situação que encontramos em campo. O objetivo é recuperar alguns temas que nos pareceram interessantes e que poderiam ser retomados em futuras investigações.

Entramos no bairro acompanhados por um funcionário da Prefeitura, o que levou os moradores a nos identificar como integrantes da administração municipal. Por este motivo, recebemos uma enxurrada de reclamações e pedidos por soluções para alguns problemas locais, em especial aqueles gerados pela enchente. Nosso “guia” demonstrou em diversos momentos um certo “mal-estar”, principalmente pelo modo

^{*} Esta versão foi composta a partir da retradução, pelos autores, do artigo traduzido para o francês por David Frajolles e Benoît de L’Estoile.

¹ A pesquisa na Rua da Lama contou também com a participação de Jean-Claude Combessie.

incessante com que se “pedia” e pelo fato de alguns moradores manifestarem insatisfação com a Prefeitura.

A Rua da Lama

A enchente

No dia 12 de maio de 1997, uma chuva que durou uma tarde inteira fez o córrego que atravessa a cidade de Rio Formoso transbordar e inundar a totalidade do bairro da Rua da Lama. As águas subiram rapidamente, invadindo as casas e alcançando, em alguns trechos do bairro, a altura de um metro e meio, como atestavam as marcas nas paredes das residências, ainda na ocasião de nossa pesquisa. Casas feitas de taipa e de alvenaria não agüentaram: algumas envergaram e outras desapareceram. Rememorando o dia, os moradores enfatizaram a dificuldade encontrada por algumas pessoas para deixarem suas casas devido à força das águas. A ponte — principal via de acesso ao bairro — foi encoberta pelo rio, dificultando tanto a saída dos moradores quanto a chegada de auxílio.

No início da noite, com a diminuição do nível das águas, as pessoas puderam retornar e perceber os estragos causados pela enchente. Alguns dos moradores perderam todos os seus pertences, assim como suas casas, e por isso foram alojados na sede do clube municipal. Outros retornaram a suas moradias e começaram a tentar retirar a lama que as havia invadido e recuperar o que havia resistido à chuva.

Passados alguns meses, em setembro de 1997 (período da pesquisa), a enchente do dia 12 de maio continuava sendo um dos problemas mais discutidos pelos moradores da Rua da Lama. A chuva, assim como a cheia do rio, não eram novidade; como afirmou um morador, “todo ano com as chuvas o rio sobe”. Os depoimentos eram, entretanto, unânimes em afirmar que esta teria sido a pior enchente dos últimos anos. O problema da enchente de 1997 fora o grau de destruição e a intensidade das chuvas, bem como a atitude da Prefeitura, e principalmente do prefeito, diante desse fato. Existia um consenso entre os moradores de que a Prefeitura e o prefeito “não estavam ajudando a Rua da Lama”. Essa aparente concordância revelava a existência de percepções diferenciadas a respeito do que significava *ajudar*.

A administração municipal e, sobretudo, seus secretários, referiam-se reiteradamente ao bairro como um dos principais “problemas” administrativos enfrentados pela Prefeitura em seu primeiro ano de gestão. Nossa primeira visita ao local e as conversas entabuladas com secretários e funcionários da Prefeitura, levaram-nos a compreender que tais “problemas” não estavam exclusivamente ligados à

enchente, mas a um conjunto de questões que remetia a diferentes concepções sobre o *fazer política*.

Morfologia

A rua da Lama situa-se em uma transversal à rua principal de Rio Formoso. Toda essa parte da cidade era, originalmente, um alagadiço (manguezal), onde se evitava construir habitações. Sua ocupação começou com a instalação do matadouro municipal e com a própria circulação decorrente das atividades deste estabelecimento. Apesar de ser uma área de difícil construção, a inexistência de proprietários — até hoje os moradores consideram os terrenos como pertencendo à Marinha — e a proximidade ao centro da cidade parecem ter sido as principais motivações para o estabelecimento dos moradores no local.

O bairro é delimitado, de um lado, pelo rio que demarca a cidade e, de outro, pelas ruas conhecidas como rua "da Pista" e rua "da Lama". A primeira segue paralelamente a um trecho da rodovia federal que corta o município, e é a principal via de acesso à capital do estado. A segunda, que dá nome à localidade, corre em parte paralela à "rua da Pista" e é onde está localizada a praça do matadouro; ali se encontram também diversos tipos de bares. Entre as duas ruas, que compõem o eixo do que genericamente chama-se de rua da Lama, existem vielas que ligam as duas extremidades do bairro, o qual não está ainda inteiramente ocupado por construções, e permanece em parte uma área de mangue. Vindo do centro de Rio Formoso, as casas que se encontram à direita do matadouro são de dois tipos: algumas, poucas, de cimento e tijolo, e outras de madeira e barro (taipa), que diferem substancialmente das primeiras por terem um modelo arquitetônico mais rudimentar. Afora um sobrado de madeira que serve de "pensão", as únicas casas de dois andares são feitas de alvenaria. Estas últimas também apresentam diversos sinais que as diferenciam: muros e grades, varandas e diferentes tipos de ornamentos, como cadeiras, quadros, vasos de plantas. As casas que ficam na rua principal (rua da Lama), situam-se, em sua grande maioria, em um plano mais elevado, para impedir a entrada da água na maré cheia no final da tarde. À esquerda do matadouro e em suas imediações, as casas estão no mesmo nível do chão e são as mais vulneráveis em dias de chuva muito forte. A rua da Lama acaba na "Pista", onde se localizam pequenos comércios e algumas outras casas de taipa.

A partir do relato de alguns moradores, é possível perceber a diversidade da ocupação da área, que se deu em períodos diferentes e atraiu indivíduos e famílias com trajetórias variadas. Encontramos famílias que estão na Rua da Lama há pelo

menos duas gerações. Seu Juvenal, pai de uma das entrevistadas, foi um dos que, após trabalhar na construção da rodovia federal (que faz a ligação do município com a capital) nos anos 50, construíram sua casa na área. Outras famílias migraram do sertão nordestino, nos últimos cinco anos, em busca de trabalho nos canaviais, como é o caso de seu Amaro, que veio do interior do estado e “fez *ficha*² na usina”, mas não foi chamado para trabalhar. Recentemente, ex-trabalhadores rurais — aposentados ou demitidos dos engenhos —, começaram a fixar moradia no bairro.

A diversidade encontrada na composição social dos moradores expressa-se também na variedade das estratégias de subsistência, que vão do trabalho temporário na moagem da cana aos biscates em outros municípios. Muitas dessas atividades, como as de entregador de jornais, pescador, vendedor de caranguejos, cortador de bambu e barraqueiro de praia, são realizadas em cidades vizinhas como Tamandaré, importante pólo turístico do estado de Pernambuco. O trabalho temporário e os biscates não são percebidos como opções de “trabalho”, mas sim como alternativas de subsistência, em função de sua incerteza e instabilidade. Existe um certo consenso entre os moradores de que as atividades ligadas tanto à Prefeitura quanto aos engenhos proporcionam uma situação mais estável. Trabalhar na Prefeitura, entretanto, supõe possuir certos vínculos com pessoas direta ou indiretamente próximas da administração pública — como foi o caso do marido de dona Fátima, que graças aos contatos com o ex-prefeito conseguiu um emprego como funcionário público. Já as possibilidades de trabalho no engenho tornam-se cada vez menores devido às transformações que vêm atingindo a agroindústria açucareira.

Pertencer ao local

Como veremos a seguir, as origens e as trajetórias variadas dos moradores criaram percepções diferenciadas quanto ao significado do morar na Rua da Lama.

O pai de dona Fátima (uma das mais antigas moradoras), seu Juvenal, ergueu o primeiro bar de tijolos da rua, que foi transformado posteriormente em uma casa de prostituição. Desde seu nascimento, dona Fátima residiu na localidade, ajudando a família no trabalho do bar. A morte do pai e as dificuldades em gerir o bar levaram-na a vendê-lo, o que lhe permitiu construir uma casa de cimento. Com a venda do bar, contudo, houve uma queda no padrão de vida da família, e isso a levou a

² *Ficha* é o termo nativo para indicar a existência de um contrato de trabalho, com registro na carteira profissional.

procurar outras alternativas de sobrevivência. Durante alguns anos foi professora da rede municipal, atuando na Pastoral da Criança.

Em seu depoimento sobre o bairro, dona Fátima demonstra nostalgia ao falar do passado, da chegada de seu pai e dos investimentos que este realizou na rua, como a construção do bar. Existe em sua fala um sentimento de pertencimento ao local, de identificação com sua história, que em muitos casos se confunde com a dela própria. O crescimento da rua e a chegada de novos moradores significam para ela o início de desestruturação dos laços locais e são associados ao aumento da violência:

A malandragem começou a crescer. Antigamente não tinha. [...] acho que isso foi porque começou a chegar muita gente de fora, e a fazer casa. Antigamente não tinha ninguém de fora. No tempo do meu pai depois das 22h ele abaixava o som, porque respeitava os vizinhos. Hoje o som fica até tarde, música alta...

Os novos moradores são percebidos como *malandros*, *bagunceiros*, sendo responsabilizados pelos atos de desordem no bairro. Dona Fátima gradeou sua casa, como forma de prevenir possíveis invasões e assaltos. A colocação das grades foi feita recentemente, pois no passado não havia necessidade, já que "...todo mundo se conhecia e as crianças podiam andar na rua". O conhecimento dos vizinhos e as relações existentes entre os moradores faziam do local um "bom lugar" para se criar os filhos. Com a chegada de novos moradores, o "comportamento local" acabou se modificando e levou muitas pessoas (amigas e parentes) a procurarem outro lugar para morar, fazendo com que dona Fátima se sentisse cada vez mais afastada dos espaços compartilhados na rua. A desestruturação dos vínculos locais também pode ser percebida quando ela se refere à forma como os novos moradores se estabeleceram:

O povo invade, faz terreno e constrói a casa e mora. Aquelas casas ali (...) eram tudo mangue, elas não existiam, são pessoas novas. O povo cortou o mangue e fez aquelas casinhas todas de palha. Não tem que pagar aluguel e não tem uma casa própria. Invade o mangue e faz a casa.

Invadir e não pagar aluguel é um comportamento oposto ao que dona Fátima valorizou no relato de sua história. O respeito que seu pai tinha para com os vizinhos, abaixando a música à noite, demonstrava a valorização conferida à área como local de moradia. Esses elementos são importantes na fala de dona Fátima, pois esclarecem o tipo de envolvimento que ela e sua família mantinham com os vizinhos, em oposição ao daqueles indivíduos que não respeitam essas relações, não pagam aluguel e ainda destroem o mangue.

Transitoriedade

Dona Iraci e o marido, seu Dorival, moravam nas terras pertencentes à usina de Cucaú, onde ele trabalhava no corte da cana. Com sua demissão, a família se viu na necessidade de procurar outro trabalho e moradia, e mudou-se para o interior de São Paulo, no município de Barueri. Lá, seu Dorival trabalhou como pedreiro, até que "...os parentes chamaram e a gente voltou". Em Rio Formoso, diante da dificuldade de seu Dorival em encontrar trabalho na produção da cana, acabaram fixando residência na Rua da Lama, em 1991. Segundo nos contou dona Iraci, o marido atualmente trabalha "cortando bambu para um homem em Recife que faz papel". Em seu relato, percebe-se uma forma diferente de descrever a Rua da Lama, que já não representa uma opção de moradia, como era o caso para dona Fátima, mas se apresenta ao contrário como uma "fatalidade" decorrente da impossibilidade de voltar para o engenho.³ Como projeto de vida, a Rua da Lama é vista como um momento marcado pela dificuldade e pela incerteza, a ser abandonado assim que as condições o permitirem. Do ponto de vista das representações sobre o lugar, contudo, dona Iraci concorda com dona Fátima: trata-se de um lugar de *malandragem*. Ainda assim, para dona Iraci, isso deriva do entendimento de que é a cidade mesma e, em especial, a periferia, que é percebida como *locus* da *malandragem* e da insegurança, em oposição ao engenho.⁴ O que para dona Fátima é fruto da chegada de novos moradores (aumento da violência e da insegurança), para dona Iraci consiste em uma marca da cidade como tal.

Do vício ao saber dar

A Rua da Lama é percebida pelos responsáveis pela administração municipal como um *problema*. A falta de verbas para a realização de obras na localidade foi apontada como a principal característica deste "problema". Entretanto, como sinalizamos anteriormente, uma outra dimensão do problema foi igualmente colocada

³ Lygia Sigaud mostra como a ida para a cidade representa para alguns trabalhadores rurais um sentimento de mal-estar: "Estar na cidade é percebido como um estado transitório, como atesta a palavra utilizada pelos trabalhadores para designar seu alojamento, um *rancho*, e não uma casa, como é aquela que habitam nos engenhos" (1993:20).

⁴ "Percebida fundamentalmente como o lugar privilegiado para os que não trabalham, na medida em que toda sua concepção de trabalho está ancorada no trabalho agrícola, a cidade, nunca é objeto de uma idealização por parte do trabalhador..." (Sigaud, 1979b:211).

pela gestão municipal: ela diz respeito à forma como as demandas são encaminhadas junto à Prefeitura, forma esta que é percebida como baseada em práticas *viciadas*.

Antes de nos determos na análise das considerações da administração municipal, é importante retomar alguns dados sobre a percepção dos moradores da Lama sobre a Prefeitura.

Fazendo um levantamento daquilo que os moradores da Rua da Lama esperavam da Prefeitura após a enchente, encontramos as seguintes preocupações: a presença física do prefeito, a doação de material de construção (cimento, tijolo e madeira), saneamento básico (asfaltar ruas, construir e reformar a ponte, retirar o matadouro), garantia de segurança e oportunidades de emprego. O elemento comum a essas demandas era a percepção de que a Prefeitura estivera ausente antes, durante e depois da enchente, ou seja, de que a atual gestão não estaria "...ajudando a Rua da Lama", e de que o prefeito deveria fazer-se mais presente. Esse aparente consenso escondia, entretanto, a existência de preocupações diferenciadas, que refletiam a heterogeneidade do bairro.

Para dona Iraci, a ausência da Prefeitura era sentida com certa preocupação, pois, sendo o prefeito um ex-dirigente sindical, existia a expectativa de que ele fosse *ajudar* as pessoas que estavam em dificuldade por causa da enchente. Para ela, a Prefeitura fez-se presente quando a filha do prefeito — e secretária de Ação Social — visitou a Rua da Lama e distribuiu algumas cestas básicas.

Flávia [filha do prefeito] é muito boa. Ela fez muitas coisas para nós. Mas ela não tem muito dinheiro. Zé Paulo [prefeito] é um homem bom. Ele *ajudou* o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mas é preciso *que ele venha aqui* e que nos *ajude*. [Ênfases nossas.]

A presença da filha do prefeito, entretanto, não bastou para que dona Iraci considerasse que se tratava de uma "ajuda" da Prefeitura. Era necessária a presença física do prefeito, como forma de demonstrar a preocupação e o "compromisso" com os moradores da rua. Se para dona Iraci o prefeito fez-se presente via sua filha, ou via distribuição de cestas básicas, mesmo que isso não anule a necessidade da presença física dele, na fala de dona Fátima não encontramos uma referência positiva quanto à presença do prefeito, e nem quanto à presença de sua filha.

Esse prefeito, esse ano ele veio depois que passou a cheia, que estava tudo seco. Ele veio junto com a TV Globo e com o SBT. Ele veio aqui. Entrou. Os repórteres ficaram sabendo através dele. Ele entrou aqui e ficou na porta. [...] depois disso o prefeito não voltou.

Quando houve a cheia, a secretária de Ação Social deu cesta básica para o pessoal que estava na escola. Ela pegou o nome e a cesta básica veio para essas pessoas. Aí veio um carro aí e distribuiu a cesta básica. [*Ênfases nossas.*]

Enquanto dona Iraci, ao referir-se à secretária de Ação Social, não qualificou o tipo de ajuda prestado por esta, mas apenas o identificou como uma ação boa e *generosa*, para dona Fátima, todavia, a ação da secretária era distanciada e formal. A desqualificação por parte de dona Fátima dos atos que, para dona Iraci, representam uma preocupação, uma vontade de ajudar da Prefeitura, está provavelmente associada ao tipo de vínculo que a primeira mantém com o prefeito anterior, como veremos em seguida.

O termo *ajuda* utilizado pelos moradores da Rua da Lama e pelos funcionários da Prefeitura tem significados diferentes. *Ajudar* está relacionado menos com o ato em si que com a pessoa que realiza tal ato, e como tal está submetido a determinados códigos: “como uma relação assimétrica que tem o caráter de ajuda, ela implica um determinado código ético que prevê os comportamentos adequados para as partes envolvidas” (Meyer, 1980:120). A ajuda a uma pessoa significa reconhecê-la como pertencendo a uma rede de solidariedade.⁵ Uma das características atribuídas ao ex-prefeito, era a de “...ajudar o povo em dificuldade”. Essa ajuda permitiu ao marido de dona Fátima conseguir um emprego.

Hacker, o prefeito anterior, proprietário de um engenho da região, recrutava para alguns serviços moradores da Rua da Lama. O marido de dona Fátima teve oportunidade de trabalhar com Hacker em um momento de dificuldade para a família e, posteriormente, tornou-se funcionário público. O ex-prefeito é tido por dona Fátima como “...uma pessoa boa e preocupada com as dificuldades do povo”. Esse tipo de preocupação evidencia-se em suas práticas e ações:

Na outra [enchente] que deu, foi um pouco menor. Com a água até aqui, as casas cheias de lama, e *ele* [Hacker] *veio. Fazendo socorro a todo mundo.* Hacker era um bom prefeito. Papai Hacker. Toda sexta-feira ele dava vale e as pessoas iam buscar. Com Hacker ninguém passava fome. Com esse prefeito, os trabalhadores passam fome. Esse prefeito cortou as horas extras do povo. [*Ênfases nossas.*]

⁵ Segundo Meyer (1980:120), as formas de solidariedade são estabelecidas entre pessoas qualificadas como *amigos*, *vizinhos*, da mesma posição social. Palmeira e Heredia (1995) e Sigaud (1979b), por sua vez, mostraram que a *ajuda* também pode existir entre pessoas de posições sociais diferentes. Nesses casos, a idéia da *ajuda* não apareceria como expressão de uma forma de solidariedade.

Essa percepção de que Hacker *ajudava* as pessoas pode ser encontrada também no relato do proprietário de um dos quatro bares situados na praça do matedouro, João André. Segundo ele, "Hacker emprestava ônibus para levar os doentes, e estava sempre presente na rua".

Para dona Fátima e João André, a Rua da Lama representa mais do que um local de moradia; trata-se do lugar onde foram construídas suas histórias e suas relações familiares. Em contraste, temos dona Iraci, que fez da Rua da Lama sua residência ao cabo de uma trajetória marcada por uma mobilidade muito grande. A experiência no trabalho da cana, e o contato com trabalhadores rurais, tendo sido seu marido um, parece proporcionar uma percepção diferente do bairro e uma relação distinta com este. A Rua da Lama, assim como os outros "bairros problemáticos", nunca recebera uma atenção significativa por parte da administração municipal; os depoimentos recolhidos, porém, indicam que em momentos considerados importantes pelos moradores o ex-prefeito fazia-se presente.

Hacker, que agora é prefeito do município vizinho (Sirinhaém), parece ser a grande referência dos moradores da Rua da Lama, principalmente os mais antigos. Falar da prefeitura atual é compará-la à gestão de Hacker. O ex-prefeito *dava*: dava casas, dava cimento, dava madeira, dava emprego, dava alimento. Não havia esse tipo de "problema" na Rua da Lama.

A eleição de um ex-sindicalista criou expectativas em alguns moradores da rua, pois se consideram trabalhadores, foco das atenções do prefeito. No entanto, o prefeito "não dava, não valorizava o povo, não ajudava os trabalhadores". A chuva de maio, a mais forte dos últimos 27 anos, pode ser considerada, pela maneira como alguns moradores relataram o episódio, como uma situação excepcional. Foi um momento em que se exigia dos políticos profissionais que exercessem sua função, prestassem serviços e que oferecessem determinadas *ajudas*. Assim teria se comportado o antigo prefeito, segundo dona Fátima:

Seu Hacker não fazia falta aqui não. Hacker foi o pai de Rio Formoso, foi não, ainda é [...]. Seu Hacker, no início da campanha, quando ele ganhou, foi eleito prefeito de Rio Formoso, ele fez muitas casas para muitas pessoas. A pessoa ia e pedia na casa dele e na Prefeitura, depois ele dava o material.

Podemos pensar que o tipo de expectativa de (alguns) moradores da Rua da Lama em relação ao poder público tem como referência a administração anterior, sob a gestão de Hacker. Para esses moradores, existe uma nítida descontinuidade

entre as duas gestões, e suas representações diferenciadas quanto ao papel e significado da ação política municipal são distintas daquelas dos atuais administradores. A eleição do atual prefeito pode estar colocando em xeque a compreensão que os moradores têm sobre a forma como são regidas as relações entre população e administração.

A enchente teve uma dimensão dramática, pois alterou consideravelmente a vida de algumas pessoas. Foi assim no tempo de Hacker, mas não está sendo assim no tempo de Zé Paulo. O “problema” para os moradores talvez tenha sua origem na postura assumida pelo atual prefeito, resumida em sua ausência do local. Existia uma expectativa de que o prefeito, na situação de dificuldade pela qual passava o “povo da Lama”, um momento importante da vida dessas pessoas, estivesse presente não apenas por intermédio de seus representantes administrativos, mas pessoalmente.

Talvez o que estes dados revelem seja o fato de as expectativas quanto à postura da administração municipal serem construídas a partir de experiências e trajetórias diferenciadas, e nesse caso o que pode estar em jogo nesta configuração é o fato de saber quem serão os beneficiados pela gestão pública. Neste sentido, termos como *ajuda* devem ser percebidos como referindo-se não a uma prática política (atrasada, paternalista etc.), mas a um tipo de relação que envolve expectativas e crenças.

Práticas da administração municipal

A eleição de um líder sindical para uma Prefeitura na zona canavieira coloca em movimento no cenário da política local um conjunto de atores sociais mais amplo que o habitual. Historicamente, os sindicatos rurais opunham-se à participação aberta em processos eleitorais, procurando separar a esfera das atividades políticas e a das atividades sindicais. Tal postura tende a alterar-se a partir das eleições para a Assembléia Constituinte em 1986 (Palmeira e Barreira, 1998), quando as lideranças sindicais passaram a acreditar que a eleição de parlamentares poderia contribuir para o movimento sindical. Isto significava eleger candidatos dos sindicatos ou *comprometidos* com os interesses sindicais. Apesar de algumas mudanças e da maior aproximação do sindicato em relação à esfera da política, aquilo que Moacir Palmeira denomina o “paradoxo da participação” (Palmeira e Barreira, 1998:210) dos sindicalistas continuaria presente. Para as lideranças sindicais, as candidaturas de sindicalistas a cargos proporcionais ou majoritários possuíam um claro vínculo com o movimento sindical, e esses candidatos sindicalistas tinham igualmente uma compreensão de

que sua eleição e/ou cargo estaria de uma forma ou de outra vinculada ao sindicato e aos trabalhadores rurais.⁶ O tipo de vínculo estabelecido entre o candidato sindicalista e a liderança sindical também pode ser encontrado entre o trabalhador rural e o sindicato. Neste último caso, segundo análise de Sigaud, o sindicato era percebido pelos trabalhadores como mediador, "como instrumento para garantir os direitos [trabalhistas] pelos quais lutavam" (Sigaud 1979a:224), como, por exemplo, garantia de prestação de serviços médicos. Esses direitos, no entanto, não eram considerados automáticos, parte do estabelecimento de um contrato de trabalho, mas sim uma concessão que deveria ser retribuída. A retribuição era encaminhada sob a forma do pagamento da mensalidade que cada associado devia ao sindicato.⁷ Nesse sentido, podemos pensar que o compromisso estabelecido entre candidato sindicalista, de um lado, e sindicato e trabalhadores rurais, de outro, deve ser compreendido, assim como o compromisso estabelecido entre trabalhador rural e sindicato, no interior de um quadro de relações de interdependência, no qual os diferentes tipos de compromisso são firmados a partir do grau de dependência existente entre os atores sociais. O que conforma a existência de relações de dependências mútuas entre trabalhador rural, lideranças sindicais e candidatos sindicalistas.

Os vínculos existentes entre a atual Prefeitura e as entidades sindicais podem ser percebidos na própria composição do secretariado.⁸ Das nove secretarias, pelo menos seis foram ocupadas por pessoas direta ou indiretamente vinculadas ao movimento sindical, sendo a Secretaria de Fazenda e Planejamento (responsável pelo processo de reordenamento da administração, promovendo diferentes processos de requalificação e capacitação profissional nos quadros administrativos) ocupada por um ex-assessor da Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape).

⁶ Como enfatiza Palmeira (1998:211-212), "[...] não se cobra dos prefeitos e vereadores sindicalistas apenas uma boa gestão, ou o atendimento dos pleitos dos trabalhadores, mas uma definição adequada de suas relações com o sindicato e com deputado-sindicalista; não se cobra do sindicato apenas o apoio ao seu dirigente, que agora é prefeito ou vereador, mas se cobram ações que o ajudem ou o constringam a direcionar sua política no rumo mais conveniente para a categoria".

⁷ "Assim, mesmo que agora os *direitos* apareçam como um *dom* de Miguel Arraes, trata-se de um *dom* que só se torna efetivo se houver uma contraprestação por parte do trabalhador. Esta contraprestação é o pagamento do sindicato. Se o trabalhador não paga o sindicato, ele não retribui o *dom* inicial, rompe a cadeia de reciprocidade e, por isso, é que se sente ilegítimo para reivindicar os direitos" (Sigaud, 1979a:224).

⁸ As secretarias constituídas são: Secretaria da Fazenda e Planejamento, de Administração, de Infra-estrutura, da Educação e Cultura, da Saúde, da Agricultura, de Esporte e Turismo, da Ação Social e de Assuntos Especiais (ver capítulo 3).

Palmeira e Heredia (1995), enfatizaram o fato de que o “tempo da política” é marcado pela subversão do cotidiano, caracterizando-se pela intensa participação de indivíduos e grupos nas atividades políticas (manifestações, carreatas, comícios etc.).⁹ No “tempo da política”, as diferentes “facções” tornam-se mais visíveis e mais definidas. Trata-se de um período em que não há espaço para indecisão. Nos períodos anteriores e posteriores ao “tempo da política”, por outro lado, as atividades cotidianas da vida social (visitas familiares, reuniões sindicais, trabalho etc.) não são pensadas como atividades políticas — de fato, nem mesmo as atividades desenvolvidas pelos “profissionais da política”¹⁰ são consideradas nesses momentos como políticas, mas remetem a ações assistenciais e à prestação de serviços.

Partindo dessa caracterização, podemos pensar que, no período entre eleições, muitos compromissos são desfeitos, da mesma maneira que outros são estabelecidos. A incerteza quanto à manutenção e/ou duração do compromisso faz com que os indivíduos procurem, nesse intervalo, formas de renovar suas alianças, buscando ampliar seus laços sociais. A política de facção já não é mais a principal referência para o estabelecimento desses laços.

A ocupação de espaços políticos, como a administração municipal, por um prefeito de origem sindical, implica jogos de aliança, moldados ao longo da história do movimento sindical da região, tendo como referência as relações constituídas nos engenhos. Ao entrevistar o atual prefeito de Rio Formoso, pode-se constatar sua preocupação com as diferentes transformações que vêm afetando a região e suas consequências:

Só a usina Cucaú, que é do município, tinha 6.700 no campo, em quatro municípios, em 1993. De Rio Formoso, de Gameleira, de Ribeirão e de Sirinhaém. Ela hoje tem 2.700, nos quatro municípios. Botou para fora 4 mil. Cucaú, Trapiche fizeram a mesma coisa. Foi o mesmo modelo. Agora esses 4 mil estão espalhados aqui nesses quatro municípios. Estão espalhados aqui, em Gameleira, em Ribeirão e em Sirinhaém. Estão por aqui, Santo Amaro, estão por aí. Estão espalhados por esse setor. Eu estou falando só dessa usina Cucaú. Agora, a Trapiche botou para fora também uma média de uns 3.500 mais ou menos, de 1993 para cá, e

⁹ Sobre as diferentes atividades desenvolvidas no “tempo da política”, ver Palmeira e Heredia, 1995.

¹⁰ Segundo Palmeira e Heredia (1995:31), pode-se designar como “profissionais da política” todos aqueles que exercem um conjunto de atividades que podem ir dos ocupantes de cargos públicos aos filiados de um partido.

todo esse pessoal está espalhado aí. Sem falar nos engenhos particulares. Então uma média de (eu estou dizendo uma média porque não tenho uma pesquisa), não menos que entre 4 mil e 5 mil famílias aí, que estão desempregados aqui na cidade. Não são pessoas não, são famílias.

A cidade, percebida em oposição ao engenho, aparece como grande receptora das diferentes transformações que atingem o campo. E, nesse sentido, a Rua da Lama, assim como outras "favelas", refletem de forma mais geral a crise da cana-de-açúcar, que vem provocando o movimento cada vez mais expressivo de trabalhadores dos engenhos em direção às periferias das cidades. Como a área onde se localizam os engenhos e as tensões nela existentes constituem o foco das atenções e das ações da política local, o centro urbano e sua periferia não aparecem como espaço privilegiado de intervenção política, mas como reflexo dos embates e das tensões vindas dos engenhos.

As mudanças na política governamental em relação aos investimentos na agro-indústria canavieira vêm levando a uma série de transformações relacionadas ao fim da monocultura da cana. Como enfatizou o prefeito:

Como eu estava falando, essa lavoura se encontra em dificuldade e a monocultura da cana e, provavelmente, a sua população se encontram também em dificuldade. Demissões vêm acontecendo em massa. As usinas vêm, ora estão abertas, ora estão fechadas. E as dificuldades para a população são muito grandes. Além de uma resistência que já existia por parte dos patrões, por uma questão estratégica deles, como eu falei, de tirar a população, de tirar o povo do sítio. Tirar para o pátio do engenho, para o cercado, para acabar com os sítios.¹¹ E por último agora, com as demissões, tirando o pessoal para a cidade.

O fechamento de algumas usinas e a demissão de trabalhadores levou uma boa parte a abandonar os engenhos e se deslocar para o centro urbano, aumentando o "desemprego, a fome e a miséria". A situação em que estão assim colocados alguns trabalhadores rurais é percebida pelo prefeito como excepcional, pois refletiria uma transformação em curso nas relações existentes no mundo dos engenhos, a qual teria como uma de suas consequências o crescimento de ações tais como a mendicância e

¹¹ Para uma descrição sobre estes processos de expulsão de moradores dos engenhos, ver os trabalhos de Sigaud, 1979b e 1993.

os pedidos por comida. Essa percepção manifesta-se no seguinte trecho da entrevista com o prefeito.

É tanta, é muito grande a ansiedade da minha parte, para que tenha essa oportunidade para o pessoal, chegar o dia de ser assentado nessa terra. Porque é a Prefeitura que no momento está agüentando o povo na porta, e na minha porta aqui, diariamente, pedindo bóia. Não é pedindo coisa grande não, é pedindo coisa pequena. É pedindo 1 kg de farinha. É pedindo 200 g de sardinha. Quem está pedindo um negócio desse não está pedindo, não é uma pessoa viciada.

Voltamos, então, à idéia de vício. A idéia de *pessoa viciada*, ou de *prática viciada*, faz referência à relação entre uma pessoa que dá um bem material ou presta um serviço, fornece algum tipo de ajuda, e uma pessoa que pede uma ajuda, um favor, um serviço. Esses favores podem ser buscados, como vimos, junto a alguém do mesmo círculo de relações; pode-se, porém, também buscá-los junto a pessoas que detêm maior prestígio, ou então maiores recursos financeiros.

No trecho citado acima, percebemos que existe uma preocupação do prefeito em afirmar que nem todo ato de pedir identifica uma pessoa como “viciada”, uma preocupação em precisar que o fato de determinadas pessoas estarem pedindo é fruto de uma condição excepcional, a saber, a crise da cana-de-açúcar e o desemprego, que causam a fome e o *pedido*. Cabe salientar que, nesse caso, quem está pedindo são os trabalhadores rurais que perderam sua condição anterior de moradores de engenho e/ou que perderam seus empregos no engenho.

Com a enchente do dia 12 de maio, contudo, uma outra parcela da população, aquela que mora na periferia da cidade, também se sentiu no direito de pedir ajuda (casa, tijolo, cimento, comida, trabalho). O que distingue a natureza dos pedidos — aqueles feitos por ex-trabalhadores rurais e aqueles feitos por moradores da Rua da Lama — é o lugar ocupado no espaço social pelos solicitantes. As demandas e os pedidos são assim classificados e qualificados, estabelecendo-se uma distinção entre as demandas percebidas como “naturais” (os pedidos feitos pelos trabalhadores rurais saídos dos engenhos) e aquelas percebidas como “viciadas” (pedidos de casa, comida etc.) realizadas por moradores da Rua da Lama. Do ponto de vista do prefeito, estes últimos estariam reproduzindo práticas informadas pelas relações estabelecidas com o poder municipal do passado, em vez de fruto de uma situação “excepcional”. As demandas dos trabalhadores rurais não configurariam por sua vez um tipo de prática política, mas constituiriam um pedido de *ajuda* para sair da situação em que se encontram. Em um trecho da entrevista realizada com o prefeito, encontra-

mos um indício da diferenciação que este faz entre (ex-)moradores dos engenhos (trabalhadores rurais e seus familiares) e os moradores da área urbana, que pode nos ajudar a entender a forma como os pedidos são qualificados e interpretados.

E se a gente for falar na questão social trazida por esse problema, é muito sério. Tem o problema das crianças aqui, está aumentando o número de crianças pedindo, pedindo nas portas. Fora outros acontecimentos que ocorrem com as crianças, no momento, e não vai ser bom para a gente. É coisa muito séria, as crianças que vêm dos engenhos se misturam com aquelas que já são da cidade. Aí realmente é uma mistura assim, parecida assim com a dança do crioulo doido. Então, é necessário que a gente se preocupe com essa questão.

Para alguns integrantes da Prefeitura o *pedir* de forma geral constitui algo não "natural", mas que, em situações excepcionais, é aceito (crise da cana-de-açúcar, saída dos engenhos). Entretanto, a situação excepcional não se aplica a todos, como já dito, existindo uma qualificação de quem faz o pedido. O exemplo mais significativo foi dado pela secretária de Ação Social, quando nos contou que, na gestão anterior, toda sexta-feira alguns moradores da Rua da Lama iam à Secretaria de Ação Social pegar uma senha e receber uma cesta básica. Segundo ela, essa prática institucionalizou um tipo de relação da Prefeitura com aqueles moradores que era considerada como natural pelos últimos, mas não era reconhecida como tal pela atual gestão. Já a versão contada por uma moradora da Rua da Lama relatava que apenas os que tinham necessidade (falta de trabalho, falta de dinheiro) beneficiavam-se de tal *ajuda*, não sendo percebida como uma situação de excepcionalidade.

Conclusão

Poderíamos apresentar o problema da Rua da Lama do ponto de vista dos integrantes da Prefeitura da seguinte forma: de um lado, existe um certo reconhecimento de que as áreas definidas como *favelas*, por estarem em "péssimas condições", não são adequadas para moradia. Segundo o depoimento do prefeito e de alguns secretários, a Prefeitura não dispõe de verbas para solucionar este *problema*. Do outro lado, pode-se constatar que não se trata simplesmente de falta de recursos, mas da maneira como as demandas são apresentadas nessas áreas. Isto foi o que nos afirmou o secretário de Assuntos Especiais. A inexistência de um canal de interlocução impossibilita o atendimento de determinadas demandas. A preocupação com a existência desse canal entre moradores e a Prefeitura remete ao tipo de gestão proposto pela

atual administração,¹² em que se enfatiza a “necessidade” de se organizar ações e práticas sociais.

A pesquisa na Rua da Lama teve como ponto de partida o “mote” de que havia um problema no bairro, motivado pela enchente do rio. A pesquisa no lugar permitiu perceber que este evento gerara uma série de problemas tanto para os moradores afetados pela chuva quanto para a Prefeitura. Ao investigarmos “o problema da enchente”, pudemos perceber que este não só envolvia os temas mais urgentes como moradia e alimentação, mas também expunha uma série de interesses e expectativas quanto ao tipo de relação existente entre a administração municipal e os moradores da Rua da Lama — tanto por parte da Prefeitura, que via a Rua da Lama como um “problema administrativo”, como também da parte dos moradores, que avaliavam a atual administração municipal como problemática. O que se pôde constatar foi que não apenas havia a necessidade de se reajustar as bases da relação, como marcavam seguidamente os funcionários da Prefeitura, mas de se recuperar uma relação de proximidade, antes existente, dos moradores com a Prefeitura e seus administradores. As divergências não se iniciaram a partir da enchente, como uma primeira apreensão indicava, mas eram fruto da dinâmica e da complexidade da trama social naquela região.

¹² Este texto foi redigido antes das últimas eleições municipais, e os integrantes da referida “atual administração” não ocupam mais os cargos administrativos.

Capítulo 5

No caminho das escolas: um olhar distanciado sobre o sistema educacional de Rio Formoso*

Delphine Serre e Claire Zalc,
com Christian Baudelot

Por que constituir um grupo de trabalho sobre as escolas de Rio Formoso, quando esse campo era relativamente desconhecido, tanto do lado francês, quanto do lado brasileiro?¹ Alguns de nós poderiam projetar nele seus próprios interesses de pesquisa; como Christian Baudelot, sociólogo da educação, que se interessava pelas possibilidades de mobilidade social por via da escola e pela diferenciação sexual em seu interior, ou Delphine Serre, doutoranda em sociologia, que se questionava sobre as formas de normalização por meio da educação infantil. Outros, oriundos de horizontes disciplinares diferentes (Claudio Pinheiro, mestrando em antropologia, e Claire Zalc, doutoranda em história), haviam escolhido esse tema porque ele lhes parecia imediatamente familiar e, portanto, de mais fácil acesso. Enfim, para os franceses, majoritários nesse grupo de trabalho, o obstáculo lingüístico aparentava ser menor, pois, além de entrevistas, outras abordagens eram aqui concebíveis, como a observação das turmas escolares. Mas essas razões práticas estão longe de explicar por si só porque as perguntas a respeito das condições de escolarização em Rio Formoso nasceram do lado francês da equipe. Perguntas que, em um primeiro momento, surpreenderam os colegas brasileiros. A evidência maior ou menor da escola como objeto de estudo era, em si, um primeiro indicador das diferentes concepções nacionais do

* Tradução de Jorge Villela.

¹ As escolas não estavam entre os numerosos objetos de estudo das equipes do Museu Nacional que desenvolvem há mais de 20 anos trabalho de campo na região. Quanto à bibliografia em francês sobre o sistema educativo brasileiro, ela é praticamente inexistente.

papel da escola, de sua construção mais ou menos forte, não apenas como objeto sociológico, mas também, antes disso, como objeto maior de disputa política.

As observações que se seguem devem, portanto, ser consideradas em sua justa medida: trata-se de observações feitas por “noviços”, desconhecedores do sistema educacional brasileiro, e seu único interesse repousa sobre a hipótese de que este olhar *necessariamente comparativo* permitia trazer à tona alguns aspectos do sistema escolar observado, alguns de seus traços “específicos” em referência (“etnocêntrica”) ao sistema francês. Nosso propósito não é formular “resultados” de pesquisa, nem mesmo descrições “objetivas” do sistema escolar brasileiro, mas transcrever nossas observações integrando aí suas condições de produção, ou seja, sem negar tudo o que elas devem às posições nacionais, sociais² e de gênero dos observadores.

Os dados recolhidos são de natureza muito diversa: vão de estatísticas sobre a escolarização feitas pela municipalidade de Rio Formoso, a conversas informais com diretores de estabelecimentos escolares e entrevistas com professores (individuais e coletivas) e com autoridades políticas (o secretário municipal de Educação e o prefeito), passando por visitas a escolas (nove) e observações em sala de aula (cinco classes). Nossas considerações aqui se apóiam essencialmente sobre este último material.

A preocupação central quanto à questão escolar, que surgiu a partir da entrevista com o prefeito de Rio Formoso, Zé Paulo,³ concernia ao problema da *evasão* ou, em outras palavras, das baixas taxas de escolarização e sua consequência direta, o analfabetismo. Este tema da *evasão* e das dificuldades para escolarizar as crianças retornava sistematicamente no discurso dos membros da equipe municipal, do pessoal docente e mesmo de alguns sindicalistas.⁴ A recorrência dessas preocupações logo surpreendeu os franceses, mais habituados a perguntarem-se sobre as desigualdades escolares a partir dos processos de seleção e orientação em curso no interior do próprio sistema escolar. Ela refletia, no entanto, a acuidade particular com que esse problema nacional se apresenta no Nordeste. Os dados relativos ao acesso aos equipamentos sociais e educativos testemunham-no: assim, em 1985, as taxas de analfabetismo entre a população com idade superior a 15 anos atingiam cerca de 40% no

² Evocamos, entre outros, elementos de posicionamento que seria preciso necessariamente aprofundar: todos os observadores têm, certamente, em grau diferente, segundo seu país e sua geração, trajetórias escolares “de sucesso”, o que implica expectativas específicas em face do papel da escola e em uma certa concepção de sua legitimidade.

³ Entrevista com Zé Paulo (14-9-1997), coletivamente realizada no primeiro dia de trabalho de campo. Para mais detalhes, ver capítulo 3.

⁴ Entrevista com Chiquinho, presidente da Associação dos Trabalhadores de Amaragi (19-9-1997).

Nordeste, contra 13% no Sul e Sudeste, enquanto o Centro-Oeste, em posição intermediária, contabilizava 18% de analfabetos (Domingo e Gauthier, 1991:65). Em Rio Formoso, em 1997, as cifras seriam ainda mais “alarmantes”, já que, segundo a Secretaria de Educação, só 60% das crianças que ingressaram na primeira série concluiriam o ano letivo — o que permitia prever taxas de alfabetização ainda mais baixas.

Esse fenômeno de “desescolarização” era, segundo as autoridades políticas, específico das zonas rurais, e esta correlação constituía um segundo tema recorrente em todos os discursos. Os dados estatísticos recolhidos, estabelecidos pela municipalidade, estavam, aliás, organizados em torno da oposição entre a zona rural e a zona urbana do município de Rio Formoso, e nossa “turnê pelas escolas” foi, também ela, estruturada segundo essa clivagem. O assistente da secretária de Educação, encarregado de nos acompanhar durante a visita às escolas, nosso “guia”, havia, com efeito, elaborado um painel que distinguia claramente as escolas rurais das escolas da cidade. Por isso, nossas observações articulam-se em torno dessa oposição, mesmo que, ao longo dos dias, ela nos tenha parecido cada vez menos determinante.

A escola da zona rural

As escolas (públicas)⁵ são bem mais numerosas na zona rural que na cidade (17 contra 2),⁶ e esse vasto conjunto de escolas “do campo” não é homogêneo: contam-se assim, entre as escolas da zona rural, 15 escolas nos engenhos, em regra de turma única, com uma média de 60 alunos inscritos,⁷ assegurando apenas os primeiros níveis de escolaridade, e duas escolas bem maiores (com um total de 1.029 alunos inscritos) — reunidas no mesmo prédio — no distrito de Cucaú, pertencentes a uma usina de açúcar, que asseguram os dois ciclos completos.

Nosso primeiro contato com as escolas de Rio Formoso deu-se sem intermediários, em Amaragi, o engenho onde residíamos, e onde assistimos a uma das aulas dessa pequena escola de turma única, com 28 alunos. Essa primeira experiência de observação foi marcada pela surpresa diante da relativa ausência de obrigações im-

⁵ Veremos adiante como a importância deste critério (público/privado) só se revelou tardiamente. O que pensamos de início serem simplesmente “escolas” eram, de fato, “escolas públicas” municipais.

⁶ Não estão contabilizadas entre as escolas “urbanas” as escolas estaduais existentes na região, em número de duas, das quais ninguém nos falou no momento da pesquisa.

⁷ Dados do censo escolar de 1997 do município de Rio Formoso.

postas aos alunos: a porta ficava sempre aberta e as crianças podiam sair durante a aula e chegar atrasadas sem suscitar críticas por parte da professora; sua mesa estava colocada de tal modo que ela podia vigiar tanto o interior da sala quanto o que se passava no exterior; os alunos podiam mover-se livremente no espaço interno da sala, ou seja, levantar-se, mudar de lugar etc.; a chamada fora feita no fim da aula e não no começo; as soluções eram sempre dadas ao grupo pela professora e as crianças respondiam em coro, por vezes gritando suas respostas... Tudo parecia ser feito, portanto, para reduzir a obrigação escolar ao mínimo e não desencorajar as crianças: não isolar e estigmatizar aquela que comete erros, não exigir um tempo estrito de presença na escola, não fazer de alguns comportamentos corporais marcados pela contenção (nos movimentos, na voz) condições necessárias da aprendizagem. A ameaça do absentismo parecia, então, ser onipresente e determinar a estrutura e a organização da aula.

A ameaça latente da desescolarização logo se confirmou como uma realidade, uma vez que, na ocasião de nossa visita à zona rural, duas escolas que tínhamos a intenção de visitar estavam fechadas. A primeira, do engenho Vermelho, era uma escola pequena, situada em um prédio em mau estado, cercado de arame farpado, provavelmente de turma única, já que só vimos uma sala de aula; evocava bem a imagem de uma escola deserta. O fechamento da segunda escola, a do engenho Castelo, parecia mais surpreendente: tratava-se neste caso de um estabelecimento maior, que comportava duas salas de aula onde estudavam quatro turmas diferentes (duas por turno), e na qual uma centena de alunos havia sido recenseada pela Prefeitura (contra aproximadamente 40 no caso precedente). Nesse caso, o fechamento parecia provisório: os desenhos nas paredes, os bancos dispostos no átrio, a presença de um vigia assinalavam uma vida momentaneamente interrompida. Esses fechamentos de escolas não tinham sido aparentemente antecipados por nosso guia, como mostravam sua surpresa e seu embaraço, que traíam seu desconhecimento do campo e/ou o fraco controle da Prefeitura sobre as escolas; eles assumiam, além disso, uma significação particular no contexto da tão temida desescolarização.

O contraste entre essas escolas e a Imaculada Conceição, do engenho Pedra de Amolar (foto 10), era ainda mais impressionante. Nesta escola, de turma única, mais de 30 crianças estavam presentes na aula, transbordando, aliás, para o exterior da escola, onde pequenos grupos preparavam um espetáculo para uma festa, tornando difícil o acesso à sala. Fomos recebidos com uma saudação de boas-vindas, cantada em coro por todos os alunos, que se levantaram quando entramos, concretizando assim a mensagem afixada na parede do fundo "Sejam Bem Vindos". A turma parecia então duplamente aberta para o exterior: nem enclausurada sobre si mesma, nem

reduzida apenas ao espaço da aula; recebia calorosamente os intrusos que representávamos. As paredes, inteiramente revestidas de desenhos das crianças, de cartas que serviam para seu aprendizado, ou ainda de personagens conhecidos de desenhos animados recentes, assinalavam uma apropriação total dos lugares, sob formas múltiplas mais ou menos lúdicas, apropriação perceptível igualmente no desembaraço das crianças diante de nossas questões ou da câmera fotográfica.

Foi aqui que, pela primeira vez, nos foi apresentada a cozinha da escola, adjacente à sala de aula: a professora acompanhou-nos e mostrou-nos orgulhosamente as panelas quentes que a cozinheira estava acabando de preparar para o almoço. Não prestamos a isso uma atenção particular. No entanto, o desvio pela despensa e pelos fornos confirmou-se uma passagem obrigatória e freqüentemente primeira em nossas visitas subseqüentes. As cozinhas de odores variados e atraentes eram-nos apresentadas como o signo de um bom funcionamento da escola, enquanto as cantinas vazias eram vividas como a ilustração de uma crise. Assim, quando da visita à escola José Monteiro, de Cucaú, as prateleiras inteiramente vazias da cozinha foram as primeiras coisas que, impotente, mostrou-nos a diretora, antes mesmo de nos conduzir à biblioteca. Contudo, essa escola, que assegurava os dois ciclos, encarregando-se, segundo o censo, de 1.029 alunos, tinha um aspecto imponente: uma imensa construção de dois andares, quase rivalizando com a usina adjacente, atravessada pelos odores da cana-de-açúcar moída e ressonando de gritos de crianças invisíveis, justificando numerosas salas de aula, grandes átrios e longos corredores, espaços comuns que tinham como únicos elementos decorativos frases inscritas nas paredes, mais ou menos ambiciosas, já que se podia tanto ler uma frase do pedagogo Paulo Freire ("Um educador é um criador de mundos, mediador de esperanças, pastor de projetos"), quanto máximas mais "tradicionais" ("Ler é mais importante que tudo" ou "Obedecer é tão nobre quanto comandar").

Duas coisas surpreenderam-nos particularmente por ocasião dessas primeiras visitas: a ausência relativa de obrigações no desenvolvimento das aulas e a importância da comida, dois elementos que nos foi possível compreender, relacionando-os aos discursos, como meios concretos estabelecidos para lutar contra a *evasão*.

As escolas da cidade de Rio Formoso

Em um segundo momento, depois das visitas feitas às escolas da zona rural, conhecemos três escolas situadas na cidade. Precisemos inicialmente que estas três escolas "urbanas" diferiam muito entre si, seja por seu estatuto, seja por suas dimen-

sões: a escola pública Pedro de Albuquerque, fundada em 1962, tinha 1.111 alunos matriculados e oferecia os dois ciclos completos; a escola para as crianças de rua, criada recentemente pela municipalidade, encarregava-se de cerca de 20 alunos e assegurava toda a escolarização de base; quanto à escola privada Maria José Monteiro, era a maior das 10 escolas privadas de Rio Formoso, abrigando 144 alunos dos 655 inscritos no domínio privado.

Pedro de Albuquerque, situada no centro da cidade, não distante da Prefeitura, distinguia-se pouco, à primeira vista, da grande escola do distrito de Cucaú na zona rural: grande construção cortada por longos corredores, erigida em dois andares (o que é pouco freqüente na cidade de Rio Formoso), um corpo docente numeroso, um ambiente ruidoso e pouco personalizado pelos desenhos de crianças — ambas, enfim, verdadeiras “máquinas” escolares, “impessoais” em oposição às pequenas escolas dos engenhos... A oposição entre escolas das zonas rural e urbana não parecia, portanto, poder ser medida por estas diferenças materiais e organizacionais, mas continuava, no entanto, viva, surgindo no discurso dos professores de modo mais ou menos explícito... Assim, quando de nossas visitas, alguns apontavam com o dedo as crianças residentes nos engenhos, ou, de modo mais eufemístico, em uma turma da Classe de Alfabetização, as que não haviam passado pelo Jardim de Infância — e que então tinham grandes chances de ser originárias da zona rural, onde não existe Jardim de Infância. A diferença rural-urbano, se não podemos objetivá-la por elementos de observação, estava fortemente ancorada nas representações dos diferentes atores e, nessa medida, tinha efeitos muito reais, como atesta o relato feito por um jovem de Amaragi sobre sua dolorosa experiência escolar: único *morador* de seu engenho a ter prosseguido seus estudos na cidade até a 7ª série e obtido, em seguida, um diploma de técnico agrícola, contou-nos em entrevista a recordação ainda muito viva da estigmatização que sofrera, em virtude de sua origem rural, ao ir estudar na cidade.

A implantação urbana da escola Pedro de Albuquerque acarreta, entretanto, efeitos específicos, que aparecem logo à primeira vista: todas as suas paredes, tanto exteriores quanto interiores, foram repintadas recentemente de azul e vermelho, cores do partido do novo prefeito, Zé Paulo... A proximidade geográfica com o poder municipal (assim como suas dimensões) fazia desta escola uma aposta explicitamente política, que se tornava parte interessada na política municipal, como o atestava igualmente a nomeação de um novo diretor quando da mudança da equipe municipal. A politização da questão escolar mostrou-se-nos então mais nítida na cidade, assim como também aquilo que poderíamos chamar, de modo etnocentricamente

francês, sua “laicização relativa”.⁸ Com efeito, no final de uma das aulas que observamos nessa escola, a professora fechou a porta e fez as crianças rezarem de pé, em coro e em voz alta, antes de as deixar sair uma por uma da sala... Esta oração coletiva e orquestrada pela professora revestia-se de um caráter altamente simbólico, tanto por sua significação direta (transmissão de uma prática religiosa no interior da escola) quanto por sua posição particular no conjunto das atividades escolares: tratava-se, em um contexto geral fracamente obrigatório (a aula precedente à oração funcionava de modo similar àquela da escola de Amaragi), de um dos raros momentos de “imposição” normativa (porta fechada, requisitos de silêncio e de imobilidade e, depois, codificação das palavras e da postura...).

Essa primeira visita a uma escola urbana relativizou então a diferença tão afirmada entre as escolas da zona rural e as da zona urbana: tanto no nível das condições materiais quanto no da organização concreta das aulas, eram visíveis suas semelhanças com algumas escolas da zona rural que, por outro lado, não formavam elas mesmas um conjunto homogêneo. Essa impressão foi logo confirmada durante a visita à escola das crianças de rua, nascida no quadro de um projeto organizado pela nova administração municipal para (re)escolarizar as crianças desescolarizadas da cidade.⁹ Nesta escola, organizada no andar térreo de um prédio, não muito distante do centro da cidade, as duas salas estavam abertas e não havia porta; uma dezena de alunos, no máximo, estava presente em cada aula, e o material escolar necessário para cada exercício (folha, lápis, borracha) era-lhes distribuído no local e retomado depois; eram organizadas atividades extra classe, como horticultura, de que os alunos pareciam orgulhosos, pois na ocasião de uma foto brandiram o produto de seu trabalho (os legumes!). Ficava pois ainda mais nítido, nessa escola um pouco à margem do siste-

⁸ Seria necessário recolocar precisamente nossas observações no contexto institucional brasileiro que, para os franceses socializados em uma ruptura radical desde 1905, reflete a mesma ambigüidade: em todas as constituições federais brasileiras, desde a de 1934, está escrito que a oferta de ensino religioso é obrigatória em todos os estabelecimentos escolares, sendo a inscrição nesse ensino, entretanto, livre (cf. Cury, 1996).

⁹ Este projeto (Criança Cidadã) parecia estar no cerne da política educacional da administração municipal, pois os responsáveis, afirmando a importância da escola, não pareciam sempre muito informados sobre a realidade do sistema escolar (o prefeito, por exemplo, não pôde nos dizer com certeza quantas escolas havia no município...). Seria necessário refletir de modo mais preciso sobre as condições institucionais desta imprecisão, ao mesmo tempo no nível local (ascensão recente ao poder da equipe municipal) e no nível nacional (clarificação das atribuições em matéria de educação com a lei de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). No que toca às dificuldades da administração municipal, ver capítulo 3.

ma regular, o fato de que a legitimidade da escola não se baseava na afirmação de uma ruptura com o mundo exterior, mas que a escola procurava antes ordenar as passagens¹⁰... A formação no sentido acadêmico não era, explicitamente, seu único objetivo. Por isso, o momento mais ritualizado estava ligado à refeição: antes da sopa do almoço, todas as crianças levantaram-se, puseram-se em fila, mãos às costas, as meninas na frente e, silenciosamente, quase solenemente, foram lavar as mãos antes de comer. Uma das funções da escola parece mesmo ser a de alimentar as crianças...

Foi no fim de nossa turnê às escolas urbanas que, por acaso, descobrimos existir, não distante do centro da cidade, uma escola privada. Nenhum de nossos informantes da equipe municipal a havia mencionado, o que é compreensível dada a hostilidade da municipalidade em relação a ela, silenciada nos discursos, mas estampada, pela secretária de Educação, em uma camiseta que proclamava: "Defesa da educação pública". Esta visita (tardia) a uma escola privada foi determinante, pois revelou diferenças flagrantes com respeito às escolas visitadas até então.

Logo de início, a organização dos dois espaços distinguia-se muito nitidamente: à abertura do público, respondia o fechamento do privado. A escola privada José Monteiro, quando de nossa visita, estava fechada à chave, durante as aulas, por um grande cadeado que trancava uma grade — ao contrário das escolas públicas, de portas sempre abertas... A onipresença das cores da escola, verde e branco, tanto nas paredes pintadas quanto nos uniformes e no material escolar (pastas etc.) afirmava a todo momento o pertencimento dos alunos e professores à escola, e a ruptura entre esse universo escolar e o mundo exterior. A seleção socioeconômica operada pela instituição privada (a mensalidade era de R\$ 30,00 por mês, enquanto o salário médio era de R\$ 120,00) parecia então tomar formas materiais: o objetivo "anunciado" dessa instituição era o de marcar a diferença entre o interior e o exterior, o de valorizar a distinção escolar, e não o de "atrair" ao máximo os alunos e lutar contra o absentéismo, abrindo ao máximo o espaço e reduzindo os fatores de discriminação. Enquanto as escolas públicas, por vezes desertas, tentavam lutar contra a evasão escolar, a escola privada conhecia uma expansão notável, como testemunham os trabalhos de construção de um segundo andar na escola: contava-se com a abertura de quatro turmas suplementares no ano letivo seguinte...

Esse fechamento espacial da escola privada acompanhava-se de uma forte individualização das relações no interior da instituição. Em todas as salas de aula, de

¹⁰ Essa questão da continuidade ou da ruptura entre o universo escolar e familiar é um ponto determinante para caracterizar o tipo de socialização escolar em curso. É isso que mostra Muriel Darmon (2001) a respeito da socialização das crianças em uma sala de maternal.

pequenas dimensões, cada aluno dispunha de uma carteira própria dotada de uma prancheta, na qual podia ordenar suas atividades. Esta apropriação individual do espaço, em completa oposição com a distribuição temporária do material escolar observada na escola das crianças de rua, acompanhava-se de uma apreciação muito mais individualizada dos resultados. Assim, a professora propunha problemas a uma criança em particular, que ela designava pelo nome e que ia recitar sua lição, sozinha, no quadro-negro. Esta relação mais individualizada entre professora e aluno acentuava a performance individual, ao passo que, na escola pública, as respostas eram com mais freqüência bradadas por toda a turma, coletivamente.

Nossa turnê pelas escolas, acompanhada por observações pontuais das turmas, permitiu-nos então ter uma visão relativamente diversificada do sistema escolar de Rio Formoso, e notadamente esboçar algumas oposições ou, ao contrário, algumas semelhanças. Esse percurso conduziu-nos à relativização progressiva da diferença entre zona rural e zona urbana em proveito da diferença, mais ostensiva a nossos olhos, entre as escolas privadas e públicas.

As escolas e o gênero

Há um outro princípio de diferenciação que nos pareceu importante no funcionamento das escolas e que gostaríamos de evocar para concluir esta descrição: trata-se da diferença meninos/meninas. Essa diferença foi apreendida por meio da observação do comportamento em aula, mas também das minissondagens a respeito dos projetos profissionais dos alunos: perguntamos a crianças de seis turmas diferentes, que refletiam a diversidade das escolas,¹¹ o que queriam fazer quando crescessem... As respostas obtidas foram de uma tal regularidade do ponto de vista da diferenciação sexual que gostaríamos de explicá-la, sem no entanto extrapolar nem negar os efeitos de imposição e de imitação existentes.

Assinalaremos, em primeiro lugar, que esse tema da freqüência e do êxito diferentes segundo o sexo é totalmente “importado” de problemáticas francesas, pois o sexo dos alunos não constituía uma categoria nem no censo escolar feito pela Prefeitura, nem nos discursos. A questão do gênero nunca foi explicitamente evocada pelas autoridades políticas ou pelos professores e suscitava inclusive espanto quando a evo-

¹¹ Mais precisamente, a amostragem é a seguinte: uma turma de uma escola na zona rural (a do engenho Pedra de Amolar), duas turmas na escola de crianças de rua, duas na escola (urbana) Pedro Albuquerque e uma turma na escola privada (urbana).

cávamos. Assim, a instrutora de uma pequena escola de engenho soube apenas responder, em um primeiro momento, quando lhe perguntamos por que havia mais meninos que meninas em sua turma, que isto se devia aos acasos da procriação... Somente mais tarde, ao longo da entrevista, a propósito de um outro tema, ela formulou a hipótese segundo a qual as meninas tinham freqüentemente como obrigação cuidar de seus irmãos e irmãs.

A diferença meninos/meninas apareceu, em primeiro lugar, nas taxas de matrícula: nas turmas observadas, os meninos eram em geral mais numerosos que as meninas, ainda que essa tendência fosse mais nítida na zona rural e que a cidade parecesse igualizar essa relação. No entanto, no caso das meninas, a proporção mais baixa parecia acompanhar-se de uma maior assiduidade: minoritárias na escola de Amaragi (nove meninas contra 19 meninos), as meninas sentavam-se todas na primeira ou na segunda fileira (das cinco). Já as cinco fileiras da turma da 1ª série da escola Pedro de Albuquerque (urbana) comportavam aproximadamente o mesmo número de meninas e de meninos (aliás também em número quase igual na turma, 13 meninas e 12 meninos). A seleção quanto ao ingresso à escola, que parecia pesar mais fortemente sobre as meninas do que sobre os meninos, sobretudo na zona rural, tinha então como contrapartida uma relação mais “séria” com a escola,¹² mas também expectativas precisas quanto ao papel desta última.

Apercebemo-nos dessas expectativas específicas e diferenciadas por meio das minisondagens citadas anteriormente. As respostas à questão “o que você gostaria de fazer quando crescer?” eram sempre, e a despeito da turma, sexualmente diferenciadas: às profissões citadas pelas meninas (professora, em primeiríssimo lugar, ou ainda advogada, doutora, veterinária, atriz, cantora etc.), opunham-se as citadas pelos meninos (motorista de caminhão, transportador de cana-de-açúcar, resposta mais freqüente, ou, por vezes, policial, juiz de menores etc.). As respostas das meninas indicavam todas uma vontade de promoção social, implicando quase sempre o êxito escolar (as profissões “desejadas”, salvo as do registro artístico, eram todas muito qualificadas). Inversamente, os meninos pareciam negligenciar o capital escolar: as profissões evocadas eram ligadas à agricultura ou à manutenção da ordem, o que poderia ser interpretado como a marca de uma valorização masculina do capital físico.

Obviamente, é necessário cautela ao tirar conclusões gerais a partir dessas poucas “sondagens”: não se pode, com efeito, negligenciar a imitação nas respostas, a

¹² Este fenômeno de competências diferenciadas foi analisado no caso do sistema escolar francês por Baudelot e Establet (1992:27-28 e 108-110).

imposição simbólica exercida por nossa presença e a autocensura que poderia resultar do temor das reações dos outros (como os risos, quando um aluno anunciou querer ser cortador de cana, ou a observação irônica e mordaz “Como uma menina!”, quando um outro declarou querer ser professor). No entanto, as regularidades observadas são tamanhas que parece mesmo haver duas relações sexualmente diferenciadas com a escola: mais freqüentemente escolarizados, os meninos são também os que menos vêem a escola como um meio de promoção. E mesmo se é evidente que as profissões evocadas, globalmente pouco variadas, refletiam, sobretudo, o universo social das crianças e as obrigações efetivas que pesam sobre sua escolha profissional (as possibilidades para as meninas parecem limitar-se, de fato, a ser dona de casa ou professora), e/ou manifestavam a identificação às pessoas de seu convívio (todos os professores que encontramos, exceto um, eram do sexo feminino), isto não contradiz a realidade do laço intrínseco que parecia existir, para as meninas, entre a vontade de ter um emprego e os estudos.

A partir do olhar, por certo exterior e ingênuo, que lançamos sobre o sistema educativo de Rio Formoso, identificamos algumas características que poderiam servir de pontos de partida para um novo estudo.

- A hipótese de uma relação sexualmente diferenciada com a escola, que não se reduz, no entanto, a uma simples discriminação (como pareceria indicar a assiduidade mais visível das meninas), fica por ser aprofundada, tanto mais que os dados estatísticos decorrentes de uma pesquisa de 1996 confirmam este resultado paradoxal. Com efeito, de modo surpreendente, parece que o nível de analfabetismo das mulheres é mais baixo que o dos homens no Nordeste (26,6% contra 31%), diferentemente do que ocorre em outras regiões; e no contexto francês, como mostra Martine Droulers, pareceria que mesmo “sob piores condições, as mulheres têm melhor êxito nos estudos que os homens, ao passo que em meio urbano e industrial os homens são mais alfabetizados que as mulheres” (Droulers, 1999:99).
- Seria também interessante analisar mais detalhadamente o modo como as relações locais de força e suas evoluções repercutem na escola: pareceu-nos, na verdade, que sua autonomia não era total, seja de um ponto de vista político ou religioso. Também, de modo mais geral, pareceu-nos que os discursos dominantes sobre as principais dificuldades colocadas para as escolas (a *evasão*) comportavam repercussões concretas e moldavam as práticas pedagógicas; este elo entre discurso e prática, esta permeabilidade, poderia tornar-se objeto de um estudo mais aprofundado.

Enfim, pareceu-nos que a clivagem rural-urbano, que organizava as representações nativas, era menos nítida que a da diferença entre público e privado, mas ainda aí seria preciso examinar mais de perto a realidade desses princípios de diferenciação. Seria preciso evitar, sobretudo, o caminho de simplesmente negar a existência da diferença rural-urbano, que tem, como se viu, efeitos ligados a sua persistência nas representações, e que é inegável de um ponto de vista estatístico (a correlação entre ruralidade e analfabetismo é nítida [Droulers, 1999:95]). Trataria-se antes de referenciar, de modo mais preciso, as diferenças e semelhanças concretas no nível do funcionamento das escolas, mostrando em que estas oposições mascaram em parte as diversidades internas: do mesmo modo que nos pareceu que as escolas “rurais” e “urbanas” não formavam conjuntos homogêneos, seria necessário precisar o que cobre a oposição entre escolas “públicas” e “privadas”, para eventualmente desconstruir em parte essa clivagem.¹³

¹³ Este foi um dos objetos da pesquisa (sob a direção de Lygia Sigaud) de Delphine Serre e Liliane Bernardo, em setembro de 1999, sob condições similares: parece então que a distinção entre público e privado duplica-se em outras diferenças internas. Assinalemos, entre estas, as existentes entre escolas públicas municipais e escolas públicas estaduais, ou ainda aquelas entre escolas privadas administradas por uma usina e destinadas a filhos de seus funcionários, e aquelas implantadas na cidade, recrutando “somente” por meio de critérios econômicos.

Capítulo 6

De uma feliz infração às regras do método*

Jean-Claude Combessie

De sua estada em trabalho de campo em Rio Formoso, o grupo de sociólogos franceses retorna “encantado”, com o duplo sentimento de haver infringido todas as regras de método e de estar repleto de novos conhecimentos. Vivamente presente no campo e muitas vezes comentado, esse sentimento merece uma atenção tão mais aguda quanto, à medida que a forma e a ordem são dadas aos conhecimentos, ele é retrospectivamente recoberto por essa mesma ordem e tende a arrefecer e cair no esquecimento dos “não-ditos” de toda a investigação. Então falar desse sentimento supõe uma reconstrução, alcançada contra todos os motivos que obscuramente se conjugam para “normalizar” a pesquisa, aplinar seu percurso e validar o que se adquiriu.¹

Crônica de um encantamento

A exemplo do que ocorre em tantos outros programas de cooperação internacional, uma temporada brasileira, como a mais agradável das evasões, projeta o pesquisador de um universo rotineiro — de algum modo, sempre austero e marcado por urgências e imposições recorrentes — para um espaço novo e ritmos novos, marcados pelo signo da descoberta.

Um exílio de classe

Neste caso, a localidade de Amaragi oferecia aos novos hóspedes, que, em sua maioria, descobria o Nordeste, uma excelente combinação de arquitetura apurada,

* Tradução de Amir Geiger.

¹ Ver, para uma apresentação do contexto institucional dessa experiência de pesquisa, a introdução deste livro.

confortável e moderna com uma paisagem que em tudo parecia digna de figurar nas promoções turísticas oferecidas às classes mais afortunadas do Velho Continente (e alhures): vista ampla a dominar as colinas cobertas de canaviais e que descia até os meandros do rio, os coqueiros, a extensa praia de areia clara e um horizonte de oceano cintilante sob o sol tropical.

Uma hospitalidade magnífica

A abertura dos horizontes correspondia à largueza de uma hospitalidade de primeira ordem:

- antes de tudo, a dos pesquisadores brasileiros, que “abriram” seu território de pesquisa e seus conhecimentos conjugados “das terras e dos homens”: Lygia Sigaud, em primeiro lugar, que recebeu o grupo e preparou sua acolhida; Afrânio Garcia, que chegou depois ao Brasil, junto com a delegação francesa, mas que já havia realizado longas pesquisas no mesmo local; também outros pesquisadores do Museu Nacional, ausentes dessa temporada, mas cujo trabalho junto às populações da região contribuiu para o acúmulo de um fundo comum de confiança e conhecimentos partilhados;
- a dos estudantes de mestrado do Museu, que participaram da pesquisa e ofereceram com infalível disponibilidade sua mediação, indispensável para os franceses tão amiúde desprovidos da competência lingüística necessária para conduzir entrevistas;
- a de Roberto, que tratou como hóspedes bem-vindos aqueles que não passariam de meros clientes seus, reservando-lhes o espaço combinado de uma estrutura hoteleira e de sua residência pessoal, ao lado de sua mulher, providenciando e compartilhando as refeições diárias do grupo, feitas à grande mesa de hóspedes, e em todas as ocasiões esmerando-se em facilitar os contatos e informações;
- aquela, enfim, de todos os demais informantes aos quais o grupo foi apresentado, principalmente, o prefeito Zé Paulo — por intermédio de quem foram disponibilizados aos pesquisadores diversos serviços municipais — bem como os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Um objeto de exceção: reforma ou revolução?

No Rio de Janeiro, durante o seminário que precedeu o período no campo, um dos temas que mais se destacaram nas apresentações de pesquisas — em especial

as dos estudantes — foi o da “reconstrução social das relações sociais”. Na mesma noite da chegada a Rio Formoso, o grupo descobriu-se no coração do processo da “reforma agrária”, objetivo recorrente e *leitmotiv* pungente das grandes lutas camponesas modernas, das militâncias sindicais e políticas engajadas contra as estruturas latifundiárias para dar “a terra aos que nela trabalham”. O mito, a Utopia, a “revolução das relações sociais de produção” encontrava-se em ato em todo o município de Rio Formoso, especificamente no engenho onde o grupo se hospedava, e em vários municípios circunvizinhos, com suas ocupações de terra, as bandeiras vermelhas e as barracas cobertas de lona preta de seus acampamentos, seus líderes e sua retórica. Os próprios pesquisadores brasileiros descobriram aí uma intensidade que não se antevira em trabalhos de campo anteriores. Para todos, habitantes e pesquisadores, essa reforma começada e ainda não concluída era “o grande acontecimento”, momento decisivo que parecia transformar a história; momento tanto tempo ansiado ou receado, a descortinar um futuro em que o radicalismo dos eventos esperados rivaliza com inquietações múltiplas e confusas. O resultado das ações iniciadas dependia das capacidades de persuasão e negociação, mas também de resistência, mobilização, intimidação e violência simbólica dos “atores locais” e dos atores principais. Disso dependia o futuro, e os pesquisadores eram suas “testemunhas históricas”.

Mas a reconversão econômica e social, à qual a reforma poderia conduzir, dependia também de outras grandes alterações, recentes ou anunciadas, como os imensos investimentos financeiros aplicados na transformação de uma parte do município em “área de proteção ambiental” para um turismo internacional de luxo.

A felicidade do pesquisador

A figura do pesquisador francês, neófito em tão novo campo, foi por este modificada. Quaisquer que tenham sido suas experiências anteriores, ele entusiasticamente tornou-se outro. Como Fabrice em Waterloo,² “ele estava lá”, numa História escrita com maiúscula. Como intelectual com leituras tocava o terreno de seus livros, via em si mesmo despertarem reminiscências de páginas e trechos lidos de história que, mesmo sem conhecer, de algum modo já *sabia*. Como sociólogo, pesquisador e testemunha, tinha informantes privilegiados em um e em outro campo, concorrentes alternadamente em enfrentamento e cumplicidade... Também como

² Alusão ao personagem principal de *A cartuxa de Parma*, de Stendhal; está na batalha mas não a vê, não vê o acontecimento histórico e sim uma coleção de cenas [N. do T.].

sociólogo, ele estava suficientemente prevenido, apoiado, aconselhado e enquadrado, para não ser tomado pela sensação desanimadora de incompetência, e podia transferir experiência e conhecimentos adquiridos para ousar uma análise da situação. Como Rei-Menino, ele via abrirem-se as portas, os segredos, “as instituições e os corações”: para todos que encontrava, falar era natural, e o testemunho era bem-vindo; a criança que tudo recebe sabia de sua dívida de amizade para com aqueles que lhe deram a oportunidade de lá estar, e podia saborear sem ter de pagar. Como cidadão do Velho Continente e de um país então tomado pela morosidade, incerto quanto ao desfecho de uma decadência com aspecto de crise, ele descobria a Esperança que cantam melhores amanhãs... Como homem que desperta, ele atingia a dupla e viva consciência de si mesmo e dessas coisas novas.

Acrescentemos que, nesse contexto, prevalecia, no seio de cada equipe que partia “para o campo” e a cada noite nas reuniões plenárias do grupo, um consenso de escuta atenta, um interesse vivo pelas informações que cada um recolheu e o respeito a sua contribuição. As inevitáveis tensões permaneciam ocultas: afinidades e tomadas de posição exprimiam-se sem rupturas nem conflitos abertos, impunha-se o sentimento de um progresso comum do conhecimento, mediante a troca assim organizada. O encantamento de uns era também a recompensa dos outros.

Todas essas circunstâncias felizes, acumuladas e confundidas, pequenas ou grandes, são mais facilmente vividas que narradas, mais fáceis de dizer do que de analisar. Restringir-nos-emos a estes poucos focos de luz sobre a satisfação partilhada. O objetivo aqui não é fazer sua crítica — a de um Sísifo afortunado, por exemplo —, mas de desenhar-lhes o perfil para melhor estudar-lhes as sombras, essas nódoas na felicidade, que vão de temores mal-aplacados a estados recorrentes de “má consciência”, de que falaremos numa perspectiva bem particular, a do “mal-estar metodológico”.

Infrações às regras de método

Inquietude no Rio de Janeiro

No Rio, os organizadores pelos lados brasileiro e francês partilhavam uma inquietude e uma má consciência que se nutriram do contraste entre aquilo que estava em jogo nessa temporada de pesquisa e formação (primeira experiência coletiva a associar e mesclar estudantes e professores, pesquisadores de instituições renomadas, em um terreno de pesquisa estranho para mais de 1/3 deles), e os riscos assumidos ao fazer o que, cada um o temia, “não deveria ser feito”. Uma “trupe” de sociólogos iria pousar em uma pequena cidade onde, é bem verdade, um capital de

confiança havia sido acumulado pelos pesquisadores brasileiros, mas que os demais só conheciam “através dos textos”; os do lado francês formavam uma maioria que ignorava a língua e vinha trabalhar com estudantes brasileiros e argentinos que encontrava pela primeira vez; também estes, apesar de melhor preparados, estavam pela primeira vez “desembarcando” em peso nesse terreno. A imagem que se impunha era a de uma invasão, de mais a mais, estrangeira, com seus ranços de investigação colonial, de incursão de sondagem sobre os autóctones dos quais se ignora “até mesmo a língua”. Que pensar, então, da capacidade de conduzir entrevistas semidiretivas, de suscitar a palavra do interlocutor e devolvê-la de modo pertinente? Do *bias* introduzido pela trupe estrangeira nas relações que pretende observar? Da desconfiança por demais previsível dos “atores sociais” e da qualidade da “verdade” que eles dão a ver e a entender a esses indivíduos perturbadores?

Mal-estar em Rio Formoso

No campo, impõem-se outros afastamentos em relação à ortodoxia dos métodos.

- Uma entrevista deve “ser conduzida”. Ora, era Roberto quem, desde a primeira noite, conduzia a conversação numa fala teatral³ em torno da mesa de anfitrião, que presidia com sua mulher. E, logo no dia seguinte, Zé Paulo, reunindo um grupo inteiro em sua casa, na presença de membros de sua família, oferece a todos um longo “discurso” de boas-vindas e de análise “política”. Essas duas situações, por certo extremas, reuniam em si os contra-exemplos da condução ortodoxa de entrevistas. Outras, bem mais numerosas e de aparência um pouco mais ortodoxa, ainda assim entraram no rol das perorações e das profissões de fé militantes, como na ocasião dos encontros com um líder do sindicato, com senhores de engenho, com responsáveis por serviços municipais ou os ocupantes dos acampamentos...
- O obstáculo lingüístico, parcialmente anulado pela constituição de grupos lingüisticamente mistos, nem por isso deixou, na maioria das vezes, de impedir o desenrolar “normal” das entrevistas: o obstáculo lingüístico fazia com que alguns estivessem em uma posição infantil, no sentido próprio do termo, e em um desajeitado aprendizado de decifração de sentidos — tanto os das conversações quanto

³ No original, “à la cantonade”, que é aquele jeito molieriano de falar para alguém (personagem) que não está no palco [N. do T.].

os das situações; os lusófonos, chamados a assumir o duplo papel de tradutores e de investigadores, não podiam fazer mais que administrar, em meio a hesitações e embaraços, o *double bind* do acúmulo de funções: dar ouvidos e atenção ao entrevistado, e ao francófono o sentido da conversação. Eles precisavam infringir até mesmo as “leis da conversação”, esse modelo subjacente à ortodoxia da entrevista bem-sucedida, e interromper a conversa: se não para traduzi-la, ao menos para resumi-la. A sensação de culpa, a inquietude, o mal-estar exprimidos por alguns atestam a pregnância, nas representações, desse modelo de condução de entrevistas em um face-a-face interpessoal próprio para alimentar a “espontaneidade” de um fluxo conversacional inspirado na “conversa cotidiana” e na confiança, forma íntima da relação de confiança entre duas pessoas.

- Quanto à “observação”, ela não foi nem “participante”, nem “discreta”: ao grupo, com toda a evidência, era dado ver e ouvir, e ele não foi nunca o observador eclipsado cuja “presença” se pode “ignorar”.

Questões para uma felicidade paradoxal

O grupo retornou feliz — feliz com suas práticas e suas infrações. Para avançar um pouco na análise dessa felicidade paradoxal, deve-se acrescentar, à precedente lista dos motivos de satisfação que lhe delineiam a complexidade contraditória, a própria satisfação de transgredir e de lembrar que transgredir é descobrir e que transgressão significa conhecimento. Mas há que privilegiar um ponto de vista, e a questão dos métodos permite esclarecer alguns aspectos decisivos dessa satisfação paradoxal e daquilo que foi talvez uma das suas evidências mais paradoxais. O grupo — ao menos durante oito dias foi um grupo — separou-se “encantado” mas não “convertido” a “uma outra sociologia”, e menos ainda tentado a abrir mão do hábito da vocação duplamente científica e empírica de suas convicções anteriores. Bem ao contrário: prevaleceu (levando adiante a metáfora religiosa) o sentimento de que “a experiência de campo”, a experiência encantada, confirmava as “vocações” para aquela mesma sociologia de suas formações e experiências prévias. É preciso então, em um movimento em sentido oposto, interrogar-se não apenas acerca das censuras que a ortodoxia dominante impõe às representações do bom método “de vocação científica e empírica”, mas acerca daquilo que é a base da pertinência sociológica das ortodoxias, e acerca do estatuto de outros métodos diversamente “bons” e, portanto, nesse sentido, propícios. A avaliação deles suporá um desvio para o exame crítico de alguns não-ditos, tensões e paradoxos da ortodoxia dominante.

A ortodoxia dos métodos: tensões e paradoxos

*Serva padrona*⁴

Na raiz do mal-estar metodológico e no princípio das censuras, será preciso recordar a já longa história de uma disciplina cujo reconhecimento acadêmico é indissociável de sua reivindicação de um estatuto científico, que tem na metodologia seu ponto de ancoragem: não os métodos por si, mas a experimentação metódica das teses e hipóteses e os métodos de investigação como ferramenta privilegiada de descoberta e verificação. Ainda está por se completar a história da legitimação da disciplina mediante a transferência de métodos e de conceitos como ferramentas importadas das ciências experimentais reconhecidas (biologia, física e outras ciências da natureza), assim como a do estatuto científico dos métodos mais “quantitativos”. Limitar-nos-emos aqui a recordar que a estruturação dos métodos em um núcleo duro de cientificidade vai de par com a definição de uma ortodoxia tecnicizada e com a autonomização relativa da metodologia no seio do processo de elaboração dos conhecimentos. Os métodos — condições de diferenciação entre a elaboração científica e a elaboração profana dos conhecimentos, e simultaneamente um bloco tecnicizado a serviço de elaborações conceituais, subordinados, na qualidade de meio para o conhecimento, e intimados a certificar de modo soberano a ortodoxia científica desse mesmo conhecimento — os métodos têm o estatuto ambíguo de criadas patroas. Resulta uma tensão recorrente entre visadas paradoxais, em um movimento cíclico que é bem ilustrado pelas repetidas flutuações entre o primado da elaboração conceitual e o da investigação, e que não é estranho nem à obrigação de apresentar os métodos nos relatórios das pesquisas de pendor científico, nem à primazia científica das elaborações conceituais, operadas a partir dos materiais que tais métodos, de modo ortodoxo, permitiram coletar.

O paradoxo íntimo do conhecimento sociológico

Mas o mais íntimo paradoxo da sociologia deve sem dúvida ser buscado em sua relação com a elaboração dos conhecimentos e em uma missão paradoxal de que a metodologia, por consequência, pode ser investida. A especificidade fundamental da sociologia é de supor, como a história, que todo conhecimento procede de uma

⁴ Alusão à ópera-bufa de Pergolese, *La serva padrona* [N. do T.].

relação social: que ele varia, assim como varia a história das sociedades e dos grupos sociais, e especifica-se em função das trajetórias e posições ocupadas em seu interior. O conhecimento sociológico, nessa qualidade, não pode esquivar-se da questão da elaboração social de suas próprias representações. A disciplina postula e não cessa de verificar o caráter sociocentrado (de que o etnocentrismo é um caso particular) dos conhecimentos que ela estuda: opiniões, culturas, ideologias, crenças e representações cultas. Ela deve guarnecer suas análises das representações mais legítimas, rompendo com as “ilusões eternizantes” e “naturalizantes” que ela observa serem recorrentemente associadas às representações dominantes. O paradoxo do método em sociologia é o de encontrar-se submetido à dupla injunção de ter de legitimar uma vocação de objetividade científica cujo modelo dominante procede das ciências “naturais” e experimentais históricas, e de prover um modo de objetivação crítica que pode se voltar contra essa mesma vocação: a sociologia não seria uma “ciência verdadeira”, visto que tributária, como ela mesma reconhece, das relações sociais nas quais se inscreve. Ela se vê constantemente chamada à questão do sociocentrismo de suas próprias produções de conhecimento e do método para objetivá-las: ela pode ser tentada a adiar a questão, mas não pode eludi-la nem tratá-la com a serena indiferença das ciências “naturais”.

Coerências e aderências: o sujeito no coração do objeto

A questão se faz crucial no momento em que o sociólogo engaja-se em uma história social de sua disciplina, porém mais ainda quando interroga sua própria prática. Tais abordagens socioanalíticas abrem um espaço crítico tão mais formidável por ser ademais minado por divisões internas à disciplina, e que nela alimentam querelas de escolas ou de igrejinhas: a questão dos métodos mobiliza muito marketing e os concorrentes sustentam a divisão entre métodos ditos quantitativos e qualitativos. Outro obstáculo à abordagem socioanalítica talvez deva, inversamente, ser procurado no próprio reconhecimento social de que a sociologia desfruta. Enquanto a antropologia, por exemplo, teve bem ou mal de fazer a crítica de seu período colonial quando este terminou, a sociologia, ciência das sociedades industriais, não foi instada a fazê-lo, nem a se conhecer por aquilo que ela é: disciplina que tem por objeto privilegiado as classes médias das sociedades industriais — das quais provêm em geral seus pesquisadores — e suas relações com as outras classes e as instituições.

É nessa relação sociocentrada que a disciplina produziu a maior parte de seus conhecimentos e especificou seus métodos. Ela não cessa de observar “a ascensão dos individualismos”: como poderiam seus pesquisadores e seus métodos não apresentar

afinidade com esse processo? Uma corrente sociológica proclamou a necessidade de um “individualismo metodológico”: este se refere principalmente à sociologia quantitativa cujos métodos, por certo, supõem os grandes números,⁵ mas cujos desenvolvimentos recentes têm no estudo das redes um modo estatístico de abordagem das “constelações individuais”. Os avanços mais recentes e os novos conhecimentos adquiridos nas ciências sociais privilegiam o estudo da interação no interior de pequenos grupos, e uma focalização da questão do sujeito esteve na base das últimas tentativas de importação conceitual, que procuraram na psicanálise uma renovação de perspectivas: elas colocaram então, sem poder a ela responder, a questão da adequação dos métodos sociológicos a essa nova conceitualização, porém reforçaram a atenção dirigida, no trabalho de campo, às modalidades de defrontação individual e de relação interpessoal.

Essas evoluções confirmaram o lugar privilegiado que se confere, entre os métodos de campo, à entrevista semidiretiva face a face e às recomendações de método, as mais elementares das quais dão prioridade ao tratamento da relação interpessoal e sugerem como modelo bem-sucedido de entrevista aquela que, a partir de uma neutralidade axiológica do sociólogo, evolui para uma forma de conversação “espontânea” entre íntimos. Os manuais de psicossociologia são freqüentemente recomendados aos estudantes de sociologia, e a situação de entrevista é raramente colocada em relação com a ilusão de neutralidade que o sociólogo desvela em sua objetivação das interações sociais de classe, de gênero, de geração...

Tratando-se de observação, tudo se passa então como se, para um sociólogo já familiarizado com as situações culturais que deve observar, as recomendações principais fossem as de definir um plano de observação, de proceder a um registro sistemático e de não perturbar com sua presença o objeto. Quando uma perturbação é desejada, ela o é em caráter excepcional e mais a título pedagógico, para que o sociólogo aprendiz, por demais familiarizado com seu objeto, ao ver abalada uma ordem estabelecida tome consciência de que aquilo que lhe parecia evidente e natural depende de uma ordem no sentido coercitivo do termo. Mas tudo se passa como se, exceção a confirmar a regra, um mesmo postulado, em geral implícito, perpassasse essas recomendações: o observador ideal, porque é “invisível” ou “integrado”, deve poder observar os relacionamentos sociais “normais”, “espontâneos”, “naturais”. Como se o modo de tratamento de um hóspede, de um estrangeiro, de um pesquisador não remetesse a formas mais generosas de relacionamento social.

⁵ A chamada “lei dos grandes números”, em estatística, afirma que a ocorrência de um evento se aproxima da probabilidade calculada, à medida que aumenta a amostra observada [N. do T.].

A ortodoxia da aplicação dos métodos de pesquisa tende, assim, a reproduzir como modo privilegiado de “autenticidade” aquela familiaridade das relações interpessoais que fundamenta a relação endógena inicial (e, nesse sentido, nativa e natural) entre sociólogo e seu objeto, e também a tomar qualquer outra relação como perturbadora. A sociologia, no entanto, estabelece como incontornável para seus conhecimentos a noção de situação — e a entrevista, a conversação, toda fala e, mais genericamente, toda prática dependem claramente de situações sociais. A disciplina combateu as ilusões de espontaneidade e naturalidade convidando a lê-las a partir de saberes (saber fazer, saber ser) anteriormente constituídos, e atualizados em uma improvisação regulada para responder às situações recorrentes e às novas. Mas a focalização dessas práticas sobre a própria sociedade da qual procede e a pregnância social dos modelos de cientificidade sobre os quais assentou sua legitimidade parecem tê-la desviado da construção de uma ortodoxia de método que se apoiasse em seus postulados fundadores. Não é pequeno o paradoxo do hiato entre sua fixação (aderências?) nas relações interindividuais e o nível coletivo das coerções que ela postula para dar conta das representações e das ações.

Uma abordagem metódica do indivíduo coletivo

O indivíduo sociológico coletivo

Levar isso em conta se faz ainda mais necessário, na medida em que tal prática é dificilmente capaz de apreender uma situação de ação coletiva forte, ou, para dizê-lo mais propriamente, política — no sentido de que os enfrentamentos têm como objetivo uma recomposição rápida das alianças e das relações de poder entre grupos, com a encenação de provocações públicas e de violações organizadas das ordens vigentes.

Ao rememorar os encontros e trocas que se deram no campo, em Rio Formoso, confirma-se que os “atores sociais” tinham um projeto político coletivo, definido no sentido acima mencionado, e que os pesquisadores foram tomados como testemunhas dessa questão coletiva e dos interesses a que os porta-vozes tentavam dar reconhecimento e prevalência acima de outros interesses coletivos e outros conjuntos de argumentos (éticos, econômicos, táticos etc.). Nessa conjuntura estratégica, em que mesmo a mais leve iniciativa parecia capaz de pesar nas evoluções subseqüentes, não se podia esquecer a dimensão coletiva de toda interação e mesmo de uma prolongada entrevista face a face: por trás do indivíduo, o grupo; por trás da pessoa,

aqueles que ela personifica, os indivíduos coletivos, por assim dizer. Nos dois pólos das interações de pesquisa impunha-se essa figura coletiva, não apenas dos “pesquisados”, mas também dessas testemunhas vindas de alhures, esse grupo de universitários e pesquisadores, introduzidos por mediações de confiança, elas mesmas personalizadas e coletivas. Favorecendo o encontro de interesses e apostas coletivos de ambos os lados, a conjuntura era a base da vivacidade do desejo partilhado: para uns, o de aprender e compreender; para outros, o de informar e convencer a testemunha coletiva e socialmente legítima, potencialmente influente: a situação exigia que reservassem a essa testemunha um tratamento privilegiado e operassem para a sua “felicidade de pesquisador”.

Nos dois pólos da relação, era bem um “indivíduo coletivo” que estava em jogo, em questão, e em ato. O postulado de um individualismo metodológico só era aceitável na condição de se dar primazia às dimensões coletivas do indivíduo, seja este objeto ou sujeito da pesquisa. A mais elementar das regras de método adequadas à situação implicava então um tratamento coletivo de relações tão acentuadamente definidas por questões coletivas.

A construção social de uma equipe de pesquisa

Estabelecido esse ponto — que deixa indefinidamente em suspenso⁶ a ortodoxia do quadro de referência e de método —, resta por fazer o exame das práticas do grupo de pesquisa em situação de trabalho. Quanto ao objeto, a satisfação do conhecimento era também a da descoberta progressiva e conjunta das grandes clivagens coletivas e da variabilidade de suas figuras. Para os protagonistas das partes concorrentes, empenhadas em uma mobilização coletiva, o que estava em jogo era precisamente saber, na prática, de que modo fazer com que uma das modalidades de mobilização prevalecesse sobre as demais, como compor as alianças em certas frentes comuns e exercer alguma influência sobre suas ulteriores recomposições. O aprofundamento cotidiano dos conhecimentos resultantes de entrevistas e observações concomitantes nos espaços sociais e junto a diferentes atores impedia que se

⁶ No original, “*point d'orgue*”: trata-se da *fermata*, que pode ser entendida como uma ênfase (que é mais ou menos a “conotação” na interpretação musical, pois a nota tocada é prolongada), ou como uma suspensão (já que o intérprete nesse ponto pode às vezes interromper por quanto tempo deseje a continuação da música, ao insistir sobre a nota tocada) e, por metáfora, o termo às vezes ganha sentido de tempo que custa a passar, de ritmo lento, de suspensão/interrupção do que se fazia [N. do T.].

hipostasiassem as figuras polarizadas das “coletividades” (camponês *versus* senhor de engenho, líder de movimento *versus* “simples” camponês, prefeito *versus* dirigente sindical ou senhor de engenho...). Um retorno retrospectivo às seqüências da pesquisa confirma que uma de suas lições decisivas foi ilustrar a variabilidade e evolução constantes dos objetos mesmos e, por conseguinte, das representações, análises e dispositivos de pesquisa (abordagens e métodos) aplicados para completar-lhe o conhecimento.

Impõe-se de saída notar que, do ponto de vista do conhecimento mútuo, a evolução maior da pesquisa foi a de passar das relações e representações coletivas abstratas a formas mais concretas. Encontros entre pequenos grupos de “atores sociais” e pesquisadores (no bar, na rua, na escola, em um dos espaços diferenciados do engenho) foram a base de uma personalização dos vínculos. As narrativas detalhadas dos compromissos, posições, esperanças e crenças de uns, e as modalidades da escuta, dos questionamentos e da *hexis* de outros personalizam a relação, porém no mesmo movimento levam cada um a uma representação mais finamente diferenciada do grupo alheio e de sua estruturação, fazendo passar de uma representação abstrata do coletivo a uma outra, enriquecida “de determinações múltiplas”, de grupos mais concretos.

Do mesmo modo se deu o conhecimento mútuo no interior das equipes de pesquisa. A capacidade e a necessidade de autodeterminação de cada grupo aumentam progressivamente: os encontros, os frutos do dia transcorrido suscitam as atividades do seguinte. Nesse sentido, pode-se falar de uma individualização das equipes, mas sob condição de se precisar que, resultante de uma diferenciação progressiva em relação ao grupo, esse “indivíduo-equipe” fortalece-se com solidariedades internas e com uma identidade coletiva partilhada. No interior das equipes, com efeito, as relações estruturam-se em um duplo movimento de personalização das relações e de construção de uma identidade coletiva. Quanto a isso, a cooperação durante a investigação e as discussões que se seguiram facilitaram uma “nívelação” dos que tinham menor domínio do português e atestaram o valor de algumas observações daqueles menos afeitos à participação ativa nas entrevistas (as hesitações ou a animação dos pesquisados, a passagem furtiva de alguém ou sua presença atenta assistindo à entrevista ou encontro...). Ilustração, se necessidade houvesse, do fato de que uma dimensão coletiva repousa em um tratamento social de desigualdades — e de hierarquias — que ele, no entanto, não chega a anular.

A dimensão heterogênea de um construto coletivo ganhou diferente ilustração com as reuniões cotidianas de síntese, organizadas por Lygia Sigaud e Benoît de L’Estoile: essas reuniões constituíram o dispositivo metodológico central ajustado à

responsabilidade coletiva pela pesquisa, tanto na acumulação cotidiana de saberes enriquecidos pelas equipes, quanto no seu exame crítico coletivo. A pertinência dessas reuniões foi uma das condições decisivas para a fecundidade da pesquisa, de sua feliz realização, em um sentido que não é distante do encantamento anteriormente evocado. Em seu desenvolvimento era, entretanto, preciso dar conta de certas manifestações de impaciência: elas não se originavam de nenhuma tensão entre as equipes, e sim de uma dificuldade mais geral em produzir os elementos de uma socioanálise que remetesse à experiência de campo do indivíduo-pesquisador e sua equipe. Mesmo que ela não as esgote, uma das explicações para essa impaciência ou reticência deve ser buscada no resistir a tornar público um componente da dinâmica privada do indivíduo-equipe. Nesse sentido, ela é co-extensiva à construção de uma identidade coletiva da equipe e, tratando-se da identidade coletiva total do grupo de pesquisadores, ela recorda em que medida uma tal identidade estrutura-se a partir — com e contra — da coexistência de níveis e de formas de identidades coletivas de algum modo primordiais.

Em se tratando de socioanálise, isto é, de um olhar introspectivo sobre o paradoxo maior da objetivação e do sociocentrismo em sociologia, a experiência das reuniões plenárias cotidianas merece um desenvolvimento especial.

Uma construção coletiva sob controle cruzado

A demanda de controle socioanalítico

A esse título, as reuniões plenárias devem ser comparadas com outras injunções de método há pouco reforçadas para recordar a exigência de um olhar retrospectivo (avaliador, distanciado, crítico — em resumo: socioanalítico) sobre o desenrolar da pesquisa. Pode-se quanto a isso saudar como progresso importante para o conhecimento das práticas de pesquisa a promoção do diário de campo (diário de bordo, notas de pesquisa ...) à categoria de método incontornável (ortodoxia de primeira ordem) e o fato de que sua análise pode ser considerada componente necessário da publicação científica de relatórios de pesquisa de perfil científico. Essa ortodoxia reforçada, dívida da sociologia para com a etnografia, é contrapeso e compensação a um estado mais antigo da ortodoxia, e atenua a já evocada preponderância que certos manuais conferem à situação de entrevista face a face. Mas se é concreto o objetivo visado pela injunção de manter um diário de campo (crônica, e não história, narrativa tão completa quanto possível daquilo que vemos, pensamos, sentimos, aspiramos ou lamentamos), na mesma medida são freqüentemente vagas e abstratas as

recomendações quanto à maneira de mantê-lo e de explorá-lo: na maioria dos casos, elas lembram que é preciso “anotar tudo, e com a maior frequência possível”, e propõem princípios de classificação (do tipo “para a memória” e “para a ação”), os quais, ainda que úteis para o registro e a releitura, restam limitados em seu alcance: uma crônica em ato da pesquisa de campo pode ter regras de método? O diário de campo do pesquisador será mesmo o elemento principal da análise das práticas e da sua socioanálise? É o segundo aspecto que trataremos de início, observando o que foi a evolução das práticas nesse “diário de campo coletivo” que a cada noite se fez oralmente, nas reuniões em que as diversas equipes expunham e discutiam o inventário — apresentação, análise, síntese... — das atividades do dia.

No princípio da objetivação coletiva

Uma primeira constatação se impõe: a pesquisa em grupo transformava a exigência de método.

Em primeiro lugar, o tempo consagrado ao diário pessoal, seja ele de apontamentos imediatos ou de breves rememorações (ao fim de uma entrevista, de uma observação ou de uma seqüência mais longa), integrava-se ao do diário coletivo; uma diversificação dos enfoques e dos modos de apropriação provinha desses ritmos alternados de um conjunto de anotações e análises, dos quais também faziam parte as trocas internas, de caráter oral, nas equipes.

O espaço de colaboração aberto por essas diversas modalidades de compartilhamento das experiências foi também o da confrontação prática dos sociocentrismos. Alguns foram por vezes assinalados, com cortesia ou de maneira mais mordaz; alguns — os europocentrismos, por exemplo — foram “corrigidos” pela evocação das diferenças (históricas, institucionais, culturais...). Mas de uma maneira ou outra todos foram “trabalhados”, pois o essencial das lições a tirar vinha da confrontação das esperas, dos acercamentos e das práticas “científicas” resultantes de cada trajetória de pesquisa. Quer se trate da propensão de um pesquisador reconhecido a perseverar em sua área, suas hipóteses e perspectivas, quer a impaciência mais radical de um pesquisador neófito, os “sociocentrismos” no essencial fundiam-se com as orientações de pesquisa. E o principal trabalho de objetivação procedeu dos descentramentos induzidos por sua confrontação em uma perspectiva comum de pesquisas partilhadas. A natureza coletiva do projeto deu sentido e consistência ao dispositivo de diversificação e de multiplicação dos modos de análise e das formas de sensibilidade: ele desempenhou um papel ainda mais importante por concernir situações concretas de pesquisa, desenvolvidas sob uma perspectiva comum.

Com respeito aos inventários coletivos cotidianos, já foi aqui evocada a reticência por vezes embaraçada dos pesquisadores (notadamente os jovens) em satisfazerem a demanda de apresentação e análise de suas “relações pesquisador-pesquisado”. Ela expressava-se em desvios que, já sublinhamos, não são bem explicados nem pela hipótese de uma defesa do “espírito de equipe” nem com a de uma “reserva” ou circunspeção defensiva, ainda que se deva admitir que o contexto institucional da demanda expunha a uma avaliação pelo grupo parcialmente composto de “superiores” e “juízes” pretéritos, atuais ou futuros. A hipótese mais forte é que tal demanda confrontava o pesquisador com as exigências “cientificamente legítimas” de uma objetivação, nunca completada, de seus afetos ou categorias de análise e da improvisação, regulada mais ou menos obscuramente, da parte viva de suas interações em situação de pesquisa — ou seja, com o paradoxo íntimo de sua disciplina: assinalá-lo é uma das lições da experiência. Porém, outra hipótese deve ser procurada no exame dos casos em que a mesma demanda dos organizadores teve como resposta evocações “entusiastas”, principalmente aquelas relativas às elaborações coletivas que tinham por objeto o pesquisador (indivíduo-pesquisador e equipe de pesquisa) e à participação dele em algum evento coletivo.

Para nos atermos a dois casos, citaremos o da primeira visita de equipe a um dos acampamentos e o de um jovem pesquisador que, assistindo com sua equipe a um jogo no campo de futebol da cidade, foi escolhido para entregar a taça ao time vencedor. Os dois acontecimentos, por certo, dependem de circunstâncias excepcionais que, como tais, poderiam explicar o “prazer” de os comunicar. Mas sublinhemos também que esse prazer partilhado não é mais que o prazer de equipe, cuja comunicação ao grupo prolonga o momento e amplia a audiência com facilidade ainda maior, por provir, em ambos os casos, de um acontecimento coletivo. Evocou-se um pouco mais acima os descentramentos operados para o desenvolvimento de perspectivas comuns; esses dois exemplos assinalam a dinâmica específica aberta pela evocação de acontecimentos excepcionais cuja novidade mesma cria no pesquisador uma antecipação, um desejo de confrontar seu olhar com outros pontos de vista, uma demanda objetivável por diversificar a rede de significações possíveis. A dimensão triplamente coletiva da equipe, do grupo e do evento facilitava assim a aplicação de uma das exigências fundamentais do dispositivo de método (diversificar os enfoques) e o desenvolvimento da tensão fecunda que ela instala entre significações plurais e ordenamentos teóricos no interior de um espaço crítico de representações sociais objetiváveis.

Assim, pode abrir-se à exigência de auto-análise e de objetivação das práticas uma via de método que passa pela observação das formas mais coletivas de interação

“no campo” e “entre pares” e que, à diferença de outras vias abertas para a auto-análise, procede das premissas mesmas de uma disciplina que faz do social sua matéria, do coletivo o princípio dos constrangimentos que ele exerce, e da objetivação das práticas uma arma contra as pré-noções.

Em resumo

Observar as práticas de pesquisa para submetê-las à análise abre, antes de mais nada, a possibilidade de objetivar maneiras de proceder que, por seu afastamento em relação à ortodoxia dos métodos, correm o risco de permanecer ignoradas. Não é por acaso que um sentimento de infração às regras de método nos levou a interrogar a tensão subterrânea e os estados de quase-equilíbrio de uma ortodoxia que arbitra entre exigências contraditórias de “regras de método” investidas simultaneamente de uma função de legitimação científica “à maneira” das ciências naturais e de uma função específica de objetivação do caráter sociocentrado de modos de conhecimento, dos quais o conhecimento científico é uma forma culta.

A manifestação dessas tensões e o questionamento desse equilíbrio procederam da conduta quase experimental de um grupo de pesquisa, heterogêneo sob diversos aspectos (disciplinar, lingüístico, de gênero e de geração...), reunido para trabalhar por oito dias seguidos em um campo onde a maioria dos pesquisadores encontrava-se pela primeira vez, ao passo que a amplitude e a rapidez das transformações sociais que aí se davam eram novidade mesmo para aqueles que há muito ali investiam. A urgência, a heterogeneidade relativa do grupo e a novidade da situação contribuíram, ao lado da residência compartilhada e da regularidade das reuniões de trabalho, para fazer emergir uma dinâmica coletiva cuja improvisação regulada alimentou descobertas felizes e, ao mesmo tempo, os sentimentos de mal-estar e de infração às regras de método. Ora, com o passar do tempo, aquelas se aprofundaram e estas resvalaram até o esquecimento.

A primeira lição a tirar desse contraste, portanto, diz respeito à atenção que convém prestar, na ocasião do registro imediato das práticas e das questões delas decorrentes, àquelas que mais dificilmente se deixam inscrever no relato ortodoxo que poderia ser feito.

A segunda sugere uma leitura exigente e, sem dúvida, renovada de uma regra por vezes tratada com demasiada condescendência: operar com dispositivos de diversificação dos enfoques, uma “triangulação dos métodos”. A mesma vigilância deve aplicar-se à diversificação dos enfoques: não só quando se trata da objetivação ponderada das formas e níveis de pertencimento dos grupos estudados, das modalidades

de atualização de seus recursos, especialmente os identitários, e da gênese de suas representações, mas também quando essas e aqueles são do pesquisador. Nessa ótica, a objetivação empenha uma definição dos vínculos sociais de pesquisa nos quais esse pesquisador é “apreendido”. Observador observado, sujeito-objeto atuante e atuado, o pesquisador é, a exemplo daqueles que estuda, um indivíduo coletivo cujas representações evoluem em suas interações com as dos sujeitos-objetos de seu estudo. Tais evoluções devem ser analisadas como produtos de negociações de sentido abertas pelas práticas de campo e comprometidas com representações cultas tidas como “ortodoxas”: a pesquisa em grupo deu a oportunidade de se observar uma forma personalizada das variações possíveis dessas ortodoxias, nas quais o pesquisador é coletivamente apreendido e elemento apreendedor, e de se analisar sua elaboração coletiva por meio de ajustes, tensões e representações negociadas. Esse duplo enfoque tem lugar em um dispositivo mais vasto de diversificação e de confrontação de pontos de vista (que pensam, por exemplo, os “pesquisados”, a respeito dos pontos de vista do pesquisador?) e dá relevo aos caminhos pelos quais as práticas de pesquisa, esses métodos em ato, funcionam como tantas grades de leitura a passo variável, portadoras de significações negociadas, elaboradas em situação e que convidam a revisitar “o estado da questão”.

O que não deixa de lembrar uma das “felicidades” do colóquio que, no Rio, precedeu a partida para o campo: quaisquer que fossem a diversidade de temas, de campos e dispositivos de métodos de cada um, impunha-se agora a evidência de uma aposta comum, a análise dos processos sociais de construção das representações e das identidades.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Manoel Correa de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.

BARROSO FILHO, Vantuil. *La lucha por la tierra en la Zona da Mata de Pernambuco, Brasil*. La participación del movimiento de los trabajadores rurales sin tierra. Tese (Doutorado) — Universidad de Deusto, Bilbao, 1999.

BATESON, Gregory. *Naven*. The culture of the Iatmul people of New Guinea as revealed through the study of the Naven ceremony. Stanford: Stanford University Press, 1994 [1935].

BAUDELOT, Christian. As qualificações aumentam, mas a desigualdade torna-se ainda maior. *Pro-Posições*, Faculdade de Educação de Campinas/Unicamp, v. 15, n. 2, 2004.

_____; ESTABLET, Roger. *Le niveau monte*. Paris: Le Seuil, 1989.

_____; _____. *Allez les filles*. Paris: Le Seuil, 1992.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris: La Découverte, 1997.

BELLO, Julio. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938; Recife: Fundape, 1985.

BERNARDO, Liliane. *Esquisse de l'offre éducative à Rio Formoso*: invitation à une réflexion sur les significations et surinvestissements de l'école pour adultes en contexte d'incertitude. Mémoire para o DEA de Ciências Sociais (ENS/EHESS). Paris, 1999.

BEZERRA, Gregório. *Memórias II, 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes*. Rio de Janeiro: José Álvaro Editora, 1964.

CAMARGO, Aspásia Alcantara. *Brésil Nord-Est: mouvement paysans et crise populiste*. Thèse (Doctorat 3^e cycle) — EHESS, Paris, 1974.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto, como o caso foi* — da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CHAMORRO SMIRCIC, Sergio. *Com a cara e a coragem*: etnografia de uma ocupação de terra em Pernambuco. Dissertação (Mestrado) — PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2000.

COMBESSIE, Jean-Claude. *Au sud de Despeñaperros*: pour une économie politique du travail. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

_____. *La méthode de la sociologie*. Paris: La Découverte, 1996.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a luta*. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

CURY, Carlos Roberto J. Os parâmetros curriculares nacionais e o ensino fundamental. *Revista Brasileira de Educação*, n. 2, p. 4-17, 1996.

DARMON, Muriel. La socialisation entre famille et école. Observation d'une classe de première année de maternelle. *Sociétés et Représentations*, n. 11, p. 517-538, 2001.

DOMINGO, Jean; GAUTHIER, André. *Le Brésil*: puissance et faiblesse d'un géant du Tiers-Monde. Paris: Bréal, 1991.

DRESCH, James; PARKIN, Robert (Orgs.). *Anthropologists in a wide world*. New York/Oxford: Berghahn, 1999.

DROULERS, Martine. L'analphabétisme. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 37, p. 95-99, 1999.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FETAPE (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO). *Racionalização da agroindústria canavieira de Pernambuco com distribuição das terras excedentes para os trabalhadores rurais*. Recife, 1983.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREYRE, Gilberto. Prefácio. In: BELLO, J. *Memórias de um senhor de engenho*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1938. p. ix-xiii.

_____. *Maîtres et esclaves*. Tradução de Roger Bastide, prefácio de Lucien Febvre. Paris: Gallimard, 1952.

_____. *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 8. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954 [1933] 2v.

_____. *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1937.

GARCIA, Marie-France. *Bacurau*. 1977. Dissertação (Mestrado) — PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1977.

_____. Espace du marché et mode de domination. *Études Rurales*, n. 131-132, 1993.

GARCIA Jr., Afrânio. *Terra de trabalho: trabalho familiar e pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Libres et assujettis*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1989.

_____. *O Sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero/CNPq/UnB, 1990.

_____. Permanences et mutations dans le Brésil agraire. Introduction. *Études Rurales*, n. 132-133, p. 9-18, 1993.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GLUCKMAN, Max. Analysis of a social situation in modern Zululand. *Bantu Studies*, n. 1, p. 1-30, e n. 2, p. 147-172, 1940.

HEREDIA, Beatriz. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA). Superintendência Regional de Pernambuco. Divisão de Assentamentos. *Relação de projetos de assentamentos do Incra em Pernambuco*. Recife, 1999.

JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. "Cambão" (*le joug*), *la face cachée du Brésil*. Paris: Maspero, 1968.

L'ESTOILE, Benoît de. *La forme du présent, ou les ambiguïtés du don*. Laboratoire de Sciences Sociales, 1997. ms.

_____. Pernambuco. Visages de la réforme agraire au Brésil. *Vacarme*, p. 108-121, hiver 2002.

_____. O arquivo total da Humanidade. Divisão do trabalho e utopia enciclopédica na etnologia francesa. *Horizontes Antropológicos*, n. 20, p. 265-302, 2003.

_____; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (Orgs.). Anthropologies, états et populations. *Revue de Synthèse*, n. 3/4, 2000.

_____; _____. (Orgs.). *Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

_____; SIGAUD, Lygia (Orgs.). Occupations de terres et transformation sociale (Pernambuco, sept. 1997). *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 43/44, 2001.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARESCA, Sylvain. Questions d'optiques. Aperçus sur les relations entre la photographie et les sciences sociales. *Journal des Anthropologues*, n. 80-81, 2000.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEZES, Thereza. *Da cana ao caos: uma abordagem comparativa dos usos sociais do meio ambiente no litoral Sul pernambucano*. 2004. Tese (Doutorado) — PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MEYER, Doris Rinaldi. *Terra do santo e o mundo dos engenhos: estudo de uma comunidade rural nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA). Breve histórico. 2000. Disponível em: <www.mst.org.br/mstpe>.

NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. [S.l.]: Paraula, 1995 [1900].

NOVAES, Regina. *Os escolhidos de Deus*. São Paulo: Marco Zero, Iser, 1985.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. *Minha meninice & outros ensaios*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 1988.

PALMEIRA, Moacir. *Feira e mudança econômica*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1971. ms.

_____. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: CONGRÈS DES AMÉRICANISTES, 42. *Actes...* Paris, 1976.

_____. The aftermath of peasant mobilization: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. In: AGUIAR, N. (Org.). *The structure of Brazilian development*. New York: Transaction Books, 1977.

_____. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Orgs.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

_____. Os sindicatos no poder. Que Poder? In: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (Orgs.). *Candidatos e candidaturas, enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 199-235.

_____.; BARREIRA, Irllys (Orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____.; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, n. 94, p. 31-94, 1995.

ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos*. Reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Tese (Doutorado) — IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

SIGAUD, Lygia. A morte do caboclo: um exercício sobre os sistemas classificatórios. *Boletim do Museu Nacional*, n. 30, p. 1-29, 1978.

_____. A nação dos homens, uma análise regional de ideologia. *Anuário Antropológico*, n. 78, p. 13-114, 1979a.

_____. *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979b.

_____. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves. *Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 29, n. 3, p. 319-334, 1986.

_____. Des plantations aux villes: les ambiguïtés d'un choix. *Études Rurales*, n. 132-133, p. 19-37, 1993.

_____. Direito e gestão de injustiças. *Antropologia Social. Comunicações do PPGAS*, n. 4, p. 139-170, 1994.

_____. Croyances et intérêts: pour une sociologie des conduites face aux transplantations forcées. *Information sur les Sciences Sociales*, v. 34, n. 3, p. 113-147, 1995.

_____. Direito e coerção moral no mundo dos engenhos. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 361-388, 1996.

_____. Honneur et tradition dans les plantations sucrières du Nordeste (Brésil). *Études Rurales*, n. 149-150, p. 221-228, 1999a.

_____. Les paysans et le droit: le mode juridique de règlement des conflits. *Information sur les Sciences Sociales*, v. 38, n. 1, p. 113-147, 1999b.

_____. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos*, n. 58, p. 73-92, 2000.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO AÇÚCAR DE PERNAMBUCO. *Boletins de Safra (1989-1999)*. Recife, 1999.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

WEBER, Florence. *Economie et société*. Paris: Plon, 1971.

_____. Une pédagogie collective de l'enquête de terrain. *Études Rurales*, n. 107-108, p. 243-249, 1987.

_____. *L'honneur des jardiniers: les potagers dans la France du XXe siècle*. Paris: Belin, 1998.

Web sites

<www.lonasebandeiras.com.br>

<www.diffusion.ens.fr/bresil>

Os autores

Afrânio Garcia Jr. é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional, professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales e diretor do Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain (CRBC), França.

Benoît de L'Estoile é doutor em antropologia social pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, professor da École Normale Supérieure, pesquisador no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS/GTMS). Co-organizador de *Antropologia em impérios e estados nacionais* (Relume-Dumará, 2003), foi professor visitante no Museu Nacional.

Claudio Costa Pinheiro é doutor em antropologia pelo Museu Nacional, *fellow* da Sefhis Foundation, pesquisador do Laced.

Christian Baudelot é doutor em sociologia e professor da École Normale Supérieure.

Claire Zalc é doutora em história pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e pesquisadora no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), França.

David Fajolles é mestre em ciências sociais pela École Normale Supérieure e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e diretor do Centro Cultural Francês em Cabo Verde.

Delphine Serre é doutora em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e professora na Universidade Paris 1 — Sorbonne, França.

Frédéric Viguié é doutorando em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e diretor adjunto do Instituto de Estudos da França na New York University, Estados Unidos.

Hernán Gómez é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional (UFRJ).

Isabelle Coutant é doutora em sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e professora na École Normale Supérieure.

Jean-Claude Combessie é doutor em sociologia, professor da Universidade Paris 8, França.

Jérôme Gautié é doutor em economia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor na Universidade Paris 1 — Sorbonne, França.

João Paulo Macedo e Castro é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional (UFRJ) e pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced/MN/UFRJ).

Jorge F. Pantaleón é doutor em antropologia social pelo Museu Nacional (UFRJ) e professor da Université de Montréal, Québec, Canadá.

José Gabriel Silveira Corrêa é doutorando em antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ) e pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced/MN/UFRJ).

Lygia Sigaud é doutora em ciências humanas (antropologia) pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, (UFRJ), pesquisadora IA do CNPq, bolsista do programa Cientista do Nosso Estado (Faperj), pesquisadora associada do Laboratoire de Sciences Sociales da École Normale Supérieure.

Sergio Chamorro Smircic é doutorando em antropologia social no Museu Nacional (UFRJ).

Esta obra foi impressa pela
Markgraph Gráfica e Editora Ltda. em
papel offset — Chambril Book para a Editora FGV
em junho de 2006.

transformações sociais; e o poder municipal em mãos de um sindicalista.

Ocupações de terra e transformações sociais é uma etnografia coletiva de uma configuração social em um momento determinado de sua história. Os autores apresentam ao público uma experiência que se inscreve na tradição de estudos do Museu Nacional sobre o Nordeste. Neste sentido este livro é um convite à reflexão a respeito das possibilidades que se abrem ao conhecimento pela prática coletiva da etnografia e pela inscrição da pesquisa em um longo processo de acumulação de saber que permite compreender a dinâmica do mundo social.

Em um período de turbulências na agroindústria canavieira, em que usinas faliram, trabalhadores ocuparam os engenhos e terras foram desapropriadas, uma equipe de 16 pesquisadores brasileiros, argentinos e franceses realizou uma experiência original de etnografia coletiva na Zona da Mata de Pernambuco, buscando compreender um processo acelerado de transformações sociais. Neste livro eles apresentam o produto dessa experiência antropológica.

ISBN 85-225-0560-8



9 788522 505609